

**CGTP**  
*INTERSINDICAL NACIONAL*

PRESS BOOK

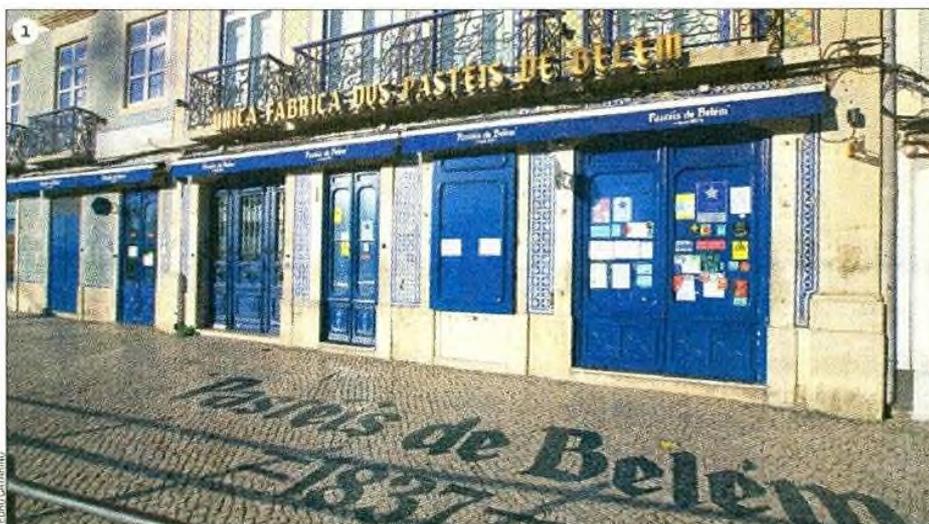
Revista\_Imprensa\_21\_e\_22\_Novembro\_2020

## Revista de Imprensa

1. IVA adiado ou em fatias, Correio da Manhã, 22/11/2020	1
2. Divisão no Governo - Afasta rumores, Correio da Manhã, 22/11/2020	2
3. Manifestação -Famosos unidos por uma causa, Correio da Manhã, 22/11/2020	3
4. Ministra promete compensar trabalhadores da Saúde, Correio da Manhã, 22/11/2020	5
5. Profissionais da Cultura e restauração protestam contra a crise, Correio da Manhã, 22/11/2020	7
6. Despesa na saúde tem em Outubro máximo histórico, Correio da Manhã, 22/11/2020	9
7. Estado reserva 96 milhões no Plano de Recuperação, Jornal de Notícias, 22/11/2020	10
8. "Objetivo do Governo nunca é resolver, é atrasar o problema", Jornal de Notícias, 22/11/2020	11
9. Um congresso legal, mas pouco moral, Jornal de Notícias, 22/11/2020	12
10. Médicos em exclusividade: 67,2% são mulheres, Público, 22/11/2020	13
11. Editorial - A covid não é igual para todos, Público, 22/11/2020	14
12. "Salvaram a TAP ou a Efacec. Está na hora de dizerem se querem ou não salvar a cultura", Público, 22/11/2020	15
13. Uma revolução no SNS - Quando os médicos foram à periferia para mudar o país, Público - P2, 22/11/2020	16
14. Covid-19 bloqueia feriados e natal, Correio da Manhã, 21/11/2020	22
15. Pensões - Aumento extra em 2021, Correio da Manhã, 21/11/2020	25
16. Patrões - Faltam medidas fortes, Correio da Manhã, 21/11/2020	26
17. Lidl investe 180 milhões e sobe salário a todos os trabalhadores, Dinheiro Vivo, 21/11/2020	27
18. Shoppings avançam com queixa em Bruxelas, Dinheiro Vivo, 21/11/2020	30
19. Bruxelas duvida de poupanças orçamentais do governo, Dinheiro Vivo, 21/11/2020	31
20. "Novo estado de emergência vai durar o necessário", Diário de Notícias, 21/11/2020	32
21. Descentralização - Atraso na entrega da Saúde aos municípios, Jornal de Notícias, 21/11/2020	35
22. Educação - Dezenas de surtos ativos nas escolas de todos os níveis de ensino, Jornal de Notícias, 21/11/2020	38
23. Covis-19 traz nova recuperação de empresas com novidades para accionistas e credores, Público, 21/11/2020	40
24. Comunistas recusam adiar congresso, Sol, 21/11/2020	41
25. Bazuca de pólvora seca desespera UE, Sol, 21/11/2020	42

26. "Médicos perderam 25% de poder de compra" - Entrevista a Jorge Roque da Cunha, Correio da Manhã, 22/11/2020	43
27. Só dois em cada dez jovens têm emprego, Correio da Manhã, 22/11/2020	44
28. Homem ferido na cara por rebarbadora, Correio da Manhã, 22/11/2020	46
29. Críticas - Falta compensar, Correio da Manhã, 22/11/2020	47
30. Médicos - Férias de Natal, Correio da Manhã, 22/11/2020	48
31. Maior sindicato de guardas prisionais tem novo presidente, Correio da Manhã, 22/11/2020	49
32. Governo admite maior aumento do Salário mínimo em 2021, Jornal de Notícias, 22/11/2020	50
33. Desempregados com acesso a subsídio recuou em Outubro, Jornal de Notícias, 22/11/2020	51
34. Sindicatos cétricos com concursos para médicos, Jornal de Notícias, 22/11/2020	52
35. Escolas fechadas e pontes deixam país em confinamento nos feriados de Dezembro, Jornal de Notícias, 22/11/2020	53
36. Matosinhos - Grupo canadiano investe 20 milhões em aparthotel junto à praia, Jornal de Notícias - Urbano, 22/11/2020	57
37. Restrições mais duas em 127 concelhos, Público, 22/11/2020	59
38. Beneficiários de prestações de desemprego sobem 41,8%, Público, 22/11/2020	63
39. Nova realidade força mudanças na legislação do teletrabalho, Público, 22/11/2020	64
40. 200 precários saem da Segurança Social, Correio da Manhã, 21/11/2020	67
41. 68 surtos registados em escolas, Correio da Manhã, 21/11/2020	68
42. TVI contrata jornalistas a Hospedeiras de Portugal, Correio da Manhã, 21/11/2020	71
43. Recurso à internet cresce, Correio da Manhã, 21/11/2020	72
44. Portugal é o país com maior conflito entre patrões e sindicatos, Dinheiro Vivo, 21/11/2020	73
45. Dois pesos e duas medidas, Dinheiro Vivo, 21/11/2020	74
46. Luz verde para aumento extra das pensões até 658 euros já em Janeiro, Jornal de Notícias, 21/11/2020	75
47. Médicos contra critérios para prémio de desempenho, Jornal de Notícias, 21/11/2020	76
48. Sindicato defende juízas da relação, Jornal de Notícias, 21/11/2020	77
49. Nova liderança no maior sindicato de guardas prisionais, Jornal de Notícias, 21/11/2020	78
50. Professores ponderam três dias de greve, Jornal de Notícias, 21/11/2020	79
51. Saldo negativo: saíram 842 médicos do SNS desde o início da pandemia, Público, 21/11/2020	80
52. Orçamento - No primeiro dia, oficializado o divórcio entre BE e Governo, Público, 21/11/2020	87

53. Universidades casos de covid-19 'Escondidos', Sol, 21/11/2020	89
54. PS conta com PCP, PEV e PAN para OE 2021, Sol, 21/11/2020	91
55. Listas atrasadas na PSP e na GNR, Sol, 21/11/2020	92



PEDRO CATAPRINO

- 1 **Comércio** volta a ter as portas fechadas para apoiar estratégia de combate à pandemia
- 2 **Restrições à circulação** deixam negócios vazios aos fins de semana após as 13h00
- 3 **Apoio** aos restaurantes com fecho forçado mantém-se nos concelhos de maior risco



PEDRO SOUSA/TAS



LUIS VIEIRA

# IVA adiado ou em fatias

O Governo vai anunciar, na próxima semana, novos apoios para as empresas mais afetadas pelas restrições. Entre elas, conta-se o adiamento do pagamento da segurança social e do IVA até 30 de novembro, podendo estas obrigações também ser pagas em três ou seis prestações, sem juros.

“Temos consciência de que estas medidas têm um impacto

significativo em diferentes setores de atividade, em particular no comércio, na restauração

## GOVERNO PROMETE UMA SOLUÇÃO PARA QUESTÃO DAS RENDAS COMERCIAIS

ou nas atividades culturais”, traçou ontem António Costa.

Já o apoio extraordinário para os restaurantes localizados nos

concelhos de maior risco de contágio, devido à obrigação de fecharem às 13h00 aos fins de semana, irão manter-se e chegar a novas empresas.

No pacote de medidas que será anunciado pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, contam-se também “medidas de apoio às rendas comerciais”, respondendo a um pedido antigo dos empresários. ●

DIVISÃO NO GOVERNO | **AFASTA RUMORES**

**O** primeiro-ministro afastou ontem os rumores que davam conta de uma divisão no seio do Governo por causa da estratégia de combate à pandemia, como terá Marcelo confessado a alguns partidos. "Quanto ao meu Governo, felizmente, está unido nesta visão. E assim continuaremos todos juntos", referiu.





ID: 89777095

22-11-2020

LISBOA

# MANIFEST

## FAMOSOS UNIDOS POR UMA CAUSA



Aurea esteve na manifestação que reuniu vários nomes da cultura



**PROTESTO** • Aurea, Mariza e Jessica Athayde foram algumas das artistas que se juntaram no Campo Pequeno para salvar a Cultura

MELISSA SILVA/SÓNIA DIAS

Uma manifestação pacífica, mas marcada pela emoção. Foram muitos os rostos famosos que se reuniram ontem, no Campo Pequeno, em Lisboa, para apoiar o setor da Cultura nas suas mais variadas vertentes, desde a música ao cinema, passando pelo teatro e pela tauromaquia.

“Nós precisamos de ajuda! Queremos trabalhar! Deixem-nos trabalhar! Porque é a única coisa que sabemos fazer”, disse ao CM uma Mariza visivelmente preocupada com o futuro de um setor que está a ser du-

ramente afetado pela pandemia. “Já não é só a profissão, são as nossas vidas. Se não trabalharmos não vivemos”, acrescentou a fadista.

A revolta é partilhada por Aurea, que pede mais apoios do Governo. “Está na altura de se fazer alguma coisa, estamos todos a sofrer com isto. O Governo tem de começar a apoiar mais o nosso setor, que está num estado crítico”, afirmou a cantora, que não conteve as lágrimas ao ouvir as palavras de alguns colegas que subiram ao palco. “É impossível não nos emocionarmos

**CANTORA AUREA COMOVEU-SE COM DISCURSOS DE ALGUNS COLEGAS**



• Agir no Campo Pequeno • A fadista Mariza • Tony Carreira fez questão de estar presente • Jessica Athayde e Filipe Vargas na manifestação

com os discursos que ouvimos aqui. Eu amo aquilo que faço, amo a minha vida. Falando pessoalmente é muito complicado não utilizar o palco e não poder fazer o meu trabalho”, concluiu a artista.

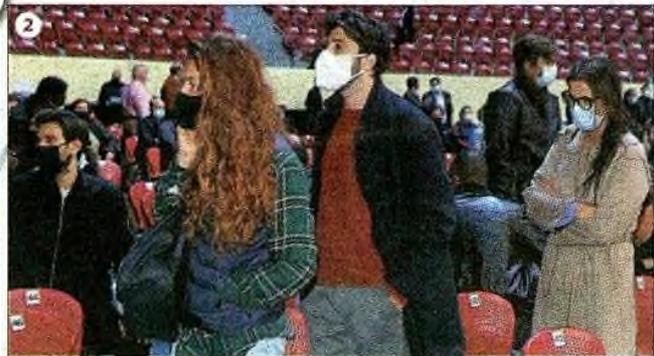
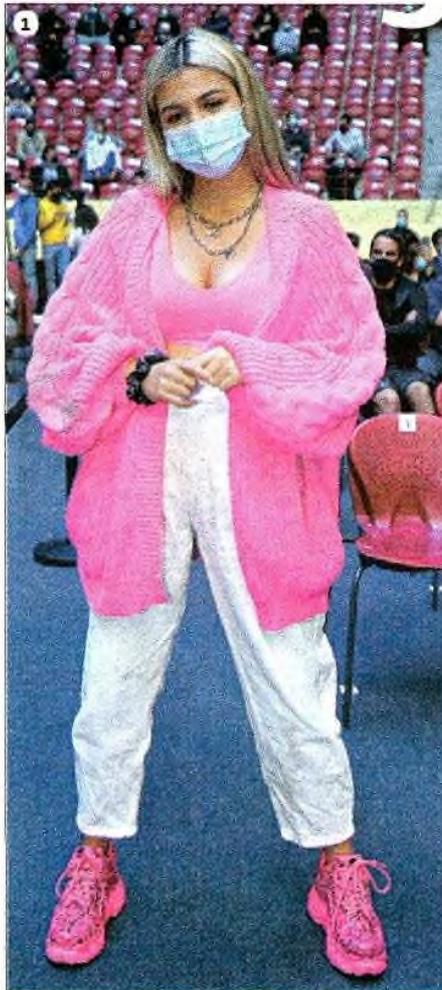
Carlão, Tony Carreira, Agir, Jel, Bárbara Bandeira, Salvador Sobral, Carminho, Jessica Athayde, Filipe Vargas, Luís de Matos, João Gil e Marisa Liz fo-

ram alguns dos artistas que se juntaram a esta causa, que também contou com mais de 130 figuras da tauromaquia. Os cavaleiros Manuel e António Ribeiro Telles, Rui Bento, João Gonçalves, Luís Pombeiro, Rui Salvador, Francisco Palha, Manuel Dias Gomes e dezenas de forçados e empresários tauromáquicos fizeram questão de marcar presença neste protes-

to a convite da APEFE - Associação de Promotores de Espectáculos, Festivais e Eventos. “Como dizia Marisa Liz, ‘A Cultura define a identidade de um povo’. E a Tauromaquia é uma cultura popular fortemente enraizada em todo o País há muitas gerações. Faz e fará sempre parte da Cultura”, disse ao CM o empresário Luís Pombeiro. •



# AÇAO

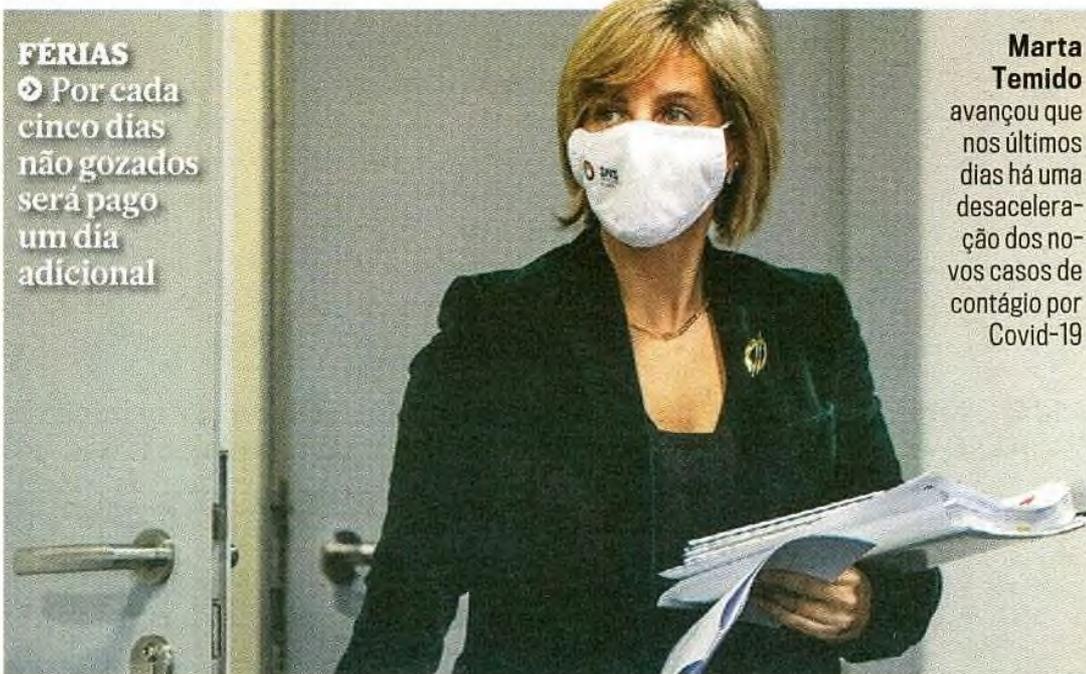


**1** Bárbara Bandeira esteve na manifestação **2** Salvador Sobral acompanhado pela mulher, Jenna Thiam **3** João Gonçalves, Rui Bento e Luís Pombal com a mulher, Vera **4** Manuel e António Ribeiro Telles **5** A fadista Carminho

FOTOS: PEDRO CATARINO



## SAÚDE



## FÉRIAS

◊ Por cada cinco dias não gozados será pago um dia adicional

**Marta Temido** avançou que nos últimos dias há uma desaceleração dos novos casos de contágio por Covid-19

# Profissionais vão ser compensados

JOÃO SARAMAGO

**O**s profissionais de saúde que não vão poder gozar férias até o fim do ano devido à pandemia serão compensados, anunciou a ministra da Saúde. Marta Temido explicou que os profissionais podem optar, no próximo ano, por uma compensação financeira. “Por cada cinco dias de férias não gozados, além do direito a esses dias, terem o pagamento de um dia adicional de férias”, disse à SIC. Comunicado do Conselho

de Ministros clarificou, ao final do dia, as compensações aprovadas pelo Governo, na sexta-feira: um dia de férias por cada período de 80 horas de trabalho normal, um dia de férias por cada período de 48 horas de trabalho suplementar e um prémio de desempenho, pago uma única vez, correspondente a metade do salário-base.

Marta Temido sublinhou que tem sido feito um esforço de contratação e de melhoria da resposta do Serviço Nacional de

Saúde. “Ainda esta semana, garantimos que os hospitais recuperavam a autonomia para poder contratar médicos por tempo indeterminado”, disse. Segundo a governante, começa a assistir-se a “alguma desaceleração” do crescimento da pandemia, mas o número de novos casos mantém-se “muito elevado e preocupante”. Assim, “a situação mantém-se grave e temos de estar preparados para que nos próximos dias e semanas seja mais complexa”. ●



MINISTRA PROMETE  
COMPENSAR  
TRABALHADORES DA SAÚDE



CRISE

# Cultura, restauração e comércio em protesto

MELISSA SILVA/RAFAEL DOMINGUES/  
/DAVID MONTEIRO

**A**paralisação ou redução da atividade nos setores da cultura, restauração e comércio por causa da pandemia levou ontem de manhã centenas de empresários e trabalhadores a manifestar-se em várias cidades do País.

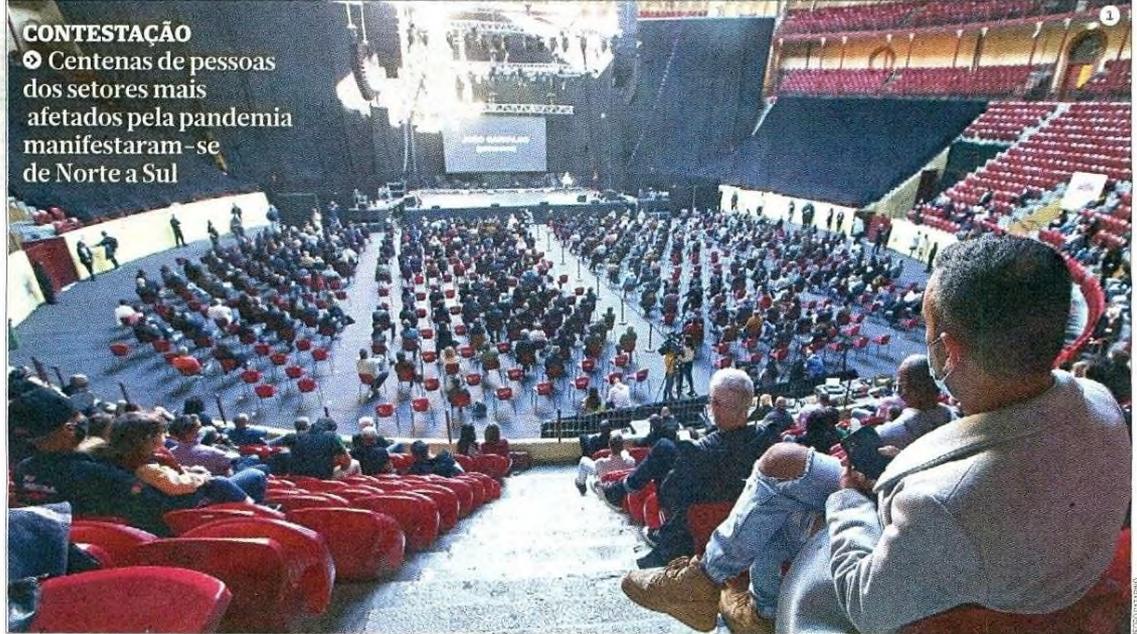
Profissionais da cultura reuniram-se num protesto pela sobrevivência do setor. No Campo Pequeno, em Lisboa, juntaram-se músicos, bailarinos, atores, encenadores, ilusionistas, comediantes, e ainda representantes da tauromaquia, que exigiram para o futuro (ver p.46 e 47). “É inacreditável que a ministra da Cultura não esteja aqui”, lamentou o ator José Raposo durante a sua intervenção. No Porto, onde a preocupação pela falta de apoios à Cultura também teve eco, dezenas de

## MANIFESTANTES EXIGIRAM DO GOVERNO MEDIDAS PARA MITIGAR AS PERDAS

seguranças privados saíram à rua: pedem trabalho ao Governo, ficaram desempregados com a pandemia.

Em Faro, centenas de pessoas juntaram-se nas docas em protesto organizado pelo movimento A Pão e Água. “Não podemos continuar a gerir hoje, para trabalhar amanhã. Os negócios estão a morrer e vão continuar a morrer se nada for feito”, disse ao CM Emanuel Alexandre, empresário da restauração.

Também em Guimarães, os empresários da restauração, hotelaria e comércio protestaram, numa marcha lenta pela cidade que reuniu cerca de 200 pessoas. “Estamos a atravessar sérias dificuldades há oito meses. Se não



**CONTESTAÇÃO**  
Centenas de pessoas dos setores mais afetados pela pandemia manifestaram-se de Norte a Sul



existirem medidas imediatas este será o fim para muitos de nós” confessou o empresário Jorge Lopes.

No Funchal, o movimento ‘Estamos Convosco’ apelou ao Governo Regional por apoios para a restauração, hotelaria e organização de eventos. ●



**● Em Lisboa, artistas e trabalhadores da cultura protestaram no Campo Pequeno ● No Porto, seguranças privados vieram para a rua ● Em Faro, restauração e hotelaria manifestaram-se ● Em Guimarães, comerciantes e empresários em protesto**



**SOLVERDE.PT**  
CASINO E APOSTAS DESPORTIVAS

É muita emoção em cada aposta desportiva

JOGUE POR DIVERSÃO, COM MODERAÇÃO.

**HOJE GRÁTIS**

DOIS IRMÃOS CENTENÁRIOS QUE JÁ VIVERAM DUAS PANDEMIAS

**d** DOMINGO 22/11/2020

**SUPERAVÓS**  
IRMÃOS ANDRADE TÊM 110 E 108 ANOS DE IDADE

DOMINGO 22/11/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-AJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

**HOJE 108 PÁGINAS**

**TOMAR**

**MULHER ENCOMENDA MORTE DE EX-MARIDO**

P.18

**ESPECIAL DE 11 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA | PONTES FORÇADAS A 1 E 8 DE DEZEMBRO P.4 A 15**

# MINIFÉRIAS EM CASA NOS FERIADOS

**CIRCULAÇÃO PROIBIDA ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA NOITE DE SEXTA ATÉ ÀS 5 DA MANHÃ DE QUARTA**

PROFISSIONAIS DA CULTURA E RESTAURAÇÃO PROTESTAM CONTRA CRISE | JOVEM NA FAIXA ETÁRIA DOS 20 ANOS MORRE VÍTIMA DO VÍRUS | MINISTRA PROMETE COMPENSAR TRABALHADORES DA SAÚDE

**VEJA O MAPA DE RISCO DO SEU CONCELHO**

**RUTURA DE REMÉDIOS PARA O CANCRO**

**SUPERJUIZ PROTEGE RUI PINTO DE ATAQUE DO BENFICA** Carlos Alexandre chumba pedido de encarnados contra hacker P.16 E 17

**PAREDES 0 | 1 BENFICA**  
P.32

**RESERVAS DE JESUS VENCEM NO NORTE**

**FABRIL 0 | FC PORTO 2**  
P.33

**BICICLETA EMBALA DRAGÃO**

**SPORTING P.35**

**COVID DE PLATA FAZ SOAR ALARME**

**GRANDE PRÉMIO NO ALGARVE P.37**

**MIGUEL OLIVEIRA PARTE NA FRENTE**

**dagol**  
O Fabuloso Mundo do Vidro Acrílico

www.dagol.com

geral@dagol.com  
212 689 810  
912 562 787

**VIDAS P.45 A 49**

**Faturação**

**JOÃO FELIX E MARGARIDA GANHAM COM NAMORO**

**VALONGO P.20**  
**Ladrão indignado confessa furtos**

**POLÍTICA P.29**  
**Coligações negativas no orçamento assustam socialistas**

**TRABALHO P.28**  
**Só dois em cada dez jovens têm emprego**

**AMBIENTE P.26 E 27**  
**COSTA PORTUGUESA AMEAÇADA**

Lisboa, Nazaré, Figueira e Lagos em risco

**OURO**  
PRATA | RELOJOS  
COMPRA & VENDA

**DINHEIRO IMEDIATO!**

Conheça também a venda cíclica de compra até 24 meses!

**1º Franchising OURO**

Valores  
808 256 737  
www.valores.pt



## COMBATE À COVID-19

# DESPESA NA SAÚDE TEM EM OUTUBRO MÁXIMO HISTÓRICO

JOÃO SARAGAMO

**A** despesa com o Serviço Nacional de Saúde atinge um máximo histórico perante a necessidade de fazer face ao tratamento de milhares de doentes de infeção por Covid-19. Nos primeiros dez meses do ano, a despesa registou um crescimento de 5,8%, o que traduz um acréscimo de 502,8 milhões de euros. Foi assim atingido um máximo histórico, assegurou ao CM fonte do Ministério das Finanças.

Em termos de despesa mensal, outubro cresceu a uma taxa extraordinária de 9% por comparação com o décimo mês de 2019. O

**GASTO É SUPERIOR EM 502 MILHÕES DE EUROS COMPARADO COM 2019**

acelerar de encargos na saúde pública resulta de três fatores principais: reforço da despesa com o pessoal, aumento do investimento no Serviço Nacional de Saúde e subida das despesas com a aquisição de bens e serviços.

O aumento do número de profissionais de saúde representou um agravamento da despesa em 212 milhões de euros, num crescimento de 6,1%. O investimento na saúde pública cresceu 112 milhões de euros (+108,3%). Por sua vez, a aquisição de bens e serviços foi reforçada em 125 milhões de euros (+2,8%). ●



## Estado reserva 96 milhões no Plano de Recuperação

138 câmaras com acesso a 24 milhões para iniciar processo

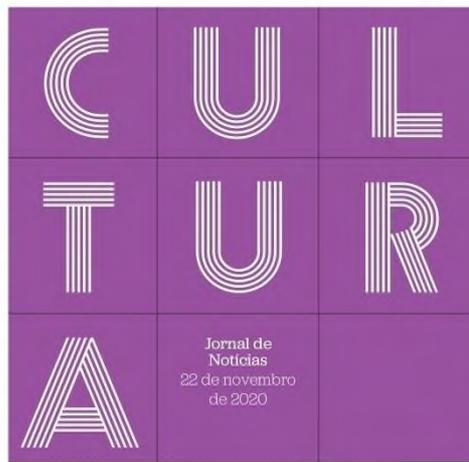
**PROMESSA** Os 152 municípios das regiões Norte e Centro que não dispõem de cadastro predial terão financiamento para adquirir essa valência. Os programas operacionais Norte e Centro lançaram dois avisos no valor global de 24 milhões de euros para financiar aquelas câmaras e 138 autarquias apresentaram uma candidatura: 68 são da região Norte e 70 do Centro.

Esta verba servirá para iniciar os procedimentos de representação gráfica georreferenciada dos terrenos rurais que existem em cada território concelhio. A Associação Nacional de Municípios considera que os 24 milhões são insuficientes face aos “elevados custos do processo” e pediu um reforço de verbas. O Governo compromete-se a fazê-lo através do Plano de Recuperação e Resiliência, que consagra 96 milhões de euros para o alargamento do cadastro simplificado a todo o país. O secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, já deu voz a esse compromisso em declarações ao JN.

Este dinheiro será aplicado nas “diferentes necessidades de investimento para a concretização” da rede de balcões municipais, “com destaque para a área tecnológica e para o apoio técnico e financeiro aos municípios”, concretizam os ministérios da Justiça e do Ambiente. ●



Carlos Miguel



Carminho, Mariza e Boss AC (ao lado), e Tony Carreira e Carlão (em cima) foram algumas das muitas figuras da música que estiveram no protesto, em Lisboa

# “Objetivo do Governo nunca é resolver, é atrasar o problema”

Personalidades da cultura entre os 1200 artistas, técnicos e promotores que se juntaram em Lisboa para um aviso sério: há fome e risco de colapso do setor

Sofia Cristino  
cultura@jn.pt

**MANIFESTAÇÃO** Num “ano particularmente difícil” para o setor da cultura, um dos mais afetados pela pandemia covid-19, Bruno Nogueira criticou, ontem, “a falta de diálogo” manifestada pelo Ministério: “O objetivo do Governo nunca é resolver, mas remediar e atrasar o problema que se arrasta ao longo de vários anos”. O ator e comediante protagonizou uma das várias intervenções durante a manifestação pela “Cultura em Portugal”, no recinto do

Campo Pequeno, em Lisboa, que juntou algumas das maiores figuras da música ou teatro a outros artistas, técnicos ou promotores.

Tony Carreira, Mariza, Carminho, Luís de Matos, José Raposo, Marisa Liz, Carlão, Kalú, Miguel Guilherme, Luís Montez ou David Fonseca estiveram no protesto com 1200 manifestantes, que decorreu de forma ordeira (com condições sanitárias), mas em ambiente de profunda preocupação. No palco, ao vivo ou em vídeo, artistas e associações representativas de várias áreas – como dança, cinema, circo,

teatro ou música – alertaram para a crise profunda do setor, que corre o risco “de entrar em colapso e não sobreviver”.

Luís de Matos, numa das intervenções mais aplaudidas, criticou as “medidas falsas e hipócritas” e “taxas anedóticas” do Governo e lembrou que a cultura tem de fazer parte do discurso do Estado e “não só quando um jornalista se lembra de perguntar”. Mariza, que tinha 110 concertos marcados para este ano, apelou também ao Governo para “não contar mentiras e mostrar o que quer fazer com o setor”. Ao

JN, a fadista disse ainda que as restrições de circulação ao fim de semana são “descabidas”. “Não têm lógica nenhuma. Estamos a viver uma fase extremamente difícil, mas podem existir outro tipo de medidas. Já vim a espetáculos e senti que foram extremamente seguros, não se ouviu ainda em nenhum concerto falar-se de pessoas contaminadas com covid-19”, observou.

**DEBATE COM A MINISTRA**  
O cantor Pedro Abrunhosa pediu “um debate da ministra da Cultura com os seus pares, para deixarmos de tra-

tar a cultura como uma coisa acessória” e apelou a “uma atribuição no mínimo de 2% das verbas europeias”.

**ARTISTAS NA CONSTRUÇÃO**  
Álvaro Covões, promotor e vice-presidente da Associação de Promotores de Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE), que agendou o protesto, sublinhou ao JN que “centenas de profissionais do setor já mudaram de profissão”. “As pessoas têm de se fazer à vida. Os artistas de circo estão a trabalhar na construção civil, como motoristas ou nas limpezas domésticas”, exemplificou.

Nos últimos meses, como consequência da pandemia, avança também, “centenas de empresas já fecharam”. “Não basta mostrar sensibilidade, precisamos de atitudes. Têm de injetar dinheiro nas empresas e nas pessoas para que possam sobreviver a este tsunami”, pediu.

Durante os discursos, marcados por intervenções fortes e com sentido de urgência (“Há quem esteja a passar fome”), foi ainda sublinhado o “enorme contributo” que a Cultura tem para a produção de riqueza do país. ●

LIVE

## Tony Carreira anuncia concerto de Natal

O artista português anunciou que vai realizar um concerto de Natal, no dia 20 de dezembro, que será transmitido online. Carreira surpreendeu os fãs ao revelar nas redes sociais que vai atuar em direto no Instagram. “Estamos a preparar um direto muito especial de Natal, num sítio que para mim é muito especial. É, sem dúvida, a sala que conheço melhor, onde mais cantei, que é a sala de minha casa”, afirmou num vídeo publicado na plataforma. “Espero que tenham tanto prazer em vê-lo como nós temos muito prazer neste momento a preparar esse live para dia 20”, acrescentou.



A ABRIR

## Um congresso legal, mas pouco moral



POR **Inês Cardoso**  
Diretora

“Quem não estiver confuso, não está bem informado”. A frase do editor e poeta brasileiro Carlito Azevedo assenta como uma luva aos tempos complexos que vivemos, traduzindo na lucidez de um paradoxo a dificuldade dos poderes políticos em definir um rumo para controlar a pandemia. Um dia depois de Marcelo Rebelo de Sousa endurecer o discurso e dramatizar a necessidade de medidas restritivas, o Governo mantém um caminho que tenta conciliar a contenção da crise sanitária com a minimização do impacto económico das restrições. Tentando evitar especulações em relação ao que podemos esperar para o Natal, António Costa não anunciou nada de surpreendente ao país. Era esperada a proibição de circular entre concelhos nos feriados de 1 e 8 de dezembro e a exigência de confinamento máximo neste período. Surpresa, quando muito, a tolerância de ponto na Função Pública e o encerramento das escolas, criando duas pontes que, ao contrário do efeito pretendido, poderão suscitar em muitas famílias a tentação de deslocações.

Com a pandemia a somar quase nove meses e a causar cada vez mais perplexidades e divergências, o novo estado de emergência traz consigo uma nova polémica. Que a lei permite a realização do Congresso do PCP, nos próximos dias 27 a 29 de novembro, não restam dúvidas. Os direitos políticos não estão suspensos e é claro que o Governo nada poderia fazer para o travar.

A questão não é, contudo, de legitimidade jurídica e o primeiro-ministro foi exímio a colocar sobre o PCP o ónus da realização do Congresso, escusando-se a comentar “perceções” que o evento possa despertar na população. Tal como na festa do Avante, seguramente serão cumpridas rigorosas medidas de segurança e poderá não haver qualquer risco de contágio. O PCP deveria, ainda assim, mostrar solidariedade com os portugueses num momento particularmente duro do país, adiando o Congresso para uma data sem proibições de circulação. Há momentos que exigem estar muito além do limite estrito fixado pela lei.



**Política** Debate orçamental trouxe de volta dedicação exclusiva ao SNS

# Médicos em exclusividade: 67,2% são mulheres

Dados fornecidos pela ACSS ao PÚBLICO permitem tirar uma fotografia aos médicos em regime de exclusividade

**Marta Moitinho Oliveira**

Mais de dois terços dos médicos abrangidos pelo regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde (SNS) são mulheres e a grande fatia trabalha a norte. Estas são duas das principais conclusões que se retiraram do perfil dos médicos em dedicação plena no Estado inseridos no regime que foi extinto em 2009. O tema voltou a estar em cima da mesa no debate orçamental, mas o PS quer adiar para depois da pandemia a criação de um regime que remunere quem fica em exclusivo no SNS.

Como o PÚBLICO noticiou, em Setembro estavam abrangidos pelo regime de exclusividade 5205 médicos especialistas, menos 278 do que em Dezembro passado, e o equivalente a 27% do total de médicos.

O regime de exclusividade prevê incentivos financeiros para os médicos que trabalhem apenas no SNS. Foi criado em 1990 pela então ministra da Saúde Leonor Beza e foi extinto em 2009 pelo ministro da Saúde da altura António Correia de Campos.

Apesar da extinção, permanecem em regime de exclusividade os médicos que durante aqueles 19 anos aderiram ao regime e que lá se mantiveram. E que médicos são esses? O PÚBLICO pediu à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) dados que permitissem tirar uma fotografia ao perfil do médico em exclusividade. Partindo dos dados de Setembro – os tais 5205 médicos –, a ACSS revelou que 67,2% daquele universo são mulheres, o que representa mais de dois terços. Os restantes 32,8% são médicos homens.

Outro dado relevante é a idade média dos médicos neste regime que, segundo a ACSS, é de 58,4 anos de idade a nível nacional. O que, em média, os médicos em dedicação plena são mais velhos do que a média do universo total dos médicos que, segundo dados de 2018, é de 50 anos. Uma conclusão que não será de estranhar tendo em conta que se trata de

um regime fechado, ao qual não puderam aceder os médicos que entraram depois de 2009.

A grande fatia dos médicos em exclusividade está no Norte, mostram os dados avançados pela ACSS. Dos 5205 médicos, 1327 estão na Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte. Ou seja, um quarto, um dado que tem de ser lido juntamente com a informação sobre as especialidades onde trabalham os médicos em exclusividade. Praticamente metade trabalha em medicina geral e familiar. O que significa que os médicos em exclusividade concentrados na ARS Norte são sobretudo em resultado dos médicos de família que estão nos centros de saúde.

Ainda em relação à localização e no que toca aos hospitais, é no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra que está o maior número. São 280, o que equivalente a 5,4% do total em Setembro. No Centro Hospitalar Lisboa Norte, do qual faz parte o Hospital de Santa Maria (o maior do país), são apenas 157 os médicos em dedicação plena.

Quanto à especialidade onde existem mais médicos em exclusividade, depois dos médicos de família surgem os médicos de medicina interna (465) e os anestesistas (360).

A exclusividade dos médicos saltou de novo para a ribalta com o debate do Orçamento do Estado para 2021 onde tanto BE como PCP entregaram propostas para criar um novo regime que remunere quem escolhe trabalhar apenas para o SNS.

O BE quer que seja pago um adicional de 40% aos médicos que entrem para esse regime e uma redução de horário em casos concretos, enquanto o PCP pretende que uma majoração salarial de 20% ou 40%, conforme o horário de trabalho. No entanto, o PS quer adiar a criação do regime para depois da crise sanitária. “No período pós-pandemia, o Governo procede à regulamentação do n.º 3 da Base 29 da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de



BE e PCP queriam recuperar já a exclusividade dos médicos ao SNS, PS adiou para depois da pandemia

**Perfil dos médicos em exclusividade**



Nota: Foram contabilizados os profissionais activos com contrato de trabalho, não inclui trabalhadores independentes/prestadores de serviços, nem entidades em regime parceria público-privada.

Fonte: Dados provenientes do RHV (Sistema de Informação em Recursos Humanos) em Setembro de 2020

4 de Setembro através da aplicação progressiva do regime de trabalho de dedicação plena, nomeadamente aos coordenadores de unidades de saúde familiar e directores de centros de responsabilidade integrados, baseado em critérios de desempenho e respectivos incentivos”, lê-se na proposta de aditamento ao Orçamento entregue pelo PS.

Ao PÚBLICO, o vice-presidente da bancada do PS João Paulo Correia explicou que agora o que “mobiliza os recursos do SNS é o combate à pandemia”, lembrando que esta alteração não é a mais urgente e que tendo “grande impacto no SNS demora a ser implementada”.



# A covid não é igual para todos

## Editorial



David Pontes



**Preocupação com a covid parece também não ser igual conforme se trata de um congresso de um partido político ou de um espectáculo musical**

**E**m Março, o medo nivelou tudo pela mesma medida. Tudo em casa, todos os que podiam em teletrabalho, tudo sem aulas, quase tudo fechado. Foi dessa forma que, num primeiro embate, Portugal conseguiu arranjar margem para achatar a curva e levou mesmo alguns a falar de “milagre”.

Mas o milagre para a saúde pública no imediato é a tragédia para a economia a prazo e, desde então, Governo e Presidente da República têm procurado trilhar o pedregoso caminho de tentar equilibrar as duas necessidades. A especificação das medidas do estado de emergência deste sábado foi mais uma etapa nesse caminho, especialmente quando, revelando aprendizagem, passa a dividir o país por quatro níveis de risco.

A ameaça da covid-19 não tem de ser igual para todos, quando claramente há graus diferentes de contágio

conforme os concelhos onde nos encontrarmos. O mapa, que vinha sendo pedido por alguns especialistas de saúde pública, permitirá gerir com maior ponderação as restrições, deixando respirar onde é possível e apertando onde há necessidade. É esta a gestão a que nos temos de habituar.

E a preocupação com a covid parece também não ser igual conforme se trata de um congresso de um partido político ou de um espectáculo musical. Se fosse, aqueles que se põem em fila para criticar o PCP pelo seu congresso há muito que deveriam ter levantado a sua voz, por uma questão de coerência, contra os concertos que estão marcados em grandes salas para as mesmas datas da reunião dos comunistas. Tal como na questão da Festa do *Avante!* é muito mais a vontade de atacar o PCP, e indirectamente o Governo, que os move e não uma genuína preocupação pela saúde pública.

António Costa respondeu a esta questão citando a lei do estado de emergência. É ela que determina, e bem, que a situação de excepcionalidade para a democracia não inclui a paralisação da actividade política: “As reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia”, diz o diploma.

Só mesmo o combate político e uma leitura enviesada permite a Rui Rio ter dito nas redes sociais que a lei “não diz que o congresso não pode ser adiado e, muito menos, proíbe o Governo de determinar que ele se tenha de realizar por videoconferência”. Não diz, não. Nem isso nem que as autoridades estão impedidas de obrigar todos os congressistas a vestir de laranja. O que diz é que não há lugar a proibição ou autorização prévia. Só custa ler quando não queremos mesmo ver.



Protesto no Campo Pequeno

# “Salvaram a TAP ou a Efacec. Está na hora de dizerem se querem ou não salvar a cultura”

Reportagem

Vítor Belanciano

**N**ão querem ser olhados como despesa, mas sim como um investimento seguro no futuro do país. Para sobreviverem agora, pedem um apoio a fundo perdido – não do Orçamento do Estado, mas da “bazuca europeia” – correspondente a 20% da quebra de facturação das empresas e a 40% da quebra do rendimento dos profissionais, a ser pago em duodécimos ao longo de 2021. Foi assim que se posicionaram ontem no Campo Pequeno, em Lisboa, centenas de agentes reunidos numa manifestação pela cultura

promovida pela Associação de Promotores de Espectáculos Festivais e Eventos (APEFE).

Não foi uma manifestação clássica. Houve bilhetes e distanciamento entre lugares, ou seja, cumpriram-se as regras que a Direcção-Geral da Saúde impõe a qualquer espectáculo. Essa foi aliás uma das contínuas reafirmações do evento: “A cultura é segura.”

Perante actores como Miguel Guilherme ou Filipe Vargas, músicos como David Fonseca, Samuel Úria, Carminho, Hélio Morais, Mariza, Ricardo Ribeiro, Fernando Ribeiro, Pacman, João Gil ou Tony Carreira e promotores como Luís Montez, os oradores enalteceram o papel da cultura enquanto factor identitário e de coesão social, mas também o contributo para a dinamização económica de um sector que foi dos primeiros a serem atingidos e muito provavelmente será o último a reerguer-se, com reflexos no desemprego, em falências e insolvências, e na saúde mental do país.

Não faltaram, aliás, ao longo das duas horas de protesto, palavras como “colapso”, “abismo” ou “cadafalso”. Sandra Faria, da direcção da APEFE, disse que há “130 mil trabalhadores” que não sabem o que lhes irá acontecer, porque na área dos eventos culturais a quebra “entre Janeiro e Outubro” foi de 87% face a 2019. “O que fazer? Vamos fechar teatros, livrarias, galerias, salas, festivais?”

“Muitas vezes substituímo-nos ao Estado, chegou a hora de o Estado olhar para nós”, defendeu Pedro Magalhães, da Associação Portuguesa de Serviços Técnicos para Eventos, destacando o sentimento de injustiça perante as medidas governamentais: “É preciso que exista uma distribuição justa das ajudas, de acordo com as perdas.” Já João Carvalho, responsável pelo festival Paredes de Coura, fez questão de desfazer um equívoco: “A maioria olha para os festivais como máquinas de fazer dinheiro. Muitos já estiveram à beira



Três protestos num dia: cultura, restauração e seguranças privados

da falência. São empresas de alto risco que dão trabalho a milhares, mexem com a economia, atraem turismo.”

Por vídeo, Bruno Nogueira sublinhou que há um problema de base na comunicação com o Governo. “O diálogo está sempre inquinado, porque o objectivo do Governo nunca é resolver, é remediar.” O actor José Raposo foi mais longe, e arrancou palmas da

assistência ao dizer que a “ministra da Cultura” deveria ter comparecido. Mas não foi apenas o Governo a estar na mira. A Associação Portuguesa de Empresas e Artistas de Circo reclamou que estas são “vítimas de xenofobia artística e cultural” e criticou a falta de interesse do PAN pela situação dos animais.

Num dos discursos mais aplaudidos da manhã, o ilusionista

Luís de Matos fez questão de dizer que em 25 anos nunca solicitou ajudas estatais, acusando o Governo de ignorar o sector nesta fase vital e “anunciar medidas hipócritas”, como a permissão da realização de espectáculos matinais que “não são solução para nada”. Em concreto, pediu o “congelamento dos pagamentos ao Estado”, sublinhando que os governantes só são sensíveis aos números. “Nesse sentido, a única coisa importante a dizer é: se nos deixarem sobreviver, somos um bom investimento e negócio para o país.” E ironizou: “Seria também bom que não deixassem morrer todos os técnicos, se não, para o ano, não haverá comícios e campanhas partidárias.”

Pedro Abrunhosa, via vídeo, pediu uma muito maior dotação orçamental na cultura, mais presença política da ministra e “a atribuição, no mínimo, de 2% das verbas europeias que vêm aí”.

Na mesma linha foi a intervenção de Álvaro Covões, da direcção da APEFE, que começou por se dizer perplexo por não haver “uma linha” sobre o sector no Plano de Recuperação e Resiliência. Dirigindo-se ao Governo, solicitou que este “passe à acção”, mas também não esqueceu o principal rosto da oposição: “Dr. Rui Rio, venha ao teatro para se sensibilizar. E para, enfim, nos compreender.”

“Temos o orçamento da União Europeia mais baixo para a Cultura. Nas últimas décadas decidiu-se, e bem, salvar a agricultura e as pescas. E mais recentemente o Governo decidiu salvar a TAP ou a Efacec. Está na hora de dizerem se querem ou não salvar a cultura”, concluiu o promotor da Everything Is New.



Era uma vez um país onde muitos nunca tinham visto um médico. Era uma vez uma geração de médicos que foi para o interior lançar as bases do SNS. O Serviço Médico à Periferia (1974-1982) foi uma hecatombe no Portugal “medieval”, conta Raquel Varela no livro *Uma Revolução na Saúde*

Por Mariana Correia Pinto



CORTESIA VASCO TRANCOSO



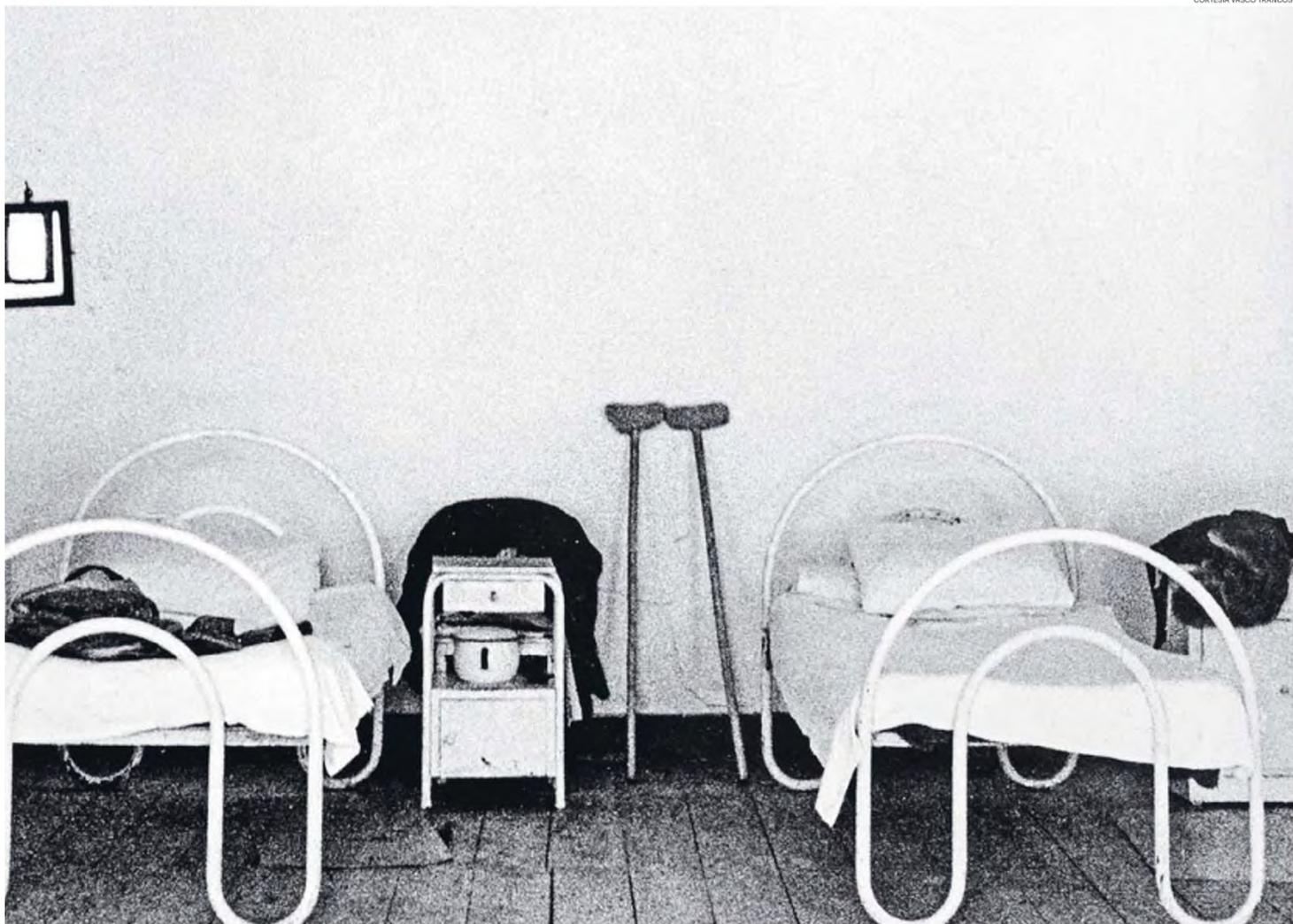
# Quando os médicos foram à periferia para mudar o país

**Q**uando o homem descalçou as botas e as meias para ser visto pelo médico, os pés surgiram cobertos de vermes. O “velhote” não tiraria os sapatos “há meses” e as úlceras haviam crescido sem ele perceber. Desmaiou. “Uma coisa absurda, não é?” O cirurgião pediátrico Jaime Mendes trocava a Suíça por Mangualde, depois de anos de exílio para escapar à ditadura e à guerra, e encontrara um país das “cavernas” na Europa. Ali, a população não tinha electricidade e o cenário memorava os “filmes soviéticos dos anos 30”.

Como muitos outros médicos, Jaime Mendes procurava resgatar Portugal das sombras e levar a saúde às zonas mais longínquas do mapa. Eles foram os obreiros e pensadores do Serviço Médico à Periferia (1974-1982), “embrião” do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que transformou o país. Um tempo “irrepetível”, mas de onde podem resgatar-se “sementes para o futuro”, acredita Raquel Varela, autora do livro *Uma Revolução na Saúde – História do Serviço Médico à Periferia* (Húmus). Uma viagem ao Portugal dos anos 70 e a uma utopia feita real num tempo em que a pandemia de covid-19 pôs o SNS debaixo dos holofotes.

## Esperança

Era “um tempo generoso e de esperanças”, em que os ganhos chegavam para todos, recorda o médico Vasco Trancoso, um dos integrantes do Serviço Médico à Periferia e autor das imagens acima, captadas em 1975, em Vila Nova de Ourém



O trabalho da historiadora começou mais de dois anos antes de um vírus virar o mundo do avesso. Mas a leitura do livro, para o qual recolheu “mais de 500 páginas de testemunhos” de médicos, talvez faça mais sentido do que nunca: “Esta experiência foi uma revolução na saúde e permitiu a Portugal passar de um Estado medieval para um dos melhores, mais modernos e progressistas do mundo. Não se repete, mas os ensinamentos dela são essenciais para responder hoje ao SNS”, diz Raquel Varela.

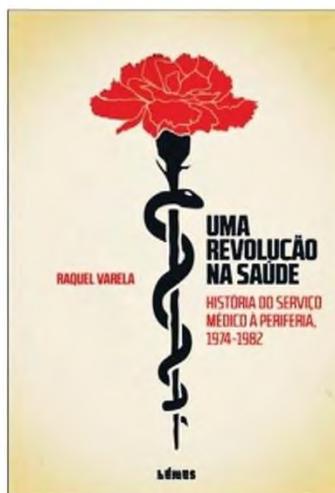
A saúde – e particularmente o *burnout*, o desgaste rápido e as condições de trabalho em várias áreas – tornaram-se há muito objecto de estudo da historiadora. Não por laços genéticos (os pais são engenheiros florestais), mas, em certa medida, também por influências caseiras. Tendo crescido numa família em que os princípios republicanos e sociais eram bandeira e a liberdade e igualdade eram irrevogáveis, interessou-se cedo pela Revolução dos Cravos, procurando entender como se transformam as sociedades. Estudar o Serviço Médico à Periferia (SMP) foi também seguir essa missão.

### A “bonança perfeita”

O 25 de Abril tornara intolerável o abandono do “interior pobre e sem cuidados de saúde”.

Já não era possível “prosseguir a vida da modernização conservadora do Estado Novo” e a escassez de força de trabalho, acentuada pela guerra colonial e pelas migrações, punha em causa a economia e obrigava governantes a pensar na classe trabalhadora: como sobreviveria o país, se ela adoecesse? Nessa lógica, o Serviço Médico à Periferia era “inevitável”, aponta Raquel Varela no seu livro. A “bonança perfeita” conducente à sua criação cruzou questões económicas, sociais, laborais e políticas – e tinha nas carreiras médicas um ponto fulcral. Embora mantida desde os anos 50, e exposta no *Relatório sobre as Carreiras Médicas* de 1961, essa luta só saiu da gaveta com a Revolução. “Os dois processos são indissociáveis e inseparáveis.”

Naqueles anos, os interesses profissionais dos médicos (acesso a carreiras) combinaram-se bem com as ambições sociais e o bem comum (acesso à saúde). Quem tinha terminado o primeiro ano do internato geral e tinha ambições de aceder a uma carreira tinha de cumprir esta missão no interior. O SMP foi o princípio do SNS, criado em 1979 por António Arnaut: a experiência não só levou médicos onde eles não existiam (ou eram inacessíveis) como introduziu a noção de cuidados de saúde primários em todo o território e, depois das car-



reiras médicas, abriu caminho para a criação de centros de saúde e da especialidade de Medicina Geral e Familiar.

O Governo de então queria corrigir as assimetrias do país na área da Saúde. Mas nem sempre teve um “plano linear” para isso e, sem a iniciativa dos jovens médicos de Lisboa, Porto e Coimbra que rumaram aos lugares mais recônditos do mapa, o SMP nunca existiria, sublinha Raquel Varela em conversa com o PÚBLICO: “Não era possível dirigentes centralizados no Estado, por mais dedicados e empenhados que fossem, fazerem aquilo que foi feito pelas pessoas nos locais de trabalho: gestão democrática, autonomia, trabalho em equipa, decisões não burocráticas, mobilização empenhada de todos os recursos com a promessa de carreiras médicas e de abertura à especialidade.”

### O melhor dos tempos

Às aldeias e zonas mais esquecidas, chegaram “uns jovens médicos cheios de sonhos, risinhos e alegres”. A recordação é de Leonor Duarte de Almeida, os efeitos duradouros da experiência também: “Parte desse tempo deixou um efeito, uma marca em mim, para a vida.” O “envolvimento democrático” →



daquele período foi para Raquel Varela “absolutamente fantástico”: “Os médicos chegaram a ocupar hospitais abandonados para abrir às populações gratuitamente: é disto que estamos a falar. Decidiram que o sangue não ia mais vender-se e que não era preciso pagar um bilhete para ver um familiar.”

Era “um tempo generoso e de esperanças” em que os ganhos chegavam para todos, recorda o médico Vasco Trancoso: por um lado, o SMP abriu caminho a uma “maior educação sanitária e uma mais-valia assistencial” levada aos mais carentes e, por outro, proporcionou uma aprendizagem no “domínio do encontro entre médico e doente”. Raquel Varela resume-o assim: “Muitos destes médicos tornaram-se excepcionais nas suas especialidades e todos se lembram dos tempos do SMP como os mais encantadores das suas vidas. Isso diz muito, não só sobre o que alcançámos, mas como o alcançámos.”

Nem tudo foi, no entanto, mar calmo e sereno. “Em algumas vilas e aldeias os policlínicos foram recebidos de braços abertos; noutras, literalmente ‘à pedrada’”. Noutras ainda sem hostilidade, mas também sem qualquer ajuda dos clínicos locais”, refere a autora no livro. Estas variações dependeram não só dos locais para onde os médicos iam (a violência da extrema-direita durante o PREC aconteceu sobretudo no Norte do país e foi também nessa região que mais obstáculos os profissionais de saúde enfrentaram), mas também da própria experiência dos médicos, mais ou menos politizados, com mais ou menos habilidade para a gestão.

Os primeiros, até ao ano de 1977, abriram caminho para quem veio depois. E, com os anos, a presença foi-se naturalizando. De tal maneira que, mais tarde, foi a população, “antes desconfiada, a protestar veemente para que os médicos continuassem, na altura em que o Governo ameaçou não continuar com o SMP”.

**Burnout e o SNS em perigo**

Uma palavra repete-se quando os médicos procuram explicar a magia daquela experiência. “Aqui tínhamos mais autonomia! (...) E foi gratificante porque estávamos sempre a ajudar as pessoas. Estávamos a oferecer um serviço de que elas não dispunham”, declara a médica Natália Correia. Autonomia, trabalho em equipa, criatividade, reconhecimento da população e inter pares – uma espécie de cartilha do SMP que Raquel Varela gostaria de ver recuperada no século XXI. O que aconteceu nesta experiência é a “antítese do mundo do trabalho de hoje” – e a “antítese do burnout, caracterizado pela tríade de despersonalização, desmotivação, exaustão emocional”.

Olha para aqueles anos em que “os médicos foram para o meio do nada, sem meios para nada, tratar de situações que desconheciam” e o fizeram “de manhã à noite sem nunca se queixar de horários ou o que quer que fosse” deveria construir pontes para o presente, declara Raquel Varela. “Temos de olhar para o SMP e pensar que, quando foi dada autonomia, capacidade de trabalho em equipa, confiança e perspectivas de carreira, o que aconteceu foi um empenho imenso.”

É o avesso dos dias actuais, considera a autora. Dias estes em que “o SNS está em perigo”. A afirmação “não é de esquerda ou de direita”, limita-se a uma análise daquela que é a actual “capacidade de formação a atracção” do SNS. A mudança exige uma outra filosofia e “deixar de tratar estes profissionais como se fossem operários de uma fábrica



CORTESIA VASCO TRANCOSO

**À pedrada**  
No decorrer do SMP, nem tudo foi calmo e sereno. “Em algumas vilas e aldeias, os policlínicos foram recebidos de braços abertos; noutras, literalmente ‘à pedrada’”. Noutras ainda sem hostilidade, mas também sem qualquer ajuda dos clínicos locais”



CORTESIA JORGE SEABRA



PEDRO CUNHA/ARQUIVO

numa linha de montagem". "Nem os médicos querem ser operários, nem as pessoas querem ser carros. Temos de recuperar a avaliação baseada na qualidade e não na quantidade. Os médicos têm de ter gestão democrática, uma palavra a dizer sobre como se organiza um hospital, têm de poder trabalhar em equipa, ter meios, tempo para formar e ser formados, têm de eleger hierarquias, porque só isso cria relações de confiança."

### "Um país terrível de miséria"

Portugal tinha, nos anos 70, "uma das mais altas taxas de mortalidade da Europa". Era um país onde "epidemias de cólera matavam, mulheres morriam no parto antes sequer de chegar à estrada, porque nem caminho para ela havia, e onde havia uma torneira para 1700 pessoas em bairros de Oeiras, às portas de Lisboa". O pequeno retrato falado de Raquel Varela é pintado com dezenas de dados e histórias no seu livro. "Dominava a gente pobre, corpos magros, roupa escura e gasta, rasgada ou cosida e recosida, pés descalços ou em toscas socas de sola que nem sonhavam ver o mar, faces precocemente envelhecidas, de onde surgiam poucos sorrisos de bocas desdentadas", recorda Jorge Seabra, que cumpriu o SMP nas Beiras.

Médicos assistiram a partos no meio das pe-

dras em Viseu, uma mulher morreu quando paria os seus gémeos, porque para chegar a casa dela era preciso calcorrear uma vereda de terra durante mais de uma hora na Madeira, muitas crianças repetiam de ano por défice de audição não diagnosticado, o fio de um carrinho de linhas fervido servia para suturar pacientes em Paredes de Coura. "Era um país terrível de miséria", resume Joaquim Couto, que fez o SMP em Vizela entre 78 e 79. "As pessoas olhavam para os médicos jovens quase como um Che Guevara que chega ao meio rural, atrasado, pobre", recorda.

Nesse Portugal, "a doença era encarada como uma parte da vida, da natureza, uma fatalidade que não podia ser vencida", observa Raul César de Sá. Muitos viram e consultaram um médico pela primeira vez naqueles anos. Uma consulta de "João Semana" – nome inspirado numa personagem do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, no qual Júlio Dinis homenageia os médicos de província – "podia custar o equivalente ao valor que um camponês necessitaria de um ano para poupar". Por isso, relata o médico Jorge Seabra, a maioria procurava "os 'endireitas' e os 'bruxos'".

A vitória do SMP foi também mostrar a esse povo que outro mundo era possível, como faz notar o médico Bernardino Páscoa: "As pessoas compreenderam que tinham necessidades que até aí não sabiam que tinham." Eram dois países finalmente transformados num só.

### O início da "degradação"

As "energias" mobilizadas pelo ambiente revolucionário para esta experiência esmoreceram lentamente. "Depois da Revolução deixou de haver tanto empenho directo dos profissionais de saúde, como de toda a gente em Portugal", diz Raquel Varela, explicando que "a estabilidade tende a profissionalizar a política e a maioria dos trabalhadores deixa de ter uma voz política activa". Essa foi a primeira perda, mas não seria a única que conduziria a uma "degradação" do SNS. No início dos anos 80, "por causa da dispersão entre representantes e represen-

“  
Muitos destes  
médicos  
tornaram-se  
excepcionais nas  
suas especialidades  
e todos se lembram  
dos tempos do SMP  
como os mais  
encantadores das  
suas vidas. Isso diz  
muito, não só sobre  
o que alcançámos,  
mas como  
o alcançámos  
Raquel Varela

tados, foi introduzido o fim da gestão democrática". Mais tarde, viria "o fim das carreiras médicas" e ainda os "hospitais EPE/SA, que colocaram o SNS a concorrer contra si próprio".

Para a investigadora, "a privatização contribuiu para a destruição do SNS". Mas o caminho foi aberto para isso antes, quando as condições laborais de médicos e enfermeiros se deterioraram e estes correram ao privado em busca de uma "compensação salarial", cumprindo muitas vezes horas extraordinárias e duplas ou triplas jornadas. "Foi a não oferta de condições no SNS que empurrou estes profissionais para fora. E o sector privado actua de forma vampiresca no SNS. Vai lá buscar os médicos e os profissionais formados, só faz aquilo que é lucrativo e acaba por ter um efeito concorrencial permanente face ao SNS. O problema com o sector privado que foi estimulado pelo Estado." A pandemia pôs o país ao espelho. E foi a prova de que "não há mercado para um serviço privado de saúde", defende. A escassez de anestesistas e intensivistas neste sector é para Raquel Varela um obstáculo na ideia de combater a covid-19 também em hospitais privados. Mas não só. "Os privados recebem raramente um doente em cuidados intensivos e passado uns x dias o seguro acaba e devolvem-no ao SNS."

Em 2020, Raquel Varela não espera uma reprodução da narrativa dos anos 70. Mas uma acção terá necessariamente de se repetir, se a missão for "salvar" o SNS: "Os profissionais de saúde têm de se organizar e participar activamente nas políticas de saúde. Essa responsabilidade não pode ser de gestores profissionais." Também por isto a historiadora gostava de ver as quase 200 páginas do seu livro serem lidas pelos mais jovens, parte de uma "geração que se tem esquecido de dizer 'não!' a ordens que colocam em causa a sua própria profissão e o país".

\* os depoimentos de médicos citados no texto são parte do livro de Raquel Varela e resultam de cerca de 50 entrevistas e recolha de testemunhos feitos pela autora

Mariana.Pinto@publico.pt



# Quando os médicos foram à periferia para mudar o país

P8 a 11

**Refugiados**  
Caderno encontrado nas cinzas de Moria revela o pesadelo das crianças sós

P2

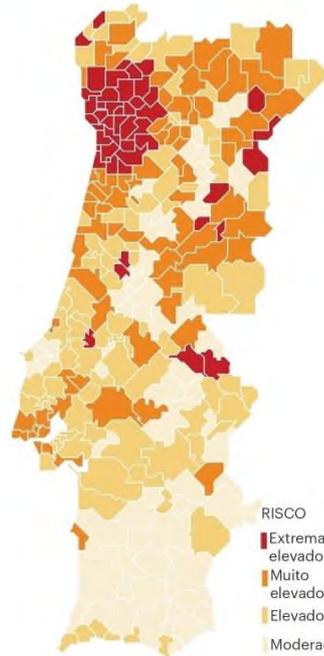


**Uma revolução no SNS**  
Quando os médicos foram à periferia para mudar o país

P2



Público P



# Restrições mais duras em 127 concelhos

**Covid-19** País dividido em graus de risco • Nos concelhos com risco mais elevado há recolher obrigatório a partir das 13h ao fim-de-semana e feriados • Aulas suspensas e tolerância de ponto a 30 de Novembro e 7 de Dezembro • Costa pediu a Marcelo que previsse confinamentos compulsivos • Autarcas e médicos com algumas reservas **Destaque 2 a 7 e Editorial**

**Jovens**  
**Maioria dos novos 'nem-nem' vem dos cursos profissionais**

Não estudam nem trabalham. São 6% dos jovens que terminaram o secundário em 2018/19. Raparigas estão em maioria *Sociedade, 14/15*

**Teatro**  
**Como a covid-19 contagiou as pequenas companhias**

Há estruturas que se mantêm à tona e outras que enviam trabalhadores para o desemprego. "O esforço vale a pena?", questionam *Cultura, 26*

**Trabalho**  
**Nova realidade força mudanças na legislação do teletrabalho**

Teletrabalho veio para ficar, mas é unânime entre os especialistas que é preciso adaptar as regras ao novo contexto laboral *Economia, 20/21*



**MotoGP**  
**A primeira pole position de Oliveira surgiu em Portugal**

Piloto português parte do primeiro lugar para o último Grande Prémio do Mundial 2020, em Portimão. Um feito inédito *Desporto, 28*



PANDEMIA

# Marcelo prepara Natal

**PRESIDENTE** ⚡ Risco de terceira vaga em janeiro e fevereiro pressiona Governo **MEDIDA** ⚡ Limite à circulação entre concelhos



Iluminação de Natal de Lisboa foi ligada ontem com uma semana de antecedência e sem festa inaugural

**FRASES DO DIA**

“UMA TERCEIRA VAGA PODE OCORRER ENTRE JANEIRO E FEVEREIRO”  
MARCELO REBELO DE SOUSA

“ESTADO DE EMERGÊNCIA DURA O QUE FOR NECESSÁRIO”  
MARCELO REBELO DE SOUSA

“QUE PARTIDOS E PARCEIROS SOCIAIS CONTINUEM A FAZER A CONVERGÊNCIA POSSÍVEL”  
MARCELO REBELO DE SOUSA

**ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/SALOMÉ PINTO**  
**O** agravamento da pandemia da Covid-19 coloca em risco a circulação entre concelhos nos fins de semana próximos dos feriados de 1, de 8 e de 25 de dezembro, dia de Natal. Para travar o crescimento do número de infeções e aliviar a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Governo pode lançar mão dessas limitações se o número de infetados não se reduzir substancialmente. Ontem, na sua declaração ao País, o Presidente da República deu um sinal claro das medidas duras que poderão ter de ser aplicadas durante “todo o mês

de dezembro”. O pico da pandemia deverá ser atingido no final deste mês ou no início do próximo, segundo as previsões dos epidemiologistas, com cerca de sete mil casos por dia. A previsão aponta para que no dia 21 de dezembro, vésperas de Natal, seja atingido o número de 100 mortos por dia.

**EXECUTIVO ANUNCIA HOJE AS RESTRIÇÕES DO NOVO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

O Governo reuniu ontem, em Conselho de Ministros, para aprovar novas medidas de combate à pandemia, que serão anunciadas hoje pelo primeiro-ministro António Costa. Ao que o CM apurou, o Executivo está muito inclinado a limitar a circulação nos fins de semana próximos de



Presidente falou ontem ao País

1 e 8 de dezembro. Já a limitação da mobilidade no Natal será decidida mais perto dessa data.

Marcelo Rebelo de Sousa alertou ontem para “uma terceira vaga” que pode ocorrer “entre janeiro e fevereiro e será tanto maior quanto maior for o número de casos um mês antes”. Sem nunca se referir direta-

mente ao Natal, Marcelo pediu “aos decisores políticos e aos portugueses que não facilitem em dezembro, do princípio ao fim do mês, para não ter de se sofrer um agravamento pesado ao virar de 2021. E disse mesmo que, “o estado de emergência durará o tempo que for necessário”. Marcelo deixou um forte recado aos partidos e ao Governo, dizendo haverá o tempo de julgar os autores e apurar responsáveis e que “não faltará eleições para isso”, recordando que “nenhum deputado pode dizer que se opôs desde o início ao estado de emergência”. Perante as críticas da restauração, Marcelo pediu que se “recuse a violência física na vida democrática”.

**LISTA DE RISCO COM MAIS DE 200 CONCELHOS**

📌 O ministro da Administração Interna disse que o número de concelhos com elevados níveis de contágio irá aumentar, passando as duas centenas, e adiantou que o Governo irá atuar numa lógica de diferenciação local. ●

**AHRESP APELA PARA ALIVIAR RESTRIÇÕES**

📌 A secretária-geral da AHRESP, Ana Jacinto, pediu ontem ao Governo para aliviar as restrições impostas à restauração, tendo em conta o estudo do Infarmed que diz que só 2% dos contágios acontece naqueles locais. ●



# em casa

nos fins de semana prolongados de dezembro



ANTONIO GUTRIM

**Bancada comunista** votou contra o estado de emergência

## Governo defende Congresso do PCP

■ O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, defendeu ontem a legalidade da realização do Congresso do PCP entre 27 e 29 de novembro, mesmo em estado de emergência, sublinhando que “o decreto presidencial não pode proibir aquilo que está pela lei proibido de proibir”.

MARILYN DAN TAYLOR



SÁBADO 21/11/2020 | DIÁRIO | €1,70 (C/IVA)

**HOJE Grátis** **144** PÁGINAS

**CORREIO da manhã**

www.cmjornal.pt

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAL EDIT. ADIS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

**O NOVO PESADELO DO CHEF LJUBOMIR**

**PROGRAMA DE CRISTINA ABRE GUERRA COM A SIC P.41 A 45**

**LJUBOMIR STANISIC PESADELO NA COZINHA**

**'EX' DE EMPRESÁRIO FALIDO COM MILHÕES EM CARROS**

**ACIONISTA DA DONA DA TVI VEÍCULOS DE LUXO**

**EM NOME DE EMPRESAS P.16 E 17**

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**MARINHA PORTUGUESA NA CAÇA AOS PIRATAS**

P.22

ESPECIAL DE 13 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 14, 24 E 25

# COVID-19 BLOQUEIA FERIADOS E NATAL

AUMENTO DOS CASOS LEVA A LIMITAÇÕES DE CIRCULAÇÃO E A MAIS RESTRICÇÕES NO MÊS DE DEZEMBRO

## 68 SURTOS REGISTRADOS EM ESCOLAS

**MARCELO ADMITE TERCEIRA VAGA EM JANEIRO E FEVEREIRO**

**PS E PSD APROVAM NO PARLAMENTO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

**RECORDE DE DOENTES INTERNADOS NOS HOSPITAIS COM VÍRUS**

**MORTA ENTREGUE À FAMÍLIA ERRADA NO PORTO**

**SPORT**

**NEGÓCIO**

**BÉTIS QUER PALHINHA PARA VENDER WILLIAM**

**WILLIAM NA LUZ DEPENDE DE PALHINHA**

**SONDAGEM P.32 MAIS ADEPTOS ACREDITAM NO SPORTING 14,1% considera leão favorito no campeonato**

**FUTEBOL P.33 A 35**

**FESTA DA TAÇA SEM PÚBLICO**

**BENFICA DE JESUS SEGURO EM PAREDES**

**DRAGÃO REVIVE CLÁSSICO NO LAVRADIO**

**Na companhia do melhor do Alentejo.**

**MONSARAZ**

www.cafim.eu

**SINTRA P.19**

**VIOLADOR EM SÉRIE APANHA MAIS 16 ANOS**

Raptou estudante do ensino superior quando estava em liberdade condicional

**PJ REVELA P.18**

**ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS DISPARAM**

Crimes aumentam durante o confinamento

**GUARDA P.20**

**Idoso encontrado morto 74 horas após fogo**

**MATOSINHOS P.26**

**Longa Vida assume legionella em torres**

**MURTOSA P.21**

**Cinco GNR condenados por tortura no posto**

**TOKOZ**

**CILINDROS DE SEGURANÇA**

Anti Broca Anti Gazuas Chaves Incopiables Patente até 2030

Distribuidor em Portugal: TECNOPORTA www.tecnoporta.pt



## PENSÕES

# Aumento extra em 2021

**GARANTIA** ⚡ Dez euros serão pagos logo em janeiro  
**INFLAÇÃO** ⚡ Evolução impede atualização normal

WILSON LEDO

**A**s pensões mais baixas, até aos 658,2 euros, vão receber um aumento extraordinário de dez euros a partir de janeiro do próximo ano. A medida foi aprovada ontem pelos deputados, após uma proposta de alteração do PCP ao Orçamento do Estado para 2021. Apenas o PSD se absteve na votação.

Uma vez que a atualização regular das reformas está sujeita à inflação, que deverá ficar em terreno negativo devido ao impacto da pandemia, a atualização extraordinária deverá mostrar-se como a única subida para os pensionistas no próximo ano.

A medida, encarada como uma das principais conquistas do PCP nestas negociações das contas para 2021, tem um custo de 270 milhões. A alteração dos comunistas define o pagamento logo em janeiro, ao contrário do que constava na proposta do Governo, que previa esse extra apenas a partir de agosto.



MIGUEL BALAZAR

Valor

**658,2**

euros é o patamar máximo, até ao qual será possível a subida extraordinária das reformas em 2021.

Assim, estima-se que cerca de 1,9 milhões de pensionistas terão as pensões aumentadas por esta via no próximo ano. Em 2020, a atualização regular de pensões permitiu um aumento de 0,7% para as pensões mais baixas. A ministra do Trabalho e Segurança Social descartou, em outubro, uma atualização “normal” das reformas em 2021. “A única atualização que está prevista é a extraordinária”, afirmou Ana Mendes Godinho, perante a inflação. ●

PATRÕES | **FALTAM MEDIDAS FORTES**

**A**s confederações patronais, que reuniram ontem com o primeiro-ministro, António Costa, defenderam que a atual conjuntura exige do Governo uma "atuação mais firme e assertiva", pedindo mecanismos e medidas de apoio à reestruturação financeira e capitalização das empresas.



## DISTRIBUIÇÃO

# Lidl reforça investimento e dá aumento salarial a todos os trabalhadores

Cadeia vai investir até 180 milhões. Braga recebe em dezembro novo super e 7500 colaboradores vão ver rendimento aumentar.

—ANA MARCELA  
ana.marcela@dinheirovivo.pt

Com a pandemia a levar ao fecho dos supers e hipers novamente neste sábado à tarde, depois de meses a funcionar com limitações no número de clientes em loja, no Lidl já se preparam os “tempos difíceis” que chegarão com 2021. Mas até fevereiro, fecho do ano fiscal de 2020-2021, a cadeia alemã conta investir até 180 milhões de euros, intervém em 24 lojas (das quais quatro novos supers) e garantir que todos os 7500 colaboradores terão mais rendimento disponível através de um misto de aumentos e bônus.

Um “pacote de medidas que fará com que todas as pessoas que trabalham para o Lidl recebam mais dinheiro no próximo ano. Todos”, sublinha Alexander Frech, CEO do Lidl. “Não sabemos o que o futuro nos trará, mas sabemos que muitas famílias terão um desafio e queremos apoiá-los. Eles estão a apoiá-los para satisfazer os clientes e nós estamos a apoiar as nossas pessoas”, justifica. “Espero que a nossa abordagem seja um sinal para que outras empresas, que tenham possibilidade de fazer este tipo de investimento, também o façam.”

Neste ano, o Lidl já tinha aumen-

tado o subsídio de almoço (para 7,63€ por dia), atribuiu um bônus de 20% aos colaboradores com funções continuadas em temperaturas negativas nos entrepostos, em função do tempo de permanência na câmara e depois, com o rebotar da pandemia em março, deu novo bônus, até 40% do salário base, para compensar os colaboradores pelo trabalho adicional – “um cenário anormal e que esperamos que não se volte a repetir”. O próximo passo é mexer nos salários. “No ano passado aumentámos o escalão de entrada para 670€ (brutos), acima do salário mínimo nacional, a partir de agora no momento em que assinam um contrato prometemos um aumento salarial nos dois anos seguintes, até 820€”, anuncia Alexander Frech. Ou seja, uma valorização de 22,4% em dois anos, no salário bruto (sem subsídio de alimentação).

Esta medida abrange os operadores de loja e armazém, o que significa que, “em 2021, metade da nossa equipa irá receber um aumento automático atribuído através deste sistema”, precisa. “Temos pessoas há vários anos neste patamar dos 820€ (brutos) e vamos subir esse último nível para 870€. Ou seja, quem está neste escalão vai rece-

ber mais 50€, um aumento de 6%”, continua. “Acaba por ser uma situação onde ganham todos, quem entra e quem está connosco já há alguns anos”, justifica. E quanto aos colaboradores de outras categorias profissionais que neste ano fiscal estão no último escalão, “recebem um bônus de 3% do seu salário anual bruto, também em janeiro”, sintetiza o gestor, frisando que os trabalhadores com contrato sem termo têm ainda seguro de saúde, com um valor comercial de 400€, tendo a empresa investido, no ano passado, 180 mil horas, cerca de 2 milhões de euros em formação.

“Para termos uma relação de longo prazo – o que pretendemos, já que investimos em formação – temos de lhes oferecer perspetivas, que podem estar relacionadas com oportunidades de desenvolvimento: 65% da nossa equipa de gestão começou como operador numa loja ou num centro logístico. Não é algo que está no papel, acontece todos os dias. As pessoas percebem que há hipótese de promoção, o que leva a uma maior motivação e satisfação.”

A medida surge num momento em que o tema do aumento do salário mínimo nacional em 2021

Alexander Frech, CEO do Lidl, continua a apostar nas lojas físicas. FOTO: PAULO SPRANGER/GI



está na discussão pública, com a CIP a alertar para o potencial impacto dessa medida em empresas que, face à situação da economia, se debatem já com falta de liquidez e capacidade para pagar salários.

## Investimentos na mira

No retalho, há mais de dois anos que sindicatos e cadeias – através da Associação de Empresas de Distribuição (APED) – discutem, sem sucesso, um novo contrato coletivo de trabalho. “No caso do Lidl oferecemos condições aos nossos colaboradores acima daquelas que foram negociadas para o contrato em vigor ou que estão a ser discutidas. A título de exemplo, não temos tabelas salariais dispare entre loja e entreposto nem entre regiões diferentes do país e oferecemos um subsídio de refeição de 7,63€, máximo legal permitido sem encargos adicionais para o colaborador.”

As decisões do Lidl são tomadas também num ano em que, apesar das limitações do número de cliente em loja impostas pela pandemia, o retalho alimentar é dos poucos setores em que a crise parece estar a passar ao lado. Primeiro, foi a corrida aos supers, atingindo níveis de vendas recordes, mas o ritmo não tem abrandado. Só em setembro

## REFERÊNCIAS

# 9

—Milhões de euros

Valor do investimento do Lidl em segurança dos clientes e trabalhadores, até setembro, devido à covid.

# 15%

—Quota de mercado

O Lidl aumentou a compra a produtores/fornecedores nacionais em 15% até junho.



gastou-se mais 36 milhões do que há um ano, e a empresa tem beneficiado dessa procura. Até agosto subiu 0,6 pontos percentuais, para 11,3%, a sua quota de mercado, enquanto Continente e Pingo Doce (os dois maiores retalhistas) viram reduzida a sua fatia. Alexander Frech aponta esse ganho à aposta do grupo na expansão da rede e na maior portugalidade do sortido: até junho aumentaram em 15% as compras aos produtores/fornecedores nacionais. “Fomos dos primeiros a implementar as medidas de segurança (para a pandemia). Os clientes apreciaram e, por isso, estamos a ter um melhor desempenho do que os outros”, considera. Só nesta vertente, até junho, a cadeia investiu 9 milhões de euros.

Mas muito mais pensam investir na rede. “No ano fiscal passado estimávamos investir 150 milhões, mas acabámos por investir 180 milhões”, ou seja, uma subida de 44% face aos 125 milhões injetados no ano fiscal de 2018. Para este ano, “o plano inicial é termos mais ou menos este nível de investimento, em valor e em número de intervenções nas lojas (24). Vamos investir entre 150 e 180 milhões de euros”, adianta o CEO. Das 24 lojas, quatro são novos supers: Bairro Azul, Barreiro

e Santa Maria da Feira já abriram, e há uma quarta loja prevista para dezembro, em Braga. “Há outras calendarizadas, mas é difícil perceber se acontecerá neste ou no próximo ano, mas pelo menos teremos quatro novas lojas.”

Num momento em que a pandemia levou muitos portugueses a descobrir os supers *online* e os concorrentes a virarem-se para plataformas de entrega em casa dos clientes, no Lidl não há pressa para abrir *online*. “A nossa estratégia futura foi e será nas lojas físicas; ainda há potencial de crescimento”, defende. “Em Espanha trabalhamos com a Glovo, em Itália com o Supermercato 24. Temos alguns pequenos projetos dentro do grupo, por isso estamos a olhar para todo o lado. Há que esperar pelo momento certo para entrar no mercado com uma solução que seja para o longo prazo e de futuro.”

#### Reforço ao fim de semana

O fecho ao sábado e domingo à tarde – o fim de semana representa cerca de 20% da faturação semanal dos supers e hipers – fez mossa e apanhou a cadeia de surpresa. “O impacto na operação é inevitável”, admite o CEO. “No nosso caso, e de uma forma geral, houve uma perda de faturação, pois a afluência da parte da manhã não compensou o resto do dia”, reconhece. “Com o anúncio do encerramento do retalho alimentar às 13h, desde o passado sábado, verificámos um aumento na procura no dia de sexta-feira, ou seja, imediatamente a seguir ao anúncio por parte do governo. Para o fim de semana, reforçámos as equipas nas lojas.”

E não teme medidas mais restritivas? “O meu desejo é que o retalho possa continuar a alimentar Portugal, como fez ao longo de todo o anterior estado de emergência, em março e abril. Temos implementado um conjunto de medidas para garantir as compras dos portugueses em segurança, não sendo a ida às compras alimentares conhecido como foco de contágio”, reage. “O retalho alimentar tem prestado um importante apoio a toda a fileira agroalimentar, procurando também ajudar a escoar produtos que estavam destinados ao canal Horeca. Reduzir o acesso a bens alimentares terá naturalmente consequências junto de toda a cadeia de valor, fazendo com que o impacto infelizmente não seja apenas para nós.”

O CEO não arrisca fazer uma estimativa para o próximo ano fiscal. “Fazer uma previsão é muito difícil”, confessa. “Estamos a preparar-nos para o pior cenário e a ajustá-los da melhor forma. Estamos a preparar-nos para tempos difíceis.”



dinheirovivo.pt | sábado, 21 de novembro de 2020

N.º 484| Este caderno faz parte integrante do Diário de Notícias n.º 55 366 e do Jornal de Notícias n.º 173 do ano 133

# d dinheiro vivo

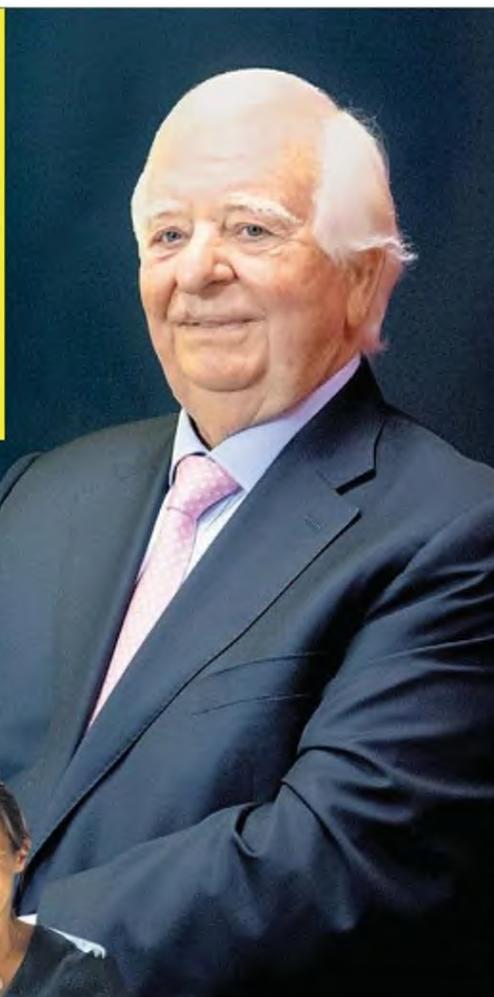
## Money Conference O país visto pelos banqueiros — P.12-15



ENTREVISTA DV/TSF — P. 04-05

### Eduardo Catroga

“A fatia de leão dos apoios devia ir para as empresas”



ANÁLISE DO FMI — P. 08-09

Portugueses são dos que mais empobreceram com a pandemia

NEGÓCIO — P. 18

EDP Comercial vive “o melhor ano” nos solares

JAIME NOGUEIRA PINTO — P. 20-21

“Champalimaud intuiu castelos de cartas na banca”

DISTRIBUIÇÃO — P. 24-25

Lidl investe 180 milhões e sobe salário a todos os trabalhadores

FAZEDORES: SAFEWAY — P. 36-37

Tech nacional usa água e ozono contra a covid

DESTAQUE — P. 06-07

### Mulheres partem pedra e projetam a indústria em 130 mercados



ANNETTE MONHEIM/GLOBAL IMAGES

# ifthenpay

Multibanco e MB WAY para a sua empresa

www.ifthenpay.com





## COMÉRCIO

## Shoppings avançam com queixa em Bruxelas

Associação dos centros comerciais alerta para a inconstitucionalidade das propostas do PCP e do PAN.

Associação Portuguesa de Centros Comerciais (APCC) vai avançar com uma queixa em Bruxelas contra o Estado português por causa das medidas no Orçamento do Estado Suplementar que mexem nas rendas comerciais. Os *shoppings* consideram inconstitucionais por tratar-se de uma “ingerência nos contratos celebrados entre privados”. Os centros já tinham apresentado queixa à Provedoria.

“Acreditamos que o governo, António Costa e o PS não irão atrás destas práticas que põem em causa a iniciativa privada e que enfermam de inconstitucionalidades graves, para além de não resolverem os problemas dos proprietários, nem dos lojistas que realmente necessitem. cremos que a alternativa será ter medidas justas e equilibradas entre as partes, e criar procedimentos de incentivos económicos aos proprietários e lojistas, atenuando os graves prejuízos”, diz António Sampaio de Matos, Presidente da APCC.

A APCC vai “apresentar queixa do Estado português em Bruxelas, devido à inconstitucionalidade contida nas medidas introduzidas pelo n.º 5 do artigo 168. A da Lei do Orçamento do Estado Suplementar (LOES) e à ingerência nos contratos celebrados entre privados”, anunciaram.

A associação alerta ainda para o impacto da proposta apresentada pelo PCP na discussão na especialidade do Orçamento para 2021, “no sentido de manter o não pagamento de rendas mínimas até 31 de dezembro de 2021, bem como conceder retroatividade da medida atualmente em vigor desde 18 de março de 2020”. Esta proposta “não só está ferida de inconstitucionalidade como irá acarretar graves consequências para todo o setor, levando ao colapso de Centros Comerciais e ao encerramento de lojas e perda de empregos”, defendem.

— Ana Marcela



DESPESA

# Bruxelas duvida de poupanças orçamentais do governo

Aumento de salários e de pensões pressionam as contas de 2021. Desde 2016 que os orçamentos preveem a poupança de milhões mas os resultados são desconhecidos.



A melhoria na eficiência da despesa pública gerou "poupanças orçamentais modestas", considera a CE de Von der Leyen.

FOTO: PAULO ALEXANDRINO/GI

—PAULO RIBEIRO PINTO  
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

A Comissão Europeia manifestou dúvidas sobre as poupanças esperadas pelo governo com a revisão da despesa para este ano. Uma desconfiança que remonta a 2016, quando começou a surgir um quadro no relatório do Orçamento do Estado (OE) a prever economias nas contas através de políticas para a melhoria da eficiência da despesa pública.

No relatório da 12.ª missão de avaliação pós-programa, divulgada nesta semana, os técnicos são claros sobre esta opção do atual executivo e dos anteriores governos. "A revisão da despesa pública destinada a melhorar a eficiência dos gastos nalgumas áreas – que está em curso desde 2016 – progrediu lentamente e gerou até agora apenas poupanças orçamentais modestas", lê-se no relatório.

De acordo com os cálculos do Dinheiro Vivo, se as previsões apontadas nos diversos orçamentos desde 2017 e até este ano se tivessem concretizado, o Estado já teria conseguido poupanças de pelo menos 943,4 milhões de euros. E se acrescentarmos a previsão para o

próximo ano, então o valor salta para mais de mil milhões de euros.

O setor que mais contribuiria para este resultado seria a saúde, representando mais de metade dos ganhos previstos ao longo dos últimos cinco anos – com exceção para 2019, quando contribuiu com pouco mais de um terço.

Mas os técnicos de Bruxelas têm muitas dúvidas sobre a eficácia deste exercício anunciado pelo governo, sublinhando que a previsão

para este ano é ainda mais curta. "De acordo com o Orçamento do Estado para 2020, esperava-se que a revisão gerasse poupanças orçamentais mais limitadas de 190 milhões de euros (0,1% do PIB), em comparação com 236 milhões de euros em 2019". O valor apontado pela CE para 2020 está nove milhões de euros acima do referido no relatório do governo (181,2 milhões de euros).

E Lisboa comprometeu-se a

manter esta linha para o OE de 2021, tal como o Dinheiro Vivo já noticiou, esperando ganhos de 135,3 milhões de euros. Um valor ainda mais modesto do que para este ano. "Durante a missão, as autoridades expressaram a intenção de aprofundar a revisão em 2021, com foco, entre outras áreas, na saúde, educação e compras públicas", refere o relatório de Bruxelas.

O Dinheiro Vivo questionou o Ministério das Finanças sobre se esta "intenção de aprofundar a revisão" significava que os valores inscritos no relatório do OE2021 poderiam ser outros, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.

### Pressão dos salários

No relatório da 12.ª missão, apresentado por videoconferência entre os dias 7 e 14 de setembro, a Comissão Europeia (e o Banco Central Europeu) lembra as várias pressões que existem sobre a despesa pública, como o aumento da massa salarial da função pública e das pensões através das sucessivas atualizações extraordinárias, a que se juntam os impactos da pandemia.

"O congelamento gradual dos salários no setor público e as

medidas de mitigação para as carreiras especiais, aliadas ao crescimento contínuo do número de funcionários públicos (2,2% no segundo trimestre de 2020) continuaram a impulsionar a despesa salarial, que aumentou 4,1% até agosto de 2020 (em termos homólogos)", assinala a CE.

A estes juntam-se os "sucessivos aumentos para as pensões mais baixas – acima da referência à indexação regular – e o alargamento dos critérios para a reforma antecipada", além do envelhecimento da população que se traduziu num aumento da despesa em "cerca de 3,3% no ano até agosto de 2020" (numa ótica de caixa).

São pressões que segundo a CE "foram agravadas por um aumento de 20,5% dos pagamentos do subsídio de desemprego, devido à pandemia até agosto" deste ano. E que o tal exercício de revisão não compensa. "Os ganhos de eficiência planeados correm o risco de não compensar as supracitadas pressões sobre a despesa pública corrente", concluem os técnicos.

### Sem dados

O Dinheiro Vivo tem insistido nos últimos anos junto do Ministério das Finanças e dos ministérios com maior peso nas revisões da despesa para que divulguem os resultados dos exercícios e se foram ou não alcançados, mas até hoje continua sem resposta.

Também a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) se tem queixado, nos vários relatórios de apreciação dos sucessivos orçamentos, da falta de informação e na análise do OE2021 volta à carga.

"Seria uma melhoria na prestação de contas que o relatório do Ministério das Finanças (MF) do próximo ano pudesse demonstrar a concretização destes ganhos de eficiência ou justificar porque é que não foram obtidos", refere a UTAO, lembrando que esta sugestão já tinha sido feita antes, "mas constata-se que não foi acolhida pelo MF", concluem os técnicos que prestam apoio aos deputados.

Em 2016, o então ministro Mário Centeno, criou um grupo de trabalho para fazer esta revisão. Sabe-se que uma das sugestões – esta implementada – foi a centralização das compras públicas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), através do sistema nacional de compras públicas, mas desconhecem-se mais iniciativas.

Já em 2017, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontava a falta de informação para o escrutínio desta revisão de despesa.

### Poupanças previstas

Valores em milhões de euros

	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Administração Interna	6,0	9,5	7,0	-	6,1	28,6
Eficiência dos serviços	51,3	-	-	-	-	51,3
Saúde	134,3	166,0	83,7	111,1	78,1	573,2
Justiça	-	-	22,7	26,2	30,1	79
Educação	30,4	49,4	56,9	20,7	-	157,4
Redução do abastecimento	-	50,0	30,0	-	-	80,0
Serviços partilhados	16,6	12,5	35,9	23,2	21,0	109,2

Fonte: Orçamentos do Estado (2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021)



ID: 89765448

21-11-2020

▼ Presidente da República lembra os que sofrem muito com esta pandemia e merecem respeito.

HUGO DELGADO/LUSA



# Marcelo dramatiza pandemia, mas trava radicalização social

Presidente da República anunciou segundo estado de emergência e admitiu que poderá renovar-se entre dezembro e primeiros meses do ano. “Não vamos baixar os braços”, disse

PAULASÁ

**N**um momento em que se adensam as críticas à gestão da pandemia e em que os partidos estão mais divididos, o Presidente da República justificou a renovação do estado de emergência dramatizando a evolução das infeções, internados, cuidados intensivos e mortos no país. Marcelo Rebelo de Sousa procurou ainda travar a radicalização social contra as medidas, censurando mesmo a “violência física” entre pessoas pró e contra o confinamento.

A todos, em particular aos partidos que não quiseram dar o “sim” à renovação do estado de emergência, que apenas foi aprovado pelo PS, PSD e pela ex-deputada do PAN Cristina Rodrigues, foi taxativo: “Que ninguém se iluda, não hesitarei em propô-las (as renovações) para que o Governo disponha de base suficiente para aprovar o que

tiver de ser aprovado”. E deste estado de emergência que acabava de decretar, das 00h00 do dia 24 de novembro às 23h59 de 8 de dezembro, admitiu que poderá ser decretado novo período “de 9 a 23 de dezembro, ou mesmo mais renovações posteriores”, deixando implícito que estas medidas podem prolongar-se pelo Natal e Ano Novo.

A determinação presidencial foi explicada com a evolução da pandemia. “Apesar de sinais de ligeira descida do indicador de propagação do vírus e de desaceleração do crescimento dos casos em concelhos em que se interveio há mais tempo, sobe o número de mortes, o número de cuidados intensivos, o número de internados em geral e poderá atingir o nível máximo no final de novembro e início de dezembro”, afirmou Marcelo.

E os especialistas confirmaram que “as medidas demoram cada vez mais a produzir efeitos e quanto mais tarde forem tomadas me-

nos eficazes serão e mais tempo terão de durar”.

Já a fazer a ponte para as decisões que serão tomadas em Conselho de Ministros este sábado, em que poderão ser criados três níveis de gravidade nos concelhos, Marcelo assegurou que “dispomos agora de dados mais específicos sobre os casos que permitem juntar às medidas globais medidas ajustadas à situação de grupos de concelhos com graus de gravidade na sua incidência, na gravidade da pandemia”.

O Presidente da República insistiu que é provável que a terceira vaga possa ocorrer entre janeiro e fevereiro. “E será tanto maior quanto maior for o número de casos um mês antes”.

É neste sentido que defendeu a importância de “conter fortemente” o processo pandémico, mesmo que aparentemente os índices de contágio possam abrandar.

Marcelo Rebelo de Sousa fez seu o pensamento dos portugueses e dos responsáveis políticos sobre a

**“Há tempo para demarcar os campos e para julgar os responsáveis, este não é ainda o tempo, as eleições são para isso”**

**MARCELO REBELO DE SOUSA**

Presidente da República

“brutal pressão que existe sobre o Serviço Nacional de Saúde e mesmo o sistema nacional de saúde em geral”.

A pressão, disse, “que vai aumentar nos próximos dias e semanas e que cumpre evitar que culmine em situações críticas generalizadas”. Voltou a insistir na ideia de que a pandemia tem de ser controlada em dezembro e nos primeiros meses de 2021.

“Porque há duas realidades evidentes: a vacina que tem de ser para todos os que a desejarem e outra atingir situações críticas generalizadas nas nossas estruturas de saúde será dramático para os doentes covid e para os muitos mais doentes não covid”, disse.

Municiou-se de argumentos para desmontar os críticos das medidas mais restritivas. “Mesmo aqueles que por primazia à economia e à sociedade, por qualquer outra razão não entendam, não aceitem o eco mundial e nacional à covid-19 terão de admitir que há de



facto internados e cuidados intensivos covid-19 que têm direito à vida e à saúde. E que há doentes não covid-19 que tem exatamente os mesmos direitos à vida e à saúde que os primeiros”.

Marcelo afirmou que é possível casar as medidas mais duras com o funcionamento da economia e da cultura e pediu que não haja divisões entre os que defendem a saúde em detrimento das outras duas e vice-versa.

Após algumas manifestações contra as medidas, entre as quais a promovida em Lisboa por empresários da restauração, e em que existiu alguma animosidade contra jornalistas, Marcelo Rebelo de Sousa sentiu necessidade de fazer outro apelo. A de que se “recuse a violência física na discussão democrática” e que os partidos e parceiros sociais continuem a convergir.

“Há tempo para demarcar os campos e para julgar os responsáveis, este não é ainda o tempo, as eleições são para isso”, disse. Esta mensagem também foi dirigida aos partidos, sobretudo aos da oposição que têm vindo a criticar o governo e a Direção-Geral da Saúde pela gestão da pandemia nesta segunda vaga.

“Claro que há portugueses e são muitos que criticam o que entendem ser omissões, avanços, zigzagues sobre o controlo da pandemia. Critica-se tudo o que vier ser ou mal explicado”, admitiu Marcelo. E reconheceu que quem perdeu o trabalho, o salário ou veja a empresa “afogada” esteja nesta situação.

Tal como sabe que “cada renovação do estado de emergência motiva críticas dos partidos e parceiros sociais”, mas lembrou que nestes nove meses, que “são uma eternidade” para os portugueses, “há os que sofrem na 1.ª classe, outros na 2.ª e outros nos porões”.

“Vamos baixar agora os braços? Ou porque é imprevisível a evolução da pandemia? Ou porque os que com ela lidam, comigo na primeira linha, não correspondem ao que deles se espera?” - questionou o Presidente da República, na comunicação ao país, a partir de Belém. E deu a resposta: “Não vamos renunciar nem baixar os braços!”

Respaldado pela renovação do estado de emergência, o Conselho de Ministro pode tomar as medidas que considerar necessária à contenção da pandemia neste segunda vaga. Os ministros estiveram reunidos durante toda a tarde de sexta-feira e só concluem os trabalhos este sábado, quando António Costa disser aos portugueses o que os espera nestes próximos quinze dias.

Durante a semana, o governo tentou estancar as notícias que foram saindo sobre medidas avulsas, como as dos três níveis de gravidade nos concelhos para acolher medidas diferenciadas ou ainda a possibilidade de as universidades terem que voltar ao ensino à distância. “Especulações”, garantiu o governo.

## Restrições continuam em dezembro

O ministro da Administração Interna deu esta sexta-feira como quase certo que a Assembleia da República terá de aprovar dentro de duas semanas uma segunda prorrogação do estado de emergência a partir de 9 de dezembro.

Eduardo Cabrita falava momentos antes de o parlamento ter autorizado o Presidente da República a declarar a renovação do estado de emergência em Portugal a partir de terça-feira para permitir medidas de contenção da covid-19, com votos a favor de PS, PSD e a deputada não inscrita Cristina Rodrigues. O

atual período de estado de emergência começou às 00:00 de dia 9 e termina às 23:59 da próxima segunda-feira. O próximo vai decorrer entre 24 de novembro e 8 de dezembro.

Na parte final da sua intervenção, Eduardo Cabrita afirmou que, no combate à covid-19, “infelizmente, há uma única certeza: daqui a duas semanas, aqui estaremos novamente a discutir a prorrogação para um terceiro período do estado de emergência”. “É necessária a mobilização de toda a sociedade, mas também a mobilização de todas as instituições, designadamente da Assembleia

da República na sua competência legislativa, fiscalizadora e de voz de todos os portugueses num combate que travamos pela vida, pela liberdade e pela saúde”, declarou. Cabrita disse que o Governo emitiu na quinta-feira parecer favorável à proposta de decreto do Presidente da República visando a prorrogação do estado de emergência. De acordo com Eduardo Cabrita, só com “persistência” ao nível das medidas para travar os contágios é que se poderá assistir “a uma sustentada redução do número de infetados, de internamentos e de óbitos”.

## Banqueiros preocupados com crédito malparado e falências - Dinheiro Vivo



Lloyds Bank



Banco de Portugal



Millennium bcp



Novo Banco



Banco Português de Investimento



Caixa Geral de Depósitos



Santander Portugal

Fundado em 1864

# Diário de Notícias

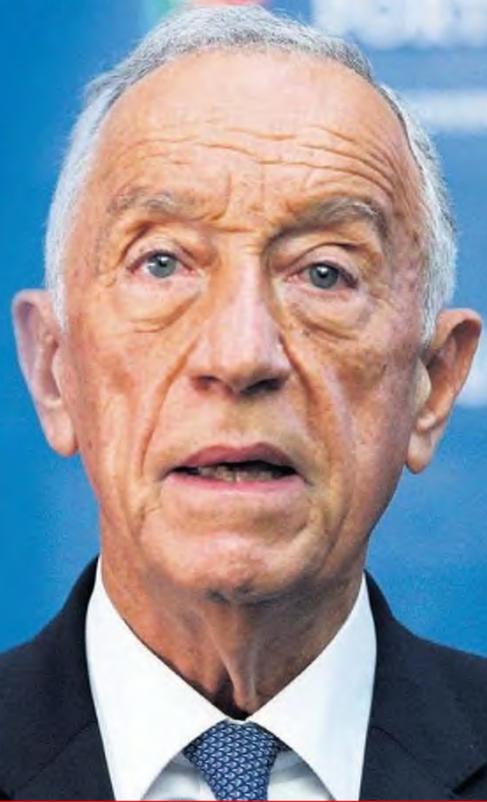
WWW.DN.PT / Sábado 21.11.2020 / Ano 156.º / N.º 55 367 / €3 / Diretor-geral Editorial Domingos de Andrade Diretora Rosália Amorim Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira Subdiretora Joana Petiz

Marcelo Rebelo de Sousa

## “Novo estado de emergência vai durar o necessário”

Reconhecendo que os portugueses estão cansados “destes nove meses”, o Presidente apelou à calma e à paciência, e deixou já o aviso: o estado de exceção não será levantado tão cedo. Decisão sobre o Natal fica em aberto.

- P. 8 e 9



## Manuel Alegre

“Assistimos à desconstrução da democracia dentro da própria democracia”

- P. 16 a 18

## Grande Lisboa

Hospitais já negociam com privados tratamento a doentes não covid

- P. 4 a 6

## Opinião Ministro da Defesa

O duplo uso nas Forças Armadas: o caso da Marinha portuguesa

- P. 24

**Suecos** Afinal que povo é este que insiste em lidar com a covid à sua maneira?

- Suplemento do 1864.

## Alain Ducasse

“A cozinha portuguesa é definitivamente algo que gostaria de explorar” - P. 32 e 33



## Estafetas

preparados para levar pedidos a lisboetas confinados

- P. 10 e 11



NACIONAL

PRAÇA DA LIBERDADE CONFERÊNCIA JN / CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

# Governo ainda não entregou centros de saúde aos municípios

Descentralização faz-se a ritmo lento e poucas competências já estão a ser exercidas pelas câmaras. Só a Educação tem taxa de execução quase total

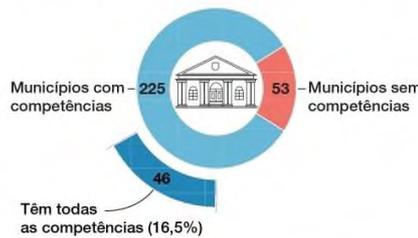
Carla Sofia Luz  
carlaluz@jn.pt

**BALANÇO** A passagem de competências do Estado para os municípios avança a ritmo lento, à exceção da área da Educação que apresenta um nível de concretização muito elevado. A gestão das escolas do 2.º Ciclo ao Secundário mudou de mãos em quase uma centena de concelhos. Em oposição, a Saúde não tem um único auto de transferência firmado, apesar do número reduzido de câmaras (51, um quarto das 201 autarquias desafiadas a fazê-lo) que abraçou essa responsabilidade.

É uma das conclusões do inquérito de acompanhamento do processo de transferência de competências, realizado entre setembro e outubro pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), mostrando que a Saúde é o setor onde a passagem de testemunho está mais atrasada. As câmaras dão eco da falta de resposta das administrações regionais de Saúde aos pedidos de informação. Cerca de 65% das autarquias avaliam o processo nesta área como "insuficiente".

**11% ACEITARAM ESTRADAS**  
A ANMP concluiu que não houve, "apesar das diligências e solicitações dos municípios, a assinatura de qualquer auto de transferência". Do pacote inicial da descentralização, os avanços na concessão de património imobiliário do Estado, da gestão portuária e das vias de comunicação também são tímidos. Só 8% das câ-

## Descentralização de competências



Lista de competências	municípios
1. Património público sem uso	189
2. Associação de bombeiros	165
3. Estruturas de atendimento ao cidadão	165
4. Praias	154
5. Áreas protegidas	153
6. Exploração de jogos de fortuna ou azar	147
7. Cultura	140
8. Áreas portuárias	130
9. Habitação	130
10. Justiça	128
11. Transportes em vias navegáveis	127
12. Vias de comunicação	123
13. Fiscalização de estacionamento	117
14. Educação	100
15. Saúde	51

FONTE: DGAL - INFOGRAFIA JN

maras possuem protocolos outorgados pela Administração Central para cuidar das áreas portuárias. A entrega de edifícios sem uso para serem valorizados pelas câmaras também conhece poucos avanços.

Do elenco global de competências, a gestão de património público sem uso foi aquela que gerou maior entusiasmo, tendo sido aceite por 189 autarquias. Dois anos depois, 28% dos municípios garantem ter comunicado a intenção de cuidar de imóveis devolutos e algumas enviaram projetos de valorização ao Governo. Apenas 3% celebraram acordos de transferência.

Olhando para as estradas nacionais (competência aceite por 123 concelhos), 5% das autarquias já estão a atribuir títulos de utilização e a licenciar atividades nessas vias. E 11% chegaram a acordo com a Infraestruturas de Portugal para integrar troços de estradas na rede viária municipal, apesar do Governo ainda não ter apresentado à ANMP uma proposta global com o valor a pagar por cada troço a transferir. Essa previsão de uma remuneração por quilómetro, de acordo com o estado de conservação das vias, está a ser avaliada pelo Ministério das Finanças.

**METADE DÁ NOTA POSITIVA**  
É na Educação que a transferência de competências está a ser mais efetiva: 94% dos municípios assumiram a gestão de escolas, embora 89% destaquem "impactos significativos" que a responsabilidade está a ter nos "serviços municipais". De qualquer modo, a relação com o Estado nesta área obtém uma avaliação positiva de 57% das câmaras.

Aqui, não é indiferente a experiência acumulada das autarquias que, em 2009, aceitaram gerir as escolas do 2.º e do 3.º ciclos. Restam algumas preocupações, como a participação do Estado nas despesas crescentes com o transporte escolar, manutenção dos edifícios e contratação de funcionários em número adequado. Falta saber se a portaria que define rácios para o pessoal não docente e que dará mais três mil funcionários às escolas responderá a uma das principais reivindicações. ●



Victor Hugo Salgado  
Pres. da C.M. Vizela

A Educação é a única competência assumida pela Câmara de Vizela, que em 2019 aceitou ficar com todas as responsabilidades propostas pelo Governo no pacote inicial de descentralização, à exceção da gestão das estradas nacionais.

"A transição foi mais fácil na Educação, porque, em 2009, assumimos a gestão das EB 2/3. Este ano letivo, todas as escolas do concelho estão sob a nossa gestão", explica Victor Hugo

### CONFERÊNCIA JN

#### Que regionalização queremos?

É o tema de uma conferência organizada pelo JN e pela Câmara de Setúbal, na próxima quarta-feira, entre as 10 e as 17 horas, no Fórum Luisa Todt.

#### Descentralizar

As diferentes facetas da descentralização e do sempre adiado processo de regionalização são o prato forte do debate.

#### Os oradores

Entre os oradores convidados estarão autarcas como Rui Moreira, Bernardino Soares, Eduardo Vitor Rodrigues, Isaltino Morais e Maria das Dores Meira, mas também João Cravinho e deputados de todos os grupos parlamentares.



## - QUE REGIONALIZAÇÃO QUEREMOS?



### Vizela

Escassez de funcionários nas escolas é dor de cabeça

↓  
Escola Secundária de Caldas de Vizela é um dos estabelecimentos públicos que a Câmara passou a gerir, no âmbito do processo de descentralização

Salgado. A única dor de cabeça é o necessário reforço de assistentes operacionais, com o multiplicar de tarefas que a pandemia de covid-19 exige no quotidiano escolar.

A integração das restantes responsabilidades ainda não foi cumprida. A máquina do Estado Central continua a executá-las. “A descentralização está numa fase muito precoce. Houve ligeiros atrasos por causa da pandemia, que mudou o foco de toda a Administração Públi-

ca. Os processos acabam por ficar em banho-maria”, reconhece o autarca.

**QUEM PAGA CONTRATAÇÕES** Vizela é um dos 51 municípios do país que manifestaram vontade de gerir os centros de saúde, cuidando de edifícios, equipamentos e recursos humanos. Fê-lo no primeiro ano da descentralização e não há fumo branco.

“Ainda estão a ser avaliadas as condições dos edifícios e dos equipamentos

que passarão a ser geridos pela Câmara”, especifica.

Também há dúvidas sobre a transferência dos trabalhadores das unidades de saúde. A autarquia está convencida de que necessitará de mais funcionários do que aqueles que o Ministério da Saúde se propõe a entregar. E, sublinha o autarca, se há funcionários em falta, é preciso saber se a futura transferência financeira do Governo dará para contratar mais trabalhadores. ●



Raul Cunha  
Pres. da C.M. Fafe

## Fafe Travagem a fundo na passagem de competências

Fafe respondeu ao desafio do Governo em quase tudo. Deixou para depois as áreas mais complexas, como sublinha o presidente da Câmara, Raul Cunha. Educação, Saúde e Ação Social ficarão para 2022, “ano em que se iniciará um novo ciclo autárquico”. Até lá, o município espera acomodar as outras tarefas do pacote de descentralização.

Mas o processo de transferência de competências não acelerou como desejava e, com a pandemia de covid-

-19, sofreu uma “travagem a fundo”. Em plena atividade, está apenas a fiscalização de estacionamento. A experiência é o segredo para uma integração mais célere de novas responsabilidades.

“Temos Polícia Municipal, que estava orientada para estas tarefas de fiscalização do trânsito e do estacionamento. Os serviços encontravam-se preparados e a Câmara de Fafe dispunha do ‘know how’ para avançar rapidamente e foi o que aconteceu”, descreve, garantin-

do que as multas de estacionamento já estão a ser processadas pela autarquia.

O mesmo não será possível dizer sobre a gestão das vias de comunicação. Não se prevê, para já, a integração de novos troços das estradas nacionais na rede viária municipal. “Essa competência ainda não teve consequência. Percebe-se facilmente que este contexto de pandemia perturbou a implementação progressiva do processo de descentralização”, sublinha o autarca. ●



Orlando Alves  
Pres. da C.M. Montalegre

## Montalegre Cogestão do Gerês dá a decisão aos autarcas

O Gerês é o único parque nacional do país e, pela primeira vez em 50 anos, os cinco municípios que a área protegida abraça terão uma palavra a dizer na gestão e nos investimentos a realizar. Orlando Alves, autarca de Montalegre, partilha a missão com Arcos de Valdevez, Melgaço, Ponte da Barca e Terras de Bouro.

“Deixámos de ter o dedo apontado ao centralismo de Lisboa com a cogestão do Gerês”, destaca. Para que a

missão esteja concretizada em pleno, falta “elaborar o plano de ação para 2021”. Não estranha que a transferência de gestão das áreas protegidas tenha avançado com maior celeridade.

Das seis competências aceites pela Autarquia, há outra que gostaria de ver no terreno, mas não avançou. Sonha em reaver a Quinta da Veiga para instalar um projeto de agroturismo. “Está abandonada há anos, mas a Direção-Geral do Pa-

trimónio recusa-se a celebrar o acordo de transferência, enquanto a câmara tiver uma ação judicial pendente de reversão da quinta para o município”, relata.

Mas desistir da ação, há 12 anos em tribunal, é decisão que Orlando Alves não tomará. Se vencer, terá direito à propriedade da quinta para sempre, enquanto a solução do Governo é temporária. “Atribuí-nos a gestão da quinta por 50 anos e, depois, volta para o Estado.” ●



# Rios e avanço do mar ameaçam mais de 88 mil portugueses

**Guarda puxa de arma no hospital para ver a mãe**

Chefe na cadeia de Vale do Sousa, acabou detido após atemorizar funcionários P. 17

**Sócrates** Decisão sobre julgamento até ao final de março P. 20

**Descentralização** Atraso na entrega da Saúde aos municípios P. 8 e 9

**Gaia** EB e Secundária de Canelas poupa com painéis solares P. 24



**Brasil** Hacker luso utilizou telemóvel em ataque às eleições P. 35

Agência do Ambiente identifica 63 áreas de risco que poderão sofrer devido às alterações climáticas

Centena e meia de monumentos ou imóveis de interesse público nos terrenos inundáveis P. 28 e 29



**COVID-19**  
**MARCELO APONTA TERCEIRA VAGA EM 2021**

Presidente justifica emergência e confirma Natal condicionado Páginas 4 a 7



**Dinheiro Vivo** Venda de carros usados resiste à pandemia Caderno

**Educação** Dezenas de surtos ativos nas escolas de todos os níveis de ensino

Lisboa e Centro são as zonas mais afetadas

**Norte** Incidência de novas infeções subiu 77% em duas semanas

Região é a 17.ª da Europa no registo de casos

**Remdesivir** Governo mantém aplicação de antiviral rejeitado pela OMS

Estado gastou 35 milhões de euros com o fármaco

PUBLICIDADE

**Precisa de dinheiro?**  
Conheça a venda com opção de compra! Pode vender o seu ouro e voltar a comprá-lo, pagando-o até 24 suaves prestações.

**VOCÊ 24**  
Venda com opção de compra

**Valores**  
especialistas em ORO  
808 256 737  
WWW.VALORES.PT



## Situação em Portugal

Boletim da DGS de 20 de novembro, com variação face ao dia anterior

**249 498 (+6489)**  
casos confirmados **+2,7%**

**82 736 (+1352)**  
casos ativos **+1,7%**

**3762 (+61)**  
mortos **+1,6%**

**163 000 (+5076)**  
recuperados **+3,2%**

**3079 (+62)**  
internados **+2,1%**

**481 (+23)**  
nos cuidados intensivos **+5%**

**80 409 (-312)**  
em vigilância pelas autoridades de saúde **+0,4%**

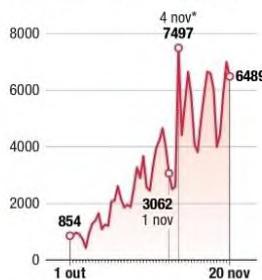
### Casos confirmados por ARS

	Var.	Var. %
Norte	128 202 (+3630)	+2,9%
Centro	23 720 (+799)	+3,5%
Lisboa VT	86 605 (+1805)	+2,1%
Alentejo	4960 (+135)	+2,8%
Algarve	4549 (+90)	+2%
Açores	713 (+29)	+4,2%
Madeira	749 (+1)	+0,1%

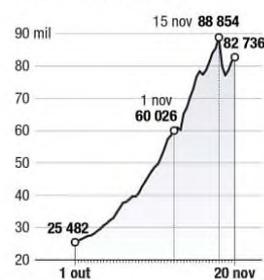
### Óbitos por ARS

	Var.	Var. %
Norte	1759 (+33)	+1,9%
Centro	478 (+12)	+2,6%
Lisboa VT	1378 (+15)	+1,1%
Alentejo	89 (=)	=
Algarve	41 (+1)	+2,5%
Açores	15 (=)	=
Madeira	2 (=)	=

### Casos confirmados por dia



### Total de casos ativos



\*Incluem o somatório de 3570 casos, decorrentes do atraso no reporte laboratorial

FONTE: DGS-RELATÓRIO DE SITUAÇÃO - DADOS ATÉ 19 DE NOVEMBRO INFOGRAFIA JN

# Há 68 surtos ativos em escolas de todos os níveis de ensino

## Serviços Prisionais pediram parecer sobre máscaras nas cadeias. Criada reserva de 7,5 milhões de testes rápidos

Ana Gaspar e Delfim Machado sociedade@jn.pt

**BALANÇO** As autoridades de saúde tinham identificados, na segunda-feira, 68 surtos ativos em escolas de todos os níveis de ensino (das creches ao superior, no público e privado). O número é muito inferior ao avançado inicialmente pelo secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales – 477 –, que, afinal, corresponde ao total de surtos no país.

A tutela corrigiu o dado nas escolas, bem como a sua distribuição geográfica (três no Norte, 11 no Centro, 50 em Lisboa e Vale do Tejo, dois no Alentejo e dois no Algarve). Questionado pelos jornalistas, Lacerda Sales afastou a hipótese de as férias de Natal serem antecipadas.

Sobre a utilização de máscaras nas prisões, o governante repetiu o que a minis-

tra Marta Temido tinha avançado quarta-feira: por serem espaços fechados, o seu uso é aconselhado. Em reação, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) pediu um parecer à Direção-Geral da Saúde “sobre a necessidade de reforçar as linhas de orientação” do combate à pandemia nas cadeias, nomeadamente através do uso

### OUTROS DADOS

#### Cercas sanitárias

Lacerda Sales afastou a hipótese de se virem a criar “nesta fase” cercas sanitárias nos concelhos mais afetados. O governante frisou que vai depender da evolução da pandemia.

#### Recorde de internados

O número de doentes quer em enfermaria quer em cuidados intensivos foi o mais alto de sempre.

de máscara nas zonas comuns. Até ontem, a DGRSP identificou 371 casos positivos entre trabalhadores, reclusos e jovens internados em centros educativos.

#### CONTER SURTOS

O Governo anunciou que, além dos testes cedidos pela Cruz Vermelha, está a criar uma reserva estratégica de 7,5 milhões de testes rápidos de antigénio. Lacerda Sales sublinhou a sua importância para conter a transmissão do vírus.

Ao final do dia, a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) emitiu um documento a indicar que tipo de entidades estão habilitadas a realizar estes testes, com prescrição e acompanhamento médico. O texto não o menciona, mas a Associação Nacional de Farmácias, em declarações ao JN, sublinha que os estabelecimentos registados na ERS podem realizar os testes se o entenderem. ●



# Rios e avanço do mar ameaçam mais de 88 mil portugueses

**Guarda puxa de arma no hospital para ver a mãe**  
Chefe na cadeia de Vale do Sousa, acabou detido após atemorizar funcionários P. 17

Agência do Ambiente identifica 63 áreas de risco que poderão sofrer devido às alterações climáticas

Centena e meia de monumentos ou imóveis de interesse público nos terrenos inundáveis P. 28 e 29

**Sócrates** Decisão sobre julgamento até ao final de março P. 20

**Descentralização** Atraso na entrega da Saúde aos municípios P. 8 e 9

**Gaia** EB e Secundária de Canelas poupa com painéis solares P. 24



## COVID-19 MARCELO APONTA TERCEIRA VAGA EM 2021

Presidente justifica emergência e confirma Natal condicionado Páginas 4 a 7



**Brasil** Hacker luso utilizou telemóvel em ataque às eleições P. 35

**HOJE**  
AO TUA  
TACA DE PORTUGAL PANDEMIA TOMBA RECEITAS  
TACA DE PORTUGAL

**Dinheiro Vivo** Venda de carros usados resiste à pandemia Caderno

**Educação**  
Dezenas de surtos ativos nas escolas de todos os níveis de ensino  
Lisboa e Centro são as zonas mais afetadas

**Norte**  
Incidência de novas infeções subiu 77% em duas semanas  
Região é a 17.ª da Europa no registo de casos

**Remdesivir**  
Governo mantém aplicação de antiviral rejeitado pela OMS  
Estado gastou 35 milhões de euros com o fármaco

PUBLICIDADE  
**Precisa de dinheiro?**  
Conheça a venda com opção de compra! Pode vender o seu ouro e voltar a comprá-lo, pagando-o até 24 suaves prestações.  
**VOCÊ 24**  
Venda com opção de compra  
**Valores**  
especialistas em ORO  
808 256 737  
WWW.VALORES.PT



# Covid-19 traz nova recuperação de empresas com novidades para accionistas e credores

Luis Villalobos

**Processo extraordinário de viabilização de empresas já foi promulgado e entra em vigor logo após publicação em Diário da República**

As empresas que estejam a enfrentar profundas dificuldades, ameaçadas de insolvência por causa da pandemia, mas que ainda podem ser viáveis, estão prestes a poder contar com um novo mecanismo de apoio para a sua recuperação, visando um acordo extrajudicial de reestruturação das dívidas (com homologação judicial).

De carácter temporário, o processo extraordinário de viabilização de empresas (PEVE) já foi promulgado pelo Presidente da República e vai chegar ao terreno no imediato, já que se prevê a sua entrada em vigor no dia seguinte ao da publicação em *Diário da República*.

Com "carácter urgente", o PEVE ganha prioridade sobre outros mecanismos, como o processo especial de revitalização (PER), além de ter prazos mais curtos e de não haver uma reclamação de créditos.

A lei que cria o PEVE (proposta pelo Governo e remetida ao Parlamento) e ao qual só podem candidatar-se as empresas que provem que no final de 2019 tinham um activo superior ao passivo, traz consigo outras novidades.

Uma delas incide sobre os sócios ou accionistas, ao estipular que estes, tal como os credores e ou "quaisquer outras pessoas especialmente relacionadas com o devedor", se avancem com capital para ajudar à viabilização da empresa, "gozam de privilégio creditório mobiliário geral, graduado antes do privilégio creditório mobiliário geral concedido aos trabalhadores".

Quem não gostou desta medida foi a Associação Portuguesa de Bancos (APB), no meio de uma conjuntura em que as instituições financeiras correm sérios riscos de sofrer impactos negativos no seu balanço devido a falhas de pagamentos das empresas.

Através de um parecer entregue no Parlamento, a APB defende que este privilégio creditório é "um perigoso incentivo a uma utilização abusiva" do novo regime "por parte da gestão e estrutura accionista da empresa devedora, de forma a assim obter um privilégio numa posterior declaração de insolvência".

Esta solução, defende a APB, surge em "completa dessintonia com o qua-

dro jurídico concursal em matéria de graduação de créditos, em claro prejuízo dos credores da empresa e das suas expectativas de recuperabilidade dos créditos".

Em sentido contrário manifesta-se a Associação Portuguesa de Direito da Insolvência e Recuperação (APDIR), afirmando, também num parecer, que esta medida vem avivar "a necessidade de iniciativa dos sócios na recuperação da sua actividade", e que, pela sua importância, deveria ser estendida "a todos os mecanismos de recuperação" que existem.

O diploma que cria o PEVE contém também implicações para outros mecanismos, sendo uma delas a que alarga esta medida, contestada pela APB, ao PER.

A ideia não estava na proposta de lei do Governo, tendo sido introduzida no Parlamento pelo PS – que, a par do PSD, foram os únicos a fazer alterações ao diploma, que passou com os votos destes dois partidos e do CDS, IL, Chega e PAN.

Para o Ministério da Justiça, contactado pelo PÚBLICO, a ideia final será a de "equiparar o PER ao PEVE, que prevê expressamente tal situação, incentivando assim a injeção de liquidez nas empresas, pelos sócios das empresas".

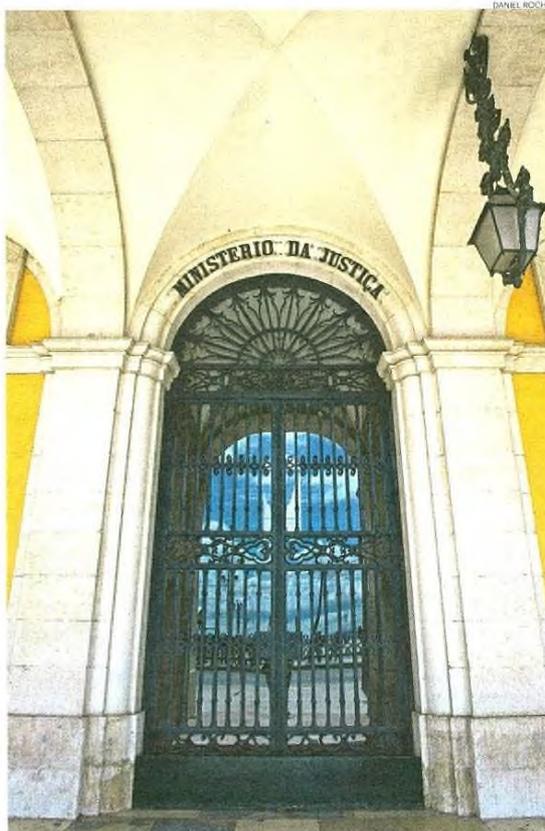
## Rateio de depósitos

Por outro lado, a lei prevê também a aplicação do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) a empresas em situação de insolvência por causa da covid-19 e vem estabelecer a "obligatoriedade de realização de rateios parciais em todos os processos de insolvência pendentes em que haja produto de liquidação depositado num valor acima de dez mil euros".

Neste caso, a APB congratula-se com a medida, tal como com a que estabelece a atribuição de prioridade aos requerimentos "de libertação de caucões ou garantias prestadas no âmbito de processo de insolvência, processo especial de revitalização e processo especial para acordo de pagamento".

Para a associação liderada por Faria de Oliveira, estas soluções devem servir "para todos os processos de insolvência no futuro", de modo a promover "soluções legais que permitam injectar liquidez na economia".

Na exposição de motivos da necessidade do PEVE, entregue no Parlamento, o Governo afirmou ser "essencial" que o Estado, que "tem à sua guarda importantes somas de dinheiro no âmbito de processos judiciais de insolvência", permita



Ministério liderado por Francisca Van Dunem tutela o processo

## Mediadores de empresas sem acção

Em Maio de 2017, no âmbito do programa Capitalizar (ao qual o actual ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, esteve ligado), foi criada a figura do mediador de recuperação de empresas. Este teria como missão representar uma empresa em dificuldades e conseguir um acordo de recuperação com os credores fora dos tribunais. Ao mesmo tempo, foi também apresentado o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), que entrou em vigor em Julho de 2018, de modo a substituir o SIREVE que, segundo disse então o Governo, tinha pouca adesão (cerca de 220 acordos entre

2012 e 2016). Até Setembro deste ano, de acordo com os dados enviados ao PÚBLICO pelo Ministério da Justiça, foram registados 53 protocolos de negociação ligados ao RERE. Quanto aos mediadores de empresas, que demoraram a chegar ao terreno, há 67 activos. No entanto, diz fonte oficial deste ministério, "até ao momento, nenhuma empresa solicitou mediação dos seus processos RERE". O PEVE, como visa a homologação de um acordo de reestruturação de dívida estabelecido extrajudicialmente, poderá ajudar na promoção dos mediadores, procurando o consenso necessário.

que estas "possam ser, no mais curto prazo possível, distribuídas aos credores, injectando liquidez na economia".

Questionada pelo PÚBLICO sobre o porquê da não distribuição destas verbas, fonte oficial do Ministério da Justiça afirmou que o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) já prevê que se podem disponibilizar verbas "sempre que haja em depósito quantias que assegurem uma distribuição não inferior a 5% do valor de créditos privilegiados, comuns ou subordinados".

No entanto, refere a mesma fonte: "Diz-nos a prática judiciária que frequentemente os administradores judiciais não recorrem a este mecanismo, preferindo aguardar pela realização do rateio final, que é feito pela secretaria de processos no termo do processo." "Não podemos adiantar, com certeza, as razões que determinam tal omissão", acrescenta.

# 53

**protocolos de negociação ligados ao RERE foram registados até Setembro, de segundo o Ministério da Justiça**

A questão dos rateios, a prioridade aos requerimentos de libertação de caucões e os privilégios de crédito de accionistas criticados pela APB são medidas que, conforme afirmou ao PÚBLICO o Ministério da Justiça, o Governo está "a avaliar da [sua] manutenção na ordem jurídica" quando acabar o PEVE. Prevê-se que o instrumento de recuperação de empresas esteja em vigor até ao final de 2021, mas o diploma aprovado no Parlamento ressalva que a sua vigência pode ser alargada por decreto-lei.

No âmbito do PEVE, e após a escolha do administrador judicial provisório, ficam também bloqueadas quaisquer acções para cobrar dívidas da empresa, que, por sua vez, deixa de poder "praticar actos de especial relevo".

Uma outra particularidade é o facto de se prever reduções dos juros de mora ligados às dívidas ao Estado, e que vão dos 25% até aos 100% (neste último caso a dívida tem de ser paga nos 30 dias seguintes à homologação do acordo).

Para que tudo tenha início, todavia, será primeiro necessário que haja um acordo de viabilização, "assinado pela empresa e por credores que representem pelo menos as maiorias de votos" previstas no CIRE.

## Política



Reunião de Loures com menos delegados e sem convidados

# COMUNISTAS RECUSAM ADIAR CONGRESSO

Luís Claro

luis.claro@sol.pt

**Congresso vai realizar-se em Loures durante o estado de emergência, mas com menos participantes. PS, Bloco e PSD adiaram reuniões partidárias. IL realizou convenção digital.**

O PCP vai mesmo realizar o congresso durante o estado de emergência. O evento, previsto para os dias 27, 28 e 29 de novembro, em Loures, vai realizar-se com regras apertadas, mas nunca esteve em cima da mesa a possibilidade de ser adiado por causa da pandemia.

O congresso dos comunistas foi um dos temas discutidos nas reuniões com o Presidente da República sobre a renovação do estado de emergência. O PSD defendeu que as restrições têm de ser iguais para todos. «Não entendemos que fechem supermercados e restaurantes, que se obriguem as famílias portuguesas a estar em casa e que depois se realizem, por exemplo, congressos partidários», afirmou, à saída do encontro, Morais Sarmento, vice-presidente do PSD. No debate so-

bre o estado de emergência, Adão Silva alertou que os portugueses não compreendem que «o Governo não proíba ajuntamentos sociais de centenas de pessoas». O líder parlamentar do PSD condenou que a «prepotência» a a «arrogância» dos comunistas.

O Governo respondeu pela voz do ministro Eduardo Cabrita, com o argumento de que as reuniões dos partidos não podem ser «em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia». Já João Oliveira, líder parlamentar do PCP garantiu que o congresso «vai realizar-se com todas as condições de segurança».

Marcelo Rebelo de Sousa já tinha afirmado que «é desejável» que as novas restrições «sejam para todos».

O PCP reagiu aos avisos lançados pelo Presidente da República. No editorial do jornal *Avante!*, os comunistas lamentam que «se desenvolva uma dinâmica de pressão sobre o partido, em que se insere também o Presidente da República, em torno da realização deste congresso».

O PCP está a preparar o congresso com um conjunto de restrições, nomeadamente o número de pessoas que vão estar no pavilhão. Os delegados serão menos de metade (no último eram 1200) e não haverá convidados nacionais e estrangeiros.

O partido garante também que os delegados serão distribuídos pelo pavilhão de forma a cumprir as regras de distanciamento e haverá circuitos de entrada, circulação e saída.

### Congresso do PS sem data

PS, PSD e BE adiaram os congressos devido à pandemia. A reunião dos socialistas estava previsto para maio, mas ainda não tem uma nova

data. Sabe-se apenas que não será antes das eleições presidenciais, que se realizarão no mês de janeiro.

O BE decidiu realizar a XII Convenção Nacional nos dias 22 e 23 de maio de 2021, no distrito do Porto. O evento estava marcado para outubro, mas o partido decidiu adiá-lo antes do verão. Catarina Martins preferiu não comentar a decisão do PCP de manter o congresso, mas afirmou que «os direitos políticos não estão suspensos no país, era o que mais faltava que estivessem».

O congresso do PSD/Madeira, que estava marcado para este fim de semana, também foi adiado. Miguel Albuquerque argumentou que «não pode dar maus exemplos». A Iniciativa Liberal não adiou a Convenção Nacional, mas perante a «implementação do estado de emergência foi decidido que decorresse totalmente de forma remota através de plataforma digital». O encontro realizou-se no último domingo e contou com 230 participantes.

# Bazuca de pólvora seca desespera UE

**João Amaral Santos**

joao.santos@sol.pt

**Hungria e Polónia bloqueiam acordo. Eslovénia alinha com nacionalistas e conservadores. E os restantes 24 (incluindo Portugal) desesperam por soluções.**

Os pregões de 'fumo branco' de julho – após uma maratona negociada de quatro dias e quatro noites – parecem afinal ter sido exagerados. Hungria e Polónia confirmaram esta semana o veto ao orçamento plurianual da União Europeia (UE) para o período 2021-2027 (no montante de 1,07 biliões de euros) e ao Fundo de Recuperação (de 750 mil milhões de euros), pois continuam a rejeitar o mecanismo que condiciona o acesso a estes fundos comunitários ao respeito pelo Estado de direito (que pressupõe unanimidade).

E embora a decisão dos Governos nacionalistas e conservadores de Viktor Orbán e Mateusz Morawiecki não tenha merecido, desta vez, o apoio dos outros países do chamado Grupo de Visegrado (Eslováquia e República Checa), ganhou um novo aliado: a Eslovénia. Após a confirmação do veto, o primeiro-ministro esloveno, Janez Jansa, prontificou-se a escrever ao presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, para afirmar que «só

**uma instância judicial independente pode dizer o que é o Estado de direito, não uma maioria política».**

Com este bloqueio fica em causa todo o apoio financeiro atribuído por Bruxelas aos 27 Estados-membros, a partir de janeiro de 2021. O Conselho Europeu voltou a reunir-se, por videconferência, na passada quinta-feira, mas, desta vez, o tema passou ao lado devido à necessidade urgente de se alinharem estratégias no combate à covid-19.

Recorde-se que Portugal tem direito a 30 mil milhões de euros do orçamento europeu para os próximos sete anos, a que se somam ainda mais 15,3 mil milhões de euros em subvenções do Fundo de Recuperação. A famosa bazuca que o executivo de António Costa (e os restantes países europeus) considera «urgente» para ultrapassar a crise económica acentuada pela pandemia.

## Coroa de 'espinhos'

Falta pouco mais de um mês para a Alemanha ceder o lugar

a Portugal na presidência do Conselho Europeu – durante o primeiro semestre de 2021. Caso a situação não fique desbloqueada até lá, será o Governo português a ter de assumir as (difíceis) negociações com Hungria e Polónia, um cenário que o primeiro-ministro quer evitar a todo o custo, tal como disse aos jornalistas à saída do encontro com os seus pares. **«Já temos uma carga de trabalhos importante para a presidência portuguesa, e o nosso objetivo é colocar em marcha o quadro que for agora aprovado. O calendário da senhora [Angela] Merkel é o mais cedo possível. O tempo está a correr e a próxima reunião do Conselho Europeu será em dezembro»,** disse António Costa, acrescentando que **«todos esperam que até lá este problema seja ultrapassado».**

Até porque, caso isso não aconteça, Portugal terá uma tarefa acrescida para fechar acordo antes de julho, altura em que a presidência rotativa do Conselho Europeu cairá nas mãos da... Eslovénia. E, aí, tudo será mais difícil, podendo mesmo o orçamento europeu ficar adiado por um ano – um cenário impensável na UE.



Viktor Orbán lidera posições que mantêm a UE em suspenso

JOHN THORNTON / AFP



## DISCURSO DIRETO

**Jorge Roque da Cunha, presidente do Sindicato Independente dos Médicos**

## “MÉDICOS PERDERAM 25% DE PODER DE COMPRA”

**CM** – Portugal perdeu 842 médicos desde o início da pandemia, segundo o Portal da Transparência. Como comenta?

**Roque da Cunha** –

Esta é a realidade e uma tendência dos últimos cinco anos, apesar da propaganda do Governo anunciar a contratação de milhares de médicos. As aposentações têm sido sempre superiores às contratações e para os próximos três anos está prevista a reforma de 2800 médicos.

– **O que explica esta redução de médicos?**

– Os médicos perderam 25% de poder de compra nos últi-



mos 10 anos e é preciso haver uma recuperação. Um médico que trabalhe 35 horas recebe 1300 euros brutos. Daí os concursos para recém-especialistas

ficarem com vagas por ocupar.

– **O que deve ser feito?**

– É preciso investir no SNS, para haver melhores equipamentos e condições de trabalho. O privado tem melhores condições. E são necessários incentivos para algumas zonas, onde as autarquias poderiam intervir, ou então os médicos vão para o setor privado ou para o estrangeiro. ● B.E.



TRABALHO

# Só dois em cada dez jovens têm emprego

**QUEDA** Pandemia fez cair taxa de emprego entre os 15 e os 24 anos para 23%, menos cinco pontos no espaço de um ano **RANKING** Portugal é o sexto país da UE com menos jovens empregados

JOÃO MALTEZ

**O**s jovens portugueses foram dos mais atingidos pelo aumento do desemprego na União Europeia (UE) devido à pandemia causada pelo novo coronavírus. Segundo o Eurostat, a entidade estatística do espaço comunitário, a taxa de emprego no nosso país na faixa etária dos 15 aos 24 anos registou, no final do segundo trimestre de 2020, uma queda para os 23%, menos cinco pontos em comparação com o mesmo período do ano passado. Quer isto dizer que, na prática, só dois em cada dez jovens têm emprego.

No final de agosto do ano passado, o número de portugueses da faixa etária referida que ti-

## NÚMERO DE JOVENS COM EMPREGO CAIU 61 MIL NO ESPAÇO DE UM ANO

nam trabalho era superior a 307 mil. No mesmo período deste ano eram apenas 246 mil (menos 61 mil), segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Face à taxa de emprego registada no final do segundo trimestre, Portugal foi um dos países mais afetados pela crise causada pela pandemia. Passou a ser o sexto com pior valor no conjunto dos 27 Estados-Membros da UE, apenas atrás da Grécia, Itália, Espanha, Bulgária e Eslováquia (ver infografia).

Tradicionalmente mais baixa do que para o total da população ativa (15 a 74 anos), a taxa de emprego dos jovens baixou no espaço de um ano para os 23%, quando para o conjunto dos portugueses em idade de trabalhar se fixou em agosto de 2020 nos 61,2%, apenas menos 1,5 pontos percentuais face há um ano.



No espaço de um ano, cerca de 61 mil jovens deixaram de ter trabalho, segundo o Instituto Nacional de Estatística



Desemprego jovem sobe na Europa

## Portugal no grupo com maiores perdas

No final do segundo trimestre deste ano, a taxa de emprego dos jovens diminuiu em quase todos os Estados-Membros da União Europeia - Alemanha e Malta foram exceções -, quando comparada com o mesmo período de 2019. As quedas mais acen-

tuadas foram registadas na Eslovénia, Irlanda, Espanha, Finlândia, Portugal, Suécia e Estónia (todos com perdas superiores a 4,1 pontos), enquanto as menores diminuições foram na Croácia, Grécia e Itália (ver infografia), segundo o Eurostat.

### TAXA DE EMPREGO JOVEM NA UE

% DO TOTAL DA POPULAÇÃO ENTRE 15 E 24 ANOS

● 2º trim. 2019 ● 2º trim. 2020

Média UE

33,7 31,2

Grécia

14,7 13,5

Itália

18,7 16,9

Espanha

23,1 17,9

Bulgária

21,4 18,6

Eslováquia

25 22,2

**PORTUGAL**

27,9 23

Bélgica

26,8 23,1

Roménia

24,7 23,7

Eslovénia

33,9 24,2

Luxemburgo

31 24,7

Rep. Checa

28,5 25,3

Croácia

27,6 25,6

Hungria

28,5 26,1

França

30,3 27,4

Lituânia

32,3 28,3

Polónia

31,7 28,5

Chipre

33,1 29,6

Letónia

29 31,6

Irlanda

41,7 35,2

Estónia

40,4 35,3

Suécia

43,9 39

Finlândia

45,1 39,9

Malta

48,3 49,1

Áustria

51,3 49,3

Alemanha

48,7 49,4

Dinamarca

54,6 52,5

Holanda

65,9 61,4

Fonte Eurostat



**SOLVERDE.PT**  
CASINO E APOSTAS DESPORTIVAS

É muita emoção em cada aposta desportiva

JOGUE POR DIVERSÃO, COM MODERAÇÃO.

**HOJE GRÁTIS**

DOIS IRMÃOS CENTENÁRIOS QUE JÁ VIVERAM DUAS PANDEMIAS

**d** DOMINGO 22/11/2020

**SUPERAVÓS**  
IRMÃOS ANDRADE TÊM 110 E 108 ANOS DE IDADE

DOMINGO 22/11/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

**HOJE 108 PÁGINAS**

**TOMAR**

**MULHER ENCOMENDA MORTE DE EX-MARIDO**

P.18

**ESPECIAL DE 11 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA | PONTES FORÇADAS A 1 E 8 DE DEZEMBRO P.4 A 15**

# MINIFÉRIAS EM CASA NOS FERIADOS

**TOLERÂNCIA DE PONTO E AULAS SUSPENSAS A 30 DE NOVEMBRO E 7 DE DEZEMBRO**

**CIRCULAÇÃO PROIBIDA ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA NOITE DE SEXTA ATÉ ÀS 5 DA MANHÃ DE QUARTA**

PROFISSIONAIS DA CULTURA E RESTAURAÇÃO PROTESTAM CONTRA CRISE | JOVEM NA FAIXA ETÁRIA DOS 20 ANOS MORRE VÍTIMA DO VÍRUS | MINISTRA PROMETE COMPENSAR TRABALHADORES DA SAÚDE

**VEJA O MAPA DE RISCO DO SEU CONCELHO**

**RUTURA DE REMÉDIOS PARA O CANCRO**

**SUPERJUIZ PROTEGE RUI PINTO DE ATAQUE DO BENFICA** Carlos Alexandre chumba pedido de encarnados contra hacker P.16 E 17

**PAREDES 0 | 1 BENFICA**  
P.32

**RESERVAS DE JESUS VENCEM NO NORTE**

**FABRIL 0 | FC PORTO 2**  
P.33

**BICICLETA EMBALA DRAGÃO**

**SPORTING P.35**

**COVID DE PRATA FAZ SOAR ALARME**

**GRANDE PRÉMIO NO ALGARVE P.37**

**MIGUEL OLIVEIRA PARTE NA FRENTE**

**dagol**  
www.dagol.com

O Fabuloso Mundo do Vidro Acrílico

geral@dagol.com  
212 689 810  
912 562 787

**VIDAS P.45 A 49**

**Faturação**

**JOÃO FELIX E MARGARIDA GANHAM COM NAMORO**

**VALONGO P.20**  
**Ladrão indignado confessa furtos**

**POLÍTICA P.29**  
**Coligações negativas no orçamento assustam socialistas**

**TRABALHO P.28**  
**Só dois em cada dez jovens têm emprego**

**AMBIENTE P.26 E 27**  
**COSTA PORTUGUESA AMEAÇADA**

Lisboa, Nazaré, Figueira e Lagos em risco

**OURO**  
PRATA | RELOJOS  
COMPRA & VENDA

**DINHEIRO IMEDIATO!**

Conheça também a venda cíclica de compra até 24 meses!

1º Franchising **OURO**

Valores  
808 256 737  
www.valores.pt



## PONTE DE LIMA

## Homem ferido na cara por rebarbadora

Um homem, de 56 anos, ficou ferido com gravidade, ao início da tarde de ontem, na sequência de um acidente de trabalho com uma rebarbadora, em Cepões, Ponte de Lima. A máquina provocou-lhe ferimentos na cara.

O alerta foi dado pelas 15h00. A vítima estava a realizar trabalhos na rua da Gandra, quando a rebarbadora a atingiu na zona da cara. O homem foi assistido no local pelos Bombeiros de Ponte de Lima e por uma equipa médica do INEM. Foi estabilizado e transportado para o Hospital de Viana do Castelo. ●A.S.M.



CRÍTICAS | **FALTA COMPENSAR**  
**OS SINDICATOS MÉDICOS**  
**CONSIDERAM "AQUÉM DAS**  
**EXPECTATIVAS" SOLUÇÕES DO**  
**GOVERNO PARA COMPENSAR**  
**TRABALHADORES DO SNS QUE**  
**COMBATEM A PANDEMIA.**



MÉDICOS | **FÉRIAS DE NATAL**  
**O SINDICATO INDEPENDENTE**  
**DOS MÉDICOS (SIM) APELOU**  
**AOS CLÍNICOS PARA QUE**  
**ALTEREM FÉRIAS DE NATAL,**  
**APESAR DAS "FALTAS**  
**DE RESPEITO DO GOVERNO".**

## ELEIÇÕES

## Maior sindicato de guardas prisionais tem novo presidente

Carlos Sousa, de 45 anos, guarda prisional colocado na cadeia de Custóias, foi eleito presidente do Sindicato Nacional da Guarda Prisional. Derrotou Jorge Alves, que deixa o cargo ao fim de 14 anos.

Ao que o **CM** apurou, a lista B, de Carlos Sousa, venceu as elei-

ções com 1032 votos, contra os 936 da lista A, encabeçada por Jorge Alves. Carlos Sousa foi delegado de uma das direções presididas por Jorge Alves. Resolveu agora, no entanto, constituir uma lista própria, conquistando a liderança do maior sindicato do setor. ●M.C.



Carlos Sousa tem 45 anos

DIRETOS RESERVADOS



## Governo admite maior aumento do salário mínimo em 2021

**TRABALHO** O Governo admite um aumento maior do salário mínimo para 2021, tendo também como consequência direta uma subida dos vencimentos mais baixos da Administração Pública, e vai iniciar já uma “avaliação geral” da legislação laboral, incluindo temas como as indemnizações por despedimento, o teletrabalho e caducidade da contratação coletiva. “O valor para 2021 não é um valor fechado. A atualização não está definida até porque a discussão será feita em sede de concertação social”, disse a ministra Ana Mendes Godinho.

# Desempregados com acesso a subsídio recuou em outubro

Número de beneficiários desceu 3% face ao mês anterior em quase todo o país, à exceção de Madeira, Faro e Beja



Pouco mais de metade dos desempregados está a receber prestação de apoio

**Maria Caetano**

maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

**ESTATÍSTICAS** O número de beneficiários das prestações de subsídio de desemprego recuou 3% em outubro face ao mês anterior, com a generalidade dos distritos a assistir a uma diminuição dos subsídios pagos no último mês. Faro, Beja e Madeira foram exceções.

De acordo com as estatísticas mensais da Segurança Social, a Segurança Social pagou em outubro prestações por desemprego a 223 167 beneficiários, menos 7136 do que no mês anterior, o que corresponde a um recuo de 3%. Comparando com o mesmo mês de 2019, foram pagos mais 42% de subsídios (um aumento de 65 795).

Os dados da Segurança Social permitem ainda concluir que foi entre as mulheres com idades entre os 30 e os 44 anos que se concentrou mais a redução de subsídios do último mês. Houve menos 4371 subsídios atribuídos, quase dois terços da diminuição observada.

Os dados demonstram um recuo ligeiro da taxa de cobertura daquele subsídio. Em outubro, 55,3% dos desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional recebiam a prestação por perda de trabalho. Em setembro, a taxa estava em 56,1%.

A diminuição no número de beneficiários estende-se

## PAGAMENTOS

### Prestações com valor médio de 500,82 euros

**Em outubro, a média de valores das prestações de subsídio de desemprego ficou em 500,82 euros. A despesa mensal com estas prestações terá ficado em 111,7 milhões de euros, menos 1,9% do que no mês anterior. Entre as mulheres, a redução de beneficiárias foi de 5% (menos 6 589 prestações), para um total de 128 583. Já entre os homens, a diminuição foi de 1%, com menos 547 prestações pagas (94.584).**

a quase todo o território nacional. No entanto, o Algarve, região com maior subida relativa do desemprego devido à pandemia, vê o número de prestações processadas pelo centro distrital da Segurança Social de Faro subir em 9% (cerca de 16 mil beneficiários). Em relação ao período homólogo, trata-se de um crescimento de 166%, o maior no país. Também a Madeira vê as prestações pagas subirem 4% e o distrito de Beja em 3%.

Em termos mensais, Bragança (menos 9%), Aveiro (menos 8%) e Viseu (menos 8%) registaram em outubro as maiores diminuições nas prestações de desemprego pagas.

Açores e distrito de Setúbal assistiram, por seu turno, a reduções muito ligeiras nos beneficiários face ao período homólogo. No caso dos Açores, é única região do país onde são hoje pagos menos subsídios de desemprego do que há um ano. A descida é de 7%, nos cálculos do JN/Dinheiro Vivo com base nos dados da Segurança Social. ●



# Sindicatos céticos com concurso para médicos

Ministra da Saúde anunciou que hospitais passarão a ter autonomia na contratação por tempo indeterminado



MARIA JOÃO GALA / GLOBAL IMAGES

**Condições de trabalho no SNS não são atrativas, dizem FNAM e SIM**

**Ana Gaspar**  
agasp@jn.pt

**RECRUTAMENTO** O anúncio da ministra da Saúde para a contratação de mais médicos para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi visto com alguma descrença por parte dos sindicatos. Marta Temido revelou que os hospitais vão passar a ter autonomia para fazer contratos por tempo indeterminado (e não apenas por quatro meses como até aqui) e que os dias de férias dos profissionais de saúde, adiadas para o próximo ano, serão majorados. Por cada cinco dias adiados, ficam com mais um.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) considera o anúncio da contratação de médicos como “mais um gesto propagandístico”. “O problema não é abrirem vagas. O problema é que as condições para essas vagas são as mesmas do costume”, adianta Noel Carrilho, ao JN.

O médico sublinha que o número de profissionais anteriormente contratados por quatro meses é “perfeitamente marginal”. E acrescenta que, no concurso para a colocação de recém-especialistas, ainda a decorrer, muitos não estão a assinar contrato.

A emigração e a ida para o privado é o destino de mui-

tos dos que terminaram agora a especialização.

“É preciso não ser inocente e achar que o privado vai assinar contratos para milhares de consultas e procedimentos cirúrgicos sem ir buscar mão de obra a qualquer lado”, frisa.

Roque da Cunha acrescenta, por seu lado, que “é fundamental que existam critérios transparentes e céleres para essa contratação. E tem de ser por concurso público”. O secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) lembra que “enquanto se mantiverem as condições de pouca atratividade no SNS”, como a ausência de investimento e a falta de apoio na investigação científica, “vemos com bastante dificuldade a contratação destes médicos”.

## FÉRIAS COM MAJORAÇÃO

Sobre a majoração dos dias de férias, Roque da Cunha lamenta que a governante “continue sem falar com os sindicatos”, principalmente quando se tratam de matérias laborais que necessitam de negociação “por muito simpáticas que aparentemente pareçam”.

Pela FNAM, Noel Carrilho revela que esta “intenção parece adequada”, mas ainda não se sabe se é aplicada a todos os médicos e em todas as circunstâncias. ●

## SABER MAIS

### Menos 544 médicos

A ministra Marta Temido, citada pela Lusa, adiantou que até outubro saíram do SNS 544 médicos, mais 135 do que no mesmo período de 2019. Das 911 vagas abertas no último concurso para as especialidades hospitalares, ficaram 327 por preencher.

### 3100 aposentações

Segundo Roque da Cunha, o SIM estima que nos próximos três anos o SNS venha a perder mais de 3100 médicos por aposentação (1600 nos hospitais, 1500 médicos de família).

# Costa deixa decisão sobre Natal em aberto até início de dezembro

Proibição de saída dos concelhos nos fins de semana alargados dos feriados

Primeiro-ministro invoca lei de 1986 para não poder travar Congresso do PCP

Nuno Miguel Ropio  
nuno.ropio@jn.pt

**PANDEMIA** Os portugueses vão ter de esperar mais duas semanas para saber como vai ser a sua época natalícia na era covid-19. Após ter cultivado a esperança de se poder “salvar o Natal” com medidas restritivas, António Costa recusou, ontem, pela primeira vez, traçar qualquer cenário para a segunda quinzena de dezembro e deu como adquirido que o estado de emergência irá durar até lá. Para já, avançam as proibições de circulação entre concelhos, nos dois próximos fins de semana prolongados, e o fecho de escolas nas vésperas dos feriados de 1 e 8 de dezembro. O Governo vai tentar convencer os privados a dispensarem os seus trabalhadores nesses dias.

Quase 24 horas após Marcelo Rebelo de Sousa ter dado como perdido o Natal, o primeiro-ministro assumiu que “ficaria muito surpreendido se não houvesse estado de emergência no Natal”. Porém, apesar da insistência dos jornalistas na conferência de Imprensa em que foram conhecidas as limitações decididas no Conselho de Ministros de anteontem, Costa só disse que o estado de exceção no Natal “não permite antecipar nenhuma medida em concreto” e recusou adiantar “o que poderá acontecer em matéria de ano escolar”.

**RESULTADOS “INSUFICIENTES”** Por agora, são sinais ligeiramente positivos os que as medidas restritivas implementadas há um mês começam a registar, denotando uma “desaceleração do ritmo de crescimento” de infetados, avançou. Mas, os resultados “são ainda insuficientes”.

“Temos muito ainda que nos esforçar para podermos alcançar o resultado pretendido”, avisou, para justificar as medidas de confinamento que irão vigorar durante os 15 dias do estado de exceção [ler detalhes na pag. 6] e que passam por “controlar as deslocações”.

A saber: todo o país contará com a proibição de circulação entre concelhos nos fins de semana alargados devido às pontes com os feriados de 1 e 8 de dezembro. Nas segundas-feiras de 30 e 7 de dezembro, não haverá aulas, os funcionários públicos ficarão em casa e os privados serão incentivados a dar folga aos seus trabalhadores.

Paralelamente, nos 127 concelhos com mais infetados mantêm-se as horas de recolher obrigatório e de restrições no funcionamento da restauração e comércio. Um desses concelhos é Loures, onde o PCP realizará o seu congresso eletivo no próximo fim de semana. Costa lembrou que a lei que regula o estado de emergência, já de 1986, não permite a proibição de eventos políticos.

#### PORTUGAL RESTRINGIU MENOS

Confrontado com as queixas dos empresários de restauração, Costa assegurou que Portugal foi na Europa dos que menos restringiram a atividade do setor, ainda que “vários estudos científicos demonstram que a restauração é um local de risco”.

“Queremos adotar as medidas que o país está em condições de poder adotar para suportar esse sofrimento. Mas não podemos evitar que esse sofrimento tenha de existir em alguma medida”, argumentou, negando que comece a haver brechas dentro do Governo devido à severidade das medidas agora anunciadas. ●



Temos muito ainda que nos esforçar para podermos alcançar o resultado pretendido

António Costa  
Primeiro-ministro



#### Apoios às empresas

##### 1,5 mil milhões

Haverá 1550 milhões de euros do “Apoiar.pt” para as PME do comércio, restauração e atividades culturais. Os pagamentos à Segurança Social e IVA serão adiados.

##### Ajuda imediata

Passa a ser “imediato” o acesso ao Apoio à Retoma Progressiva, que será atribuído ao empregador para manter os postos de trabalho em empresas em situação de crise.



**Incidência cumulativa a 14 dias**  
Casos por 100 mil habitantes  
De 7 a 21 de novembro

Concelhos de risco moderado

<240

65 concelhos

- Aguiar da Beira
- Alandroal
- Alcoutim
- Aljezur
- **Aljustrel\***
- Almodôvar
- Alpiarça
- Alter do Chão
- **Alvaiázeze\***
- Alvito
- Arraiolos
- Avis
- Barrancos
- **Beja\***
- Bombarral
- **Borba\***
- Caldas da Rainha
- **Carrazeda de Ansiães\***
- Carregal do Sal
- Castanheira de Pera
- Castelo de Vide
- Castro Marim
- Castro Verde
- **Ferreira do Alentejo\***
- Ferreira do Zêzere
- Figueiró dos Vinhos
- **Fornos de Algodres\***
- Fronteira
- Góis
- Golegã
- Gouveia
- Loulé
- Lourinhã
- Mação
- Marvão
- Mértola
- Moimenta da Beira
- Monchique
- Moura
- Mourão
- Óbidos
- Odemira
- Olhão
- Oliveira do Hospital
- Ourique
- Pedrógão Grande
- Pinhel
- Portel
- **Santa Comba Dão\***
- Santiago do Cacém
- **São Brás de Alportel\***
- Sernancelhe
- Sertã
- Silves
- **Sousel\***
- **Tábua\***
- Tabuaço
- **Tavira\***
- Vendas Novas
- Vidigueira
- Vila de Rei
- **Vila Flor\***
- **V. R. Santo António\***
- **Vila Velha de Ródão\***
- Vouzela

Risco elevado

240-480

86 concelhos

- Albufeira
- Alcácer do Sal
- Alcobaça
- Alcochete
- Alenquer
- Almeida
- Almeirim
- Anadia
- Ansião
- Arronches
- **Arruda dos Vinhos**
- Barreiro
- Batalha
- Benavente
- Cadaval
- Campo Maior
- Castelo Branco
- Castro Daire
- Chamusca
- Coimbra
- Condeixa-a-Nova
- Cuba
- Elvas
- Entroncamento
- Estremoz
- Évora
- Faro
- Gavião
- Grândola
- Idanha-a-Nova
- Lagoa
- Lagos
- Leiria
- Lousã
- Mafra
- Marinha Grande
- Melgaço
- Mesão Frio
- Mira
- Miranda do Douro
- Moita
- Monção
- Montfort
- Montalegre
- Montemor-o-Novo
- Montemor-o-Velho
- Montijo
- Mortágua
- Nelas
- Palmela
- Paredes de Coura
- Penalva do Castelo
- Penedono
- Peniche
- Peso da Régua
- Ponte da Barca
- Ponte de Sor
- Portimão
- Porto de Mós
- Redondo
- Ribeira de Pena
- Rio Maior
- Salvaterra de Magos
- Santarém
- São João da Pesqueira
- Sardoal
- Serpa
- Sesimbra
- Sobral de Monte Agraço
- Soure
- Terras de Bouro
- Tomar
- Tondela
- Torres Novas
- Torres Vedras
- Trancoso
- Viana do Alentejo
- Viana do Castelo
- Vila do Bispo
- Vila Nova da Barquinha
- Vila Nova de Cerveira
- Vila Nova de Poiares
- Vila Viçosa
- Vimioso
- Vinhais
- Viseu

Risco muito elevado

480-960

80 concelhos

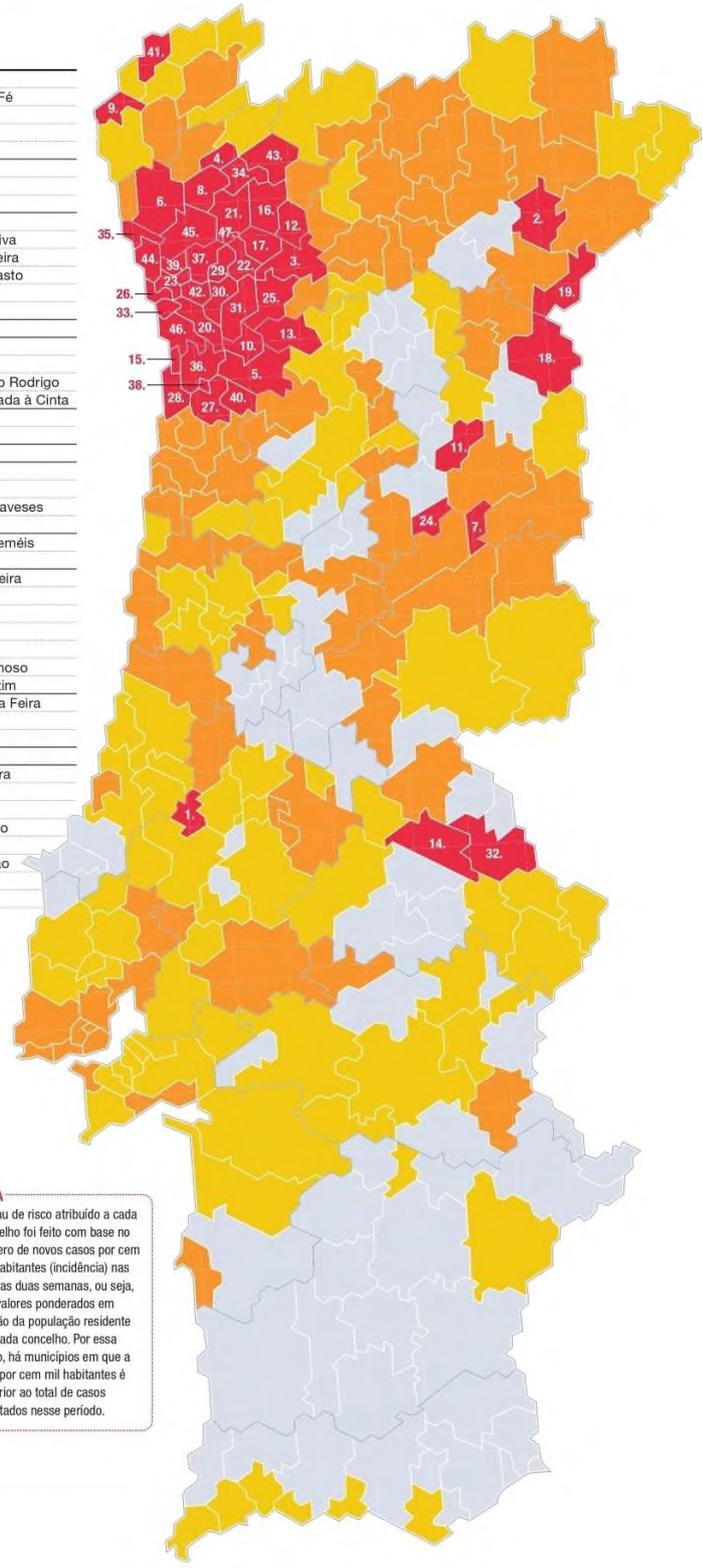
- Abrantes
- Águeda
- Albergaria-a-Velha
- Alijó
- Almada
- Amadora
- Arcos de Valdevez
- Arganil
- Armamar
- Aveiro
- Azambuja
- Baião
- Boticas
- Bragança
- Cabeceiras de Basto
- Cantanhede
- Cartaxo
- Cascais
- Chaves
- Constância
- Coruche
- Covilhã
- Esposende
- Estarreja
- Figueira da Foz
- Fundão
- Guarda
- Ilhavo
- Lamego
- Lisboa
- Loures
- Macedo de Cavaleiros
- Mangualde
- Mealhada
- Méda
- Miranda do Corvo
- Mirandela
- Mogadouro
- Mondim de Basto
- Mora
- Murça
- Murtosa
- Nazaré
- Nisa
- Odivelas
- Oeiras
- Oleiros
- Oliveira de Frades
- Oliveira do Bairro
- Ourém
- Pampilhosa da Serra
- Penacova
- Penamacor
- Penela
- Pombal
- Ponte de Lima
- Proença-a-Nova
- Reguengos de Monsaraz
- Resende
- Sabrosa
- Sabugal
- S. M. de Penaguião
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Seia
- Seixal
- Setúbal
- Sever do Vouga
- Sines
- Sintra
- Tarouca
- Torre de Moncorvo
- Vagos
- Valpaços
- Vila Franca de Xira
- Vila Nova de Foz Côa
- Vila Nova de Paiva
- Vila Pouca de Aguiar
- Vila Real
- Vila Verde

Risco extremo

>960

47 concelhos

1. Alcanena
2. Alfândega da Fé
3. Amarante
4. Amares
5. Arouca
6. Barcelos
7. Belmonte
8. Braga
9. Caminha
10. Castelo de Paiva
11. Celorico da Beira
12. Celorico de Basto
13. Cinfães
14. Crato
15. Espinho
16. Fafe
17. Felgueiras
18. Fig. de Castelo Rodrigo
19. Freixo de Espada à Cinta
20. Gondomar
21. Guimaraães
22. Lousada
23. Maia
24. Manteigas
25. Marco de Canaveses
26. Matosinhos
27. Oliveira de Azeméis
28. Ovar
29. Paços de Ferreira
30. Paredes
31. Penafiel
32. Portalegre
33. Porto
34. Póvoa de Lanhoso
35. Póvoa de Varzim
36. Santa Maria da Feira
37. Santo Tirso
38. S. J. Madeira
39. Trofa
40. Vale de Cambra
41. Valença
42. Valongo
43. Vieira do Minho
44. Vila do Conde
45. V. N. Famalicão
46. V. N. Gaia
47. Vizela



**NOTA**  
O grau de risco atribuído a cada concelho foi feito com base no número de novos casos por cem mil habitantes (incidência) nas últimas duas semanas, ou seja, são valores ponderados em função da população residente em cada concelho. Por essa razão, há municípios em que a taxa por cem mil habitantes é superior ao total de casos registados nesse período.

**\*15**  
concelhos saíram da lista de risco elevado



A partir de terça-feira, dia 24, as medidas de contenção da pandemia vão voltar a mudar. Saiba o que vai acontecer, tendo em conta a região onde vive

### MEDIDAS PARA TODO O PAÍS

#### Máscaras no local de trabalho para todos

Depois do uso obrigatório das máscaras na via pública e em recintos fechados, agora são os locais de trabalho que passam também a ter de obedecer a esta regra, no caso de o trabalhador não estar em local isolado.

#### Proibição de circulação entre concelhos

Os fins de semana prolongados de dezembro voltam a ser alvo de restrições à circulação entre concelhos. A medida aplica-se a todo o território entre as 23 horas de 27 de novembro e as 5 horas de 2 de dezembro. E entre as 23 horas de 4 de dezembro e as 5 horas de 9 de dezembro. As exceções a esta proibição são as mesmas que aplicadas anteriormente, como a deslocação para trabalhar, motivos de saúde ou para assistência a familiares.

#### Aulas suspensas e tolerância de ponto

Nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, a atividade letiva em todo o país vai estar parada. O Governo dá tolerância de ponto à Administração Pública e apela às entidades privadas para também dispensarem os trabalhadores nestes dois dias que antecedem os feriados.

### MEDIDAS POR TAXA DE INCIDÊNCIA

#### País dividido em quatro grupos de risco

O Governo seguiu o critério do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) e dividiu os concelhos consoante a taxa de incidência (calculada em função do número de novos casos por cem mil habitantes nos últimos 14 dias). Assim, são considerados concelhos de risco moderado os que têm menos de 240 casos por cem mil habitantes; de risco elevado, entre 240 e 280; de risco muito elevado os que têm de 480 a 960, e de risco extremamente elevado, com mais de 960 novos casos.

### ATÉ 240 CASOS

#### Municípios com risco moderado

Até 240 novos casos por cem mil habitantes, as regras aplicadas nestes 65 concelhos são as de âmbito nacional.

### DE 240 A 480 CASOS

#### Recolhimento das 23 até às cinco da manhã

Vai manter-se a proibição de circulação na via pública das 23 horas até às cinco da manhã para os 86 concelhos que tiverem entre 240 a 480 novos casos de infeção. A fiscalização do teletrabalho será mais apertada. O horário de encerramento dos estabelecimentos comerciais mantém-se às 22 horas. Tal como às 22.30 horas para restaurantes e equipamentos culturais.

### A PARTIR DOS 480

#### Regras mais apertadas em 127 concelhos

Pelo menos na próxima quinzena, explicou o primeiro-ministro, as regras para os municípios nos dois últimos patamares (dos 480 aos 960 novos casos e com mais de 960 novos casos) serão as mesmas. Porque nos concelhos com mais de 480 casos “há uma tendência ainda de crescimento”, segundo António Costa. Aplicadas a 127 concelhos, as regras acumulam com as restantes medidas aplicadas aos concelhos com menos casos.

#### Confinamento começa às 13 horas

Assim, quem vive nos municípios com incidência superior a 480 novos casos, além de não poder circular entre concelhos nos fins de semana alargados, também fica proibido de andar na via pública a partir das 13 horas até às cinco da manhã dos sábados, domingos e feriados dos dias 1 e 8 de dezembro. Os estabelecimentos comerciais também têm de fechar às 13 horas nesses dias.

#### Véspera de feriados condiciona comércio

Nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro (segundas-feiras vésperas dos dois feriados), o comércio também vai sofrer constrangimentos. Tem de fechar a partir das 15 horas.

ANA GASPAR



SENSEI/ALVARADO/ALVARADO ONLINE



NOTÍCIAS MAGAZINE

**JN**  
Jornal de Notícias

*O hospital é uma lição de esperança*

A missão dos professores e a tenacidade dos alunos quando a sala de aula é na enfermaria



**F. C. Porto**  
Toni Martínez e Taremi acabam com resistência do Fabril

F. C. Porto avança na Taça após triunfo no Barreiro (2-0) P. 46 e 47

**Benfica**  
Cabeçada de Samaris manda Paredes abaixo

P. 44 e 45

# ESCOLAS FECHADAS E PONTES DEIXAM PAÍS EM CONFINAMENTO NOS FERIADOS DE DEZEMBRO

**Covid-19** Governo dá tolerância de ponto nos próximos dias 30 e 7 e proíbe circulação entre concelhos nos fins de semana prolongados  
**Municípios** 48 na lista de risco extremamente elevado, com maior incidência no Norte  
**Prevenção** Máscara passa a ser obrigatória no trabalho  
**Pandemia** Costa já admite estado de emergência no Natal P. 4 a 8

**Condenação**  
GNR ameaçava namorada 18 anos mais nova P. 15

**Porto**  
Idosos à boleia em passeios de bicicleta P. 18 e 19

**URBANO**  
A violência do silêncio na cidade em recolhimento

PUBLICIDADE

**OURO**  
PRATA | RELOGIOS  
COMPRA & VENDA  
**DINHEIRO IMEDIATO!**  
Conheça também a venda c/ opção de compra até 24 meses!  
**1º Franchising**  
COMPRE O OURO  
PRECIOSA A AGÊNCIA PRÉTO DE 50  
**Valores**  
especialistas em OURO  
808 256 737  
WWW.VALORES.PT

**CASA Peixoto**  
IDEIAS CONSTRUTIVAS

VIANA DO CASTELO  
BRAGA  
GUIMARÃES  
PORTO  
LISBOA  
PARIS

casapeixoto.pt

**WEBERCOL CLASSIC 25KG**

. CINZA  
. COLAGEM DE PEÇAS POROSAS ABSORVENTES DE PEQUENO E MÉDIO FORMATO NO INTERIOR SOBRE REBOCOS E BETONILHAS.  
REF. 010812



CIMENTO COLA PARA INTERIOR

€2,99

IVA incluído. Válido até 3 de dezembro de 2020.

PUBLICIDADE



DIREITOS RESERVADOS

**Futuro aparthotel terá 108 apartamentos e contará com restaurante, esplanada e ginásio**

## Four Points by Sheraton Matosinhos pronto em 2021

Grupo canadiano Mercan investe 20 milhões de euros em aparthotel localizado junto ao Parque da Cidade

O grupo canadiano Mercan está a investir na construção do Four Points by Sheraton Matosinhos, um aparthotel de qualidade superior, instalado numa zona privilegiada da cidade, cuja construção deverá estar concluída no segundo semestre do próximo ano.

O novo Four Points by Sheraton Matosinhos, que promete criar 55 postos de trabalho, é um dos principais investimentos turísticos em curso na Área Metropolitana do Porto e o mais marcante empreendimento em curso em Matosinhos. O edifício está a ser

construído numa localização privilegiada – junto ao Parque da Cidade e a dois minutos da praia a pé – ocupa uma área superior a 7000 metros quadrados e integrará restaurante, esplanada, ginásio e parque de estacionamento

O Four Points by Sheraton Matosinhos vai disponibilizar 108 apartamentos com o selo de qualidade de uma das mais carismáticas assinaturas da cadeia Marriott.

A obra decorre a bom ritmo, depois da colocação simbólica da primeira pedra pela presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro, numa cerimónia inicialmente apontada para março último, mas que a pandemia fez adiar para outubro. “Somos um concelho que tem muito para oferecer. Esta sintonia de investimento público e de investimento privado alavancará ainda mais Matosinhos”, afirmou, na ocasião, a autarca.

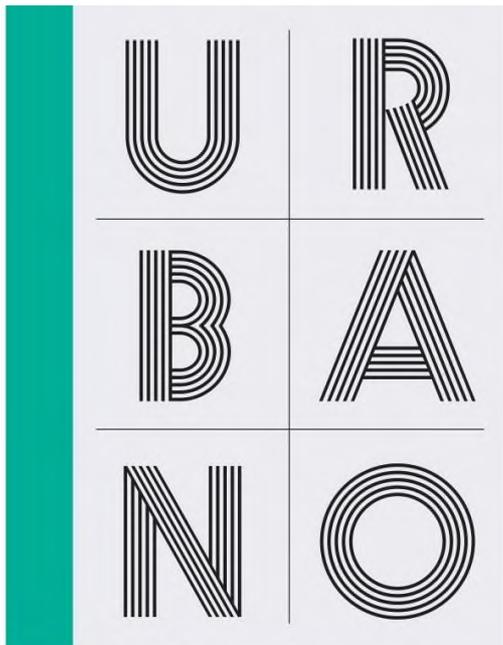
Esta é a primeira instalação des-

ta marca internacional de hotelaria em Matosinhos, num projeto idealizado para turistas convencionais – próximo da orla costeira do Porto e Matosinhos, do Terminal de Cruzeiros de Leixões, da Casa da Arquitetura, de Serralves e do Centro Histórico do Porto.

### TURISMO DE NEGÓCIOS

Mas a localização é excelente também para deslocações de negócios, uma vez que a nova unidade está a escassos 10 minutos do aeroporto, do centro de congressos Exponor e do centro do Porto.

Este é um dos mais recentes investimentos em Portugal do grupo com base no Canadá e mais de 30 anos de experiência nas áreas da consultadoria de investimentos, da educação e da imigração. Além do Canadá, o grupo marca presença em países como a China, Índia, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e Vietname. ●



22 NOVEMBRO 2020  
Suplemento integrante do Jornal de Notícias.  
Não pode ser vendido separadamente.



**C. urbano / Lisboa** Falências em série na “rua dos restaurantes” **P8-9**

**Está a mexer / Matosinhos** Grupo canadiano investe 20 milhões em aparthotel junto à praia **P5**

**Lá fora / Europa** Mercados de Natal cancelados geram prejuízos **P11**

**Companhia ilimitada / Esposende**  
Deixou advocacia para se dedicar à estética e bem-estar dos animais **P10**



# Há um silêncio ensurdecedor na noite da cidade

Com o recolher obrigatório forçado pela pandemia, quem trabalha quando todos os outros dormem sentiu com particular violência o abandono que se apoderou dos locais onde, antes de março, a vida era vibrante **P6-7**



# Escolas fechadas e circulação proibida no início de Dezembro

Medidas mais duras para 127 concelhos. Primeiro-ministro foi categórico ao assumir que no Natal há estado de emergência. Já sobre o congresso do PCP, leu a lei e assumiu que, por ela, não pode ser proibido

São José Almeida

Será uma quinzena com medidas mais duras, a nível nacional e nos concelhos de risco, agora graduados em níveis. Esta é a conclusão das decisões anunciadas, ontem, pelo primeiro-ministro, António Costa, numa conferência de imprensa onde divulgou os conteúdos do decreto de execução do estado de emergência para conter a pandemia de covid-19.

Para todo o país, tendo em conta que esta quinzena, que decorre entre as zero horas de 24 de Novembro e a meia-noite de 8 de Dezembro, inclui dois feriados à terça-feira, o Governo decidiu decretar a proibição de circulação entre concelhos entre as 23 horas de 27 de Novembro e as 5 horas de 2 de Dezembro, bem como entre as 23 horas de 4 de Dezembro e as 5 horas de 9 de Dezembro.

Em relação aos fins-de-semana dos feriados, o Governo decidiu dar tolerância de ponto aos funcionários públicos nas segundas-feiras, 30 de Novembro e 7 de Dezembro. O primeiro-ministro apelou aos empresários para adoptarem a medida e dispensarem os seus trabalhadores.

Em todo o país, todas as aulas estarão suspensas entre 30 de Novembro e 7 de Dezembro. Também passa a ser obrigatório o uso da máscara nos locais de trabalho, em que não há distanciamento de dois metros ou separação física entre postos de trabalho. E o teletrabalho deve ser regra.

## Medidas endurecem

Seguindo os critérios do Centro Europeu de Controlo das Doenças, o Governo dividiu o país em quatro níveis. Assim, a partir de terça-feira, o continente divide-se da seguinte forma: 65 concelhos em "risco moderado" (os que registam menos de 240 casos de covid-19 por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias); 86 concelhos com "risco elevado" (entre 240 e 479 novos casos), 80 concelhos com "risco muito elevado" (entre 480 e 959) e 47 concelhos com "risco extremamente elevado" (mais de 960).

No total, haverá 213 concelhos sujeitos a medidas especiais, mais 22



Costa recusou especificar medidas que irão vigorar no Natal

do que actualmente, dos quais 39 são novos. Dos 191 concelhos sujeitos a medidas especiais até agora, 17 saíram da lista. Permanecem assim sob medidas mais restritivas 174 concelhos. Devido, porém, à introdução de três níveis de risco, há 127 que vêem as medidas ainda mais agravadas.

Nos 86 concelhos com "risco elevado", as actuais medidas mantêm-se. É proibido circular na via pública entre as 23 horas e as 5 horas, em

todos os dias da semana. O primeiro-ministro anunciou ainda a fiscalização do recurso ao teletrabalho nas empresas. Os restaurantes continuam a ter de fechar às 22 horas e os espetáculos às 22h30. Nos 80 concelhos de "risco muito elevado" e nos 47 de "risco extremamente elevado", para além das medidas gerais ao país e muitas das em vigor nos concelhos de "risco elevado", há novas regras, mais duras. Permanece o regime de proibição de circulação em vigor. Assim, o recolhimento obrigatório, durante a semana, vai das 23 horas às 5 horas da manhã e, ao fim-de-semana, das 13 horas às 5 horas, bem como nos feriados de 1 e de 8 de Dezembro. Nestes dias, os estabelecimentos comerciais têm de fechar a partir das 13 horas. E nas segundas-feiras 30 de Novembro e 7 de Dezembro, os estabelecimentos têm de fechar às 15 horas.

## Natal e PCP

Salientando que, quando solicitou ao Presidente que decretasse o estado de emergência, avisou que seria "prolongado", o primeiro-ministro recusou-se a ser específico sobre que medidas irão vigorar no Natal. "Não quero fazer especulação sobre Dezembro, Janeiro ou Fevereiro", afirmou, mas garantiu: "Ficaria muito surpreendido se no Natal não houvesse estado de emergência".

Sobre o congresso do PCP, que se realiza entre 27 e 29 de Novembro, em Loures, concelho que está em "risco elevado", fez questão de ler a lei do estado de emergência, que determina que "as reuniões dos órgãos estatutários de partidos (...) não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia". Daí que, argumentou, nem o decreto de execução, nem o de estado de emergência possam proibir o PCP de realizar o congresso. E garantiu: "Mesmo que o Governo quisesse, mesmo que a Assembleia da República quisesse, mesmo que o senhor Presidente da República quisesse, nenhum de nós o podia fazer". Acrescentando, perante a insistência dos jornalistas, que apenas pode "respeitar o funcionamento dos partidos políticos", bem como "as suas decisões".

## PCP é que decide como faz congresso

Pouco depois de António Costa ter afirmado que não seria possível impedir o congresso do PCP, porque a lei do estado de sítio e do estado de emergência não permite impedir "reuniões dos órgãos estatutários dos partidos", o líder do PSD foi ao Twitter bater na mesma tecla: "O Governo não quer tratar todos os portugueses por igual. A Lei 44/86, que o sr. primeiro-ministro invoca para proteger o PCP, não diz que o congresso não pode ser adiado e, muito menos, proíbe o Governo de determinar que ele se tenha de realizar por videoconferência. Não o faz porque não quer". Não é esse o entendimento de Jorge Reis Novais, catedrático de Direito Constitucional. A lei afirma que "as reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a aprovação prévia". A forma dessas reuniões, afirma, compete aos próprios: "Os partidos têm o direito de o fazerem da forma como entenderem, compete aos próprios decidirem a forma como exercem o direito de reunião". **L.B.**



## Medidas Empresas com adiamento de pagamentos ao Estado

Luis Villalobos

O primeiro-ministro anunciou ontem que haverá um adiamento das obrigações de pagamento do IVA trimestral por parte das empresas. De acordo com António Costa, o pagamento deste imposto é alargado até ao dia 30 deste mês. Além disso, referiu em conferência de imprensa, poderá ser ainda "pago em três ou seis prestações, sem juros", medida aplicável também ao pagamento das contribuições à Segurança Social. Por outro lado, antecipou, sem detalhes, que o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, irá anunciar medidas ligadas às rendas comerciais, "tendo em vista garantir um apoio suplementar a todos os sectores, em particular, o da restauração e do comércio a retalho, que têm sido fortemente atingidos" pela pandemia.

A CCP já defendeu, entre outras medidas, que era necessário assegurar "o perdão de 50% das rendas comerciais entre Abril de 2020 e Março de 2021".

Entre as medidas anunciadas, está também a obrigatoriedade do uso de máscara nos locais de trabalho (se não houver divisórias ou não estiverem isolados) e a realização de acções inspectivas, por parte da Autoridade para Condições de Trabalho (ACT), de modo a verificar "o grau de cumprimento do teletrabalho" nos concelhos em que este é obrigatório.

Está a verificar-se, afirmou António Costa, "um grande incumprimento" a este nível. "Se olharmos para aqueles dados que a Google vai publicando sobre as deslocações, percebemos que há muito mais pessoas a deslocar-se do que se o teletrabalho estivesse a ser mais respeitado", afirmou depois, em resposta a um jornalista. O PÚBLICO enviou também questões ao Ministério do Trabalho e Segurança Social sobre estas matérias, sem resposta em tempo útil.

Nos dias 31 de Novembro e 7 de Dezembro, em que decidiu que as escolas irão estar fechadas, o Governo diz que irá dar tolerância de ponto à função pública e fazer um "apelo" aos privados para darem dispensa aos seus trabalhadores. Nada foi referido sobre eventuais compensações. Já o apoio à restauração, por ter de fechar às 13 horas nos concelhos mais atingidos, vai ser mantido nos próximos dois fins-de-semana e nos dois feriados em causa. Nas vésperas dos feriados, o horário é até às 15 horas.

## Novo estado de emergência

# Costa pediu a Marcelo que previsse confinamentos compulsivos

Leonete Botelho

**Acórdão da Relação alertou para fragilidade da lei geral para obrigar as pessoas a ficar em isolamento sem decisão de juiz**

O confinamento compulsivo passou a estar previsto no decreto do estado de emergência que vai entrar em vigor na terça-feira na sequência de um pedido do Governo, apurou o PÚBLICO. Foi o primeiro-ministro que solicitou ao Presidente da República que fizesse essa clarificação, uma vez que no decreto actualmente em vigor nada se diz expressamente sobre isolamentos obrigatórios.

A chamada de atenção para este tema, que desde o início da pandemia tem sido um dos mais polémicos quanto ao quadro legal em vigor, foi feita depois de ser conhecido o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa em que as juízas sustentam que não pode ser a autoridade da saúde a determinar o isolamento de ninguém, apenas com base num teste positivo. E insistiam que, tratando-se de uma privação da liberdade, tinha de ser decidida por um juiz.

À parte da questão da fiabilidade dos testes, o problema colocado nesse caso concreto dizia respeito a um pedido de *habeas corpus* de quatro turistas alemães, que foram obrigados a ficar 20 dias em isolamento, em hotéis dos Açores, em Agosto. Nessa altura, não vigorava nenhum estado de emergência, tendo o tribunal de Ponta Delgada dado razão aos cidadãos alemães quanto à natureza ilegal daquela privação da liberdade.

O mesmo tipo de questão tinha também merecido, em Agosto, uma decisão do Tribunal Constitucional, que equiparou as quarentenas obrigatórias determinadas pelo Governo Regional dos Açores a prisões ilegais, considerando-as inconstitucionais. No acórdão, os juízes do Palácio Ratton comparam o isolamento profilático no hotel durante duas semanas a ida para a cadeia, embora num "cenário mais agradável", mas "sem tempo de recreio para fazer exercício".

No entender das várias instâncias judiciais e também dos constitucionalistas, o confinamento compulsivo que não seja determinado por questões de saúde mental (previsto numa lei específica) só pode ser obrigatório no quadro do estado de emergência.



ANTÓNIO COTRIM/LUISA

**Confinamento compulsivo tem sido desde o início da pandemia um dos mais polémicos. Marcelo clarifica-o neste decreto**



**É para isso que serve o estado de emergência, para restringir direitos, senão, não serve para nada**

Jorge Bacelar Gouveia

Professor de Direito Constitucional da Universidade Nova de Lisboa

Porque se trata de uma restrição à liberdade individual, e portanto, fora desse quadro excepcional, teria de ser decidido por um juiz.

Nos três primeiros decretos do estado de emergência, em Março e Abril, Marcelo Rebelo de Sousa previa

expressamente a possibilidade de confinamentos compulsivos no leque das restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia. Mas não o fez de forma clara no decreto de 5 de Novembro, quando voltou a declarar o estado de emergência.

### Restrição de liberdade

Agora, Marcelo volta a explicitar esse tema no decreto de 19 de Novembro. Nas restrições ao direito à liberdade, prevê-se, "na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, o confinamento compulsivo em estabelecimento de saúde, no domicílio ou, não sendo aí possível, noutro local definido pelas autoridades competentes, de pessoas portadoras do vírus SARS-CoV-2, ou em vigilância activa".

"Foi uma evolução curiosa", analisa Jorge Bacelar Gouveia, professor de Direito Constitucional da Universidade Nova de Lisboa, relacionando também a decisão com o acórdão da Relação de Lisboa. José de Melo Alexandrino, da Universidade de Lisboa, corrobora e acrescenta que, pela primeira vez, Marcelo Rebelo de Sousa coloca os confinamentos no âmbito da restrição do direito à liberdade, e já não apenas do direito de circulação, como fez nos primeiros decretos. "Fez bem, é mais seguro e mais amplo", considera Alexandrino, uma

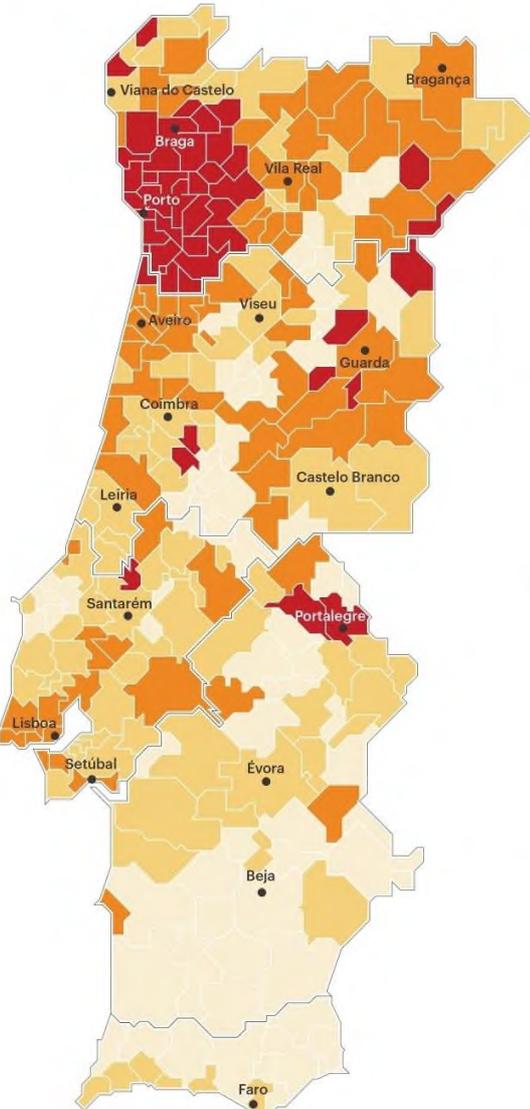
vez que "os isolamentos afectam o direito à liberdade e isso não era explícito" nos decretos da primeira vaga.

Desde o início da pandemia que a questão dos confinamentos compulsivos é polémica, tendo havido no início alguns juristas que defendiam que a Lei de Bases da Saúde, na sua Base 34, dava poder autónomo à autoridade da saúde para "desencadear, de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a pessoas que, de outro modo, constituam perigo para a saúde pública".

No entanto, o entendimento dos constitucionalistas é que, não havendo uma lei de emergência sanitária que enquadre especificamente o confinamento provocado por doença infecto-contagiosa, será necessário recorrer à Constituição, e em particular ao estado de emergência, para que se possa obrigar alguém, infectado ou em quarentena, a ficar retido em casa ou noutro lugar. As várias decisões judiciais confirmaram esse entendimento. Fora do estado de emergência, será sempre necessária uma decisão judicial para obrigar alguém a ficar em casa. Já no âmbito do estado de emergência, a autoridade de saúde passa a ter esse poder efectivo, de acordo com a Lei de Bases da Saúde. "É para isso que serve o estado de emergência, para restringir direitos, senão, não serve para nada", defende Bacelar Gouveia.



Quatro níveis de risco ditam as medidas para cada concelho



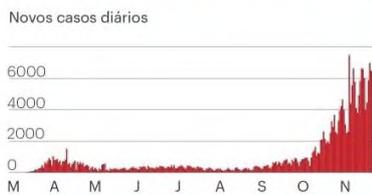
Situação em Portugal

21 de Novembro às 14h00

Mortes **3824**  
+62  
Recuperados **169.379**  
+6379

Em UCI **485**  
+4  
Internados (total) **3025**  
-54

Casos confirmados **255.970**  
Novos casos **6472**



Fonte: Conselho de Ministros

PÚBLICO

Pontes e suspensão de aulas podem ter efeitos perversos  
Medidas diferenciadas merecem reservas de autarcas e clínicos

Samuel Silva

Os concelhos com maior incidência de covid-19 passam a estar divididos em diferentes níveis de risco. As restrições mais apertadas aplicam-se aos que têm um registo de mais de 480 infeções por 100 mil habitantes nos 14 dias anteriores. Ao todo, são 127 nessa situação. Há restrições à circulação entre territórios à volta dos primeiros dois feriados de Dezembro, mas o presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública (ANMSP) tem dúvidas sobre a sua eficácia.

O primeiro-ministro comunicou que, nas vésperas dos feriados de 1 e 8 de Dezembro, não haverá aulas e será concedida tolerância de ponto aos funcionários públicos. No caso do sector privado, será feito um apelo às empresas para que dispensem os trabalhadores nesses dias. Ao mesmo tempo, volta a vigorar, tal como no início do mês, a proibição de restrição entre concelhos. Tem início às 23h00 de sexta-feira e final às 5h00 da quarta-feira seguinte, em ambos os fins-de-semana. Esta decisão é válida para todo o território nacional. Já os concelhos em risco “extremamente elevado” ou “muito elevado” têm novas restrições aos horários dos estabelecimentos comerciais, que terão de encerrar às 15h00 nas vésperas dos dois feriados (30 de Novembro e 7 de Dezembro).

As restrições à circulação durante oito dos próximos 15 dias não diminuem os receios de Ricardo Mexia, presidente da ANMSP, relativamente ao risco de contágio. Pelo contrário, como não há aulas e os funcionários públicos não trabalham, “cria-se realmente uma ‘ponte’”. A intenção do Governo é que os dois fins-de-semana sejam de confinamento. No entanto, “se as pessoas não forem sensibilizadas, pode haver uma tentação de saírem dos seus locais de residência, contornando as restrições de circulação, acabando por disseminar o vírus”, alerta.

Mexia sustenta que é, por isso, “importante que existam os meios para fiscalizar a circulação das pessoas”. Também o escalonamento dos concelhos por níveis de risco de contágio precisa de ser acompanhado por maior controlo, sobretudo em regiões onde existem municípios de “risco extremo” na vizinhança de outros de menor risco.

O presidente da ANMSP defende ainda a necessidade de “mais meios” para as equipas de saúde pública, cuja contratação “já devia ter sido agiliza-



Médicos de saúde pública pedem mais fiscalização

E o direito à manifestação?

O constitucionalista Jorge Reis Novais considera “inexplicável” que continue a haver manifestações em pleno período de recolher obrigatório. No entanto, a crítica não é para os manifestantes, mas para o Presidente da República. “A verdade é que o decreto do estado de emergência não limitou direitos políticos, como o direito à reunião e à manifestação”, diz, “mas num momento em que se procura evitar os ajuntamentos de pessoas, não faz sentido não proibir manifestações”. **L.B.**

da durante o Verão”. Segundo avançou uma responsável da ARS Norte à RTP esta semana, há 20 mil inquéritos epidemiológicos pendentes na região. “Se cada doente tiver cinco contactos de risco, significa que há 100 mil pessoas que deviam estar em isolamento e não estão.” Também Humberto Brito, presidente da câmara de Paços de Ferreira – um dos concelhos com maior incidência de covid-19 – entende que o reforço das equipas de saúde pública “é o trabalho que falta fazer”, notando a sua “ausência” na comunicação de ontem do primeiro-ministro. O autar-

ca ficou “agrado” com o que foi divulgado, por “não se confirmar o agravamento da gravidade das medidas”. Paços de Ferreira, juntamente com os concelhos vizinhos de Lousada e Felgueiras, tem medidas restritivas em vigor desde 23 de Outubro e começa agora a reduzir o número de novas infeções.

Em sentido contrário, o número de casos está a aumentar em Braga, segundo o presidente daquele município, Ricardo Rio. O autarca tem reservas quanto à encontrada pelo Governo para as próximas duas semanas. “Eram preferíveis medidas mais drásticas e concentradas no tempo. O prolongamento desta situação por vários fins-de-semana vai criar muito maiores dificuldades”, desde logo ao comércio e restauração.

Braga e Paços de Ferreira são dois dos 47 concelhos – quase todos localizados no litoral da região Norte – no nível máximo do novo escalonamento definido pelo Governo (“risco extremamente elevado”, mais de 960 novos casos por cem mil habitantes). As medidas previstas para estes territórios são iguais àquelas a que vão estar sujeitos os 80 municípios que estão no segundo nível de alerta (“muito elevado”, com mais de 480 novos casos).

“É mais uma das incoerências do Governo”, critica Carlos Carreiras, presidente da Câmara de Cascais, um dos concelhos neste segundo nível de risco. O autarca lamenta também que as medidas sejam anunciadas sem serem acompanhadas dos dados concretos em que se fundamentaram. O PÚBLICO pediu os indicadores de cada concelho à DGS, que indicou que apenas na segunda-feira os divulgará.

Ricardo Rio, presidente da Câmara de Braga





Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Domingo, 22 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.169 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,70€

**Refugiados**  
Caderno encontrado nas cinzas de Moria revela o pesadelo das crianças sós



P2

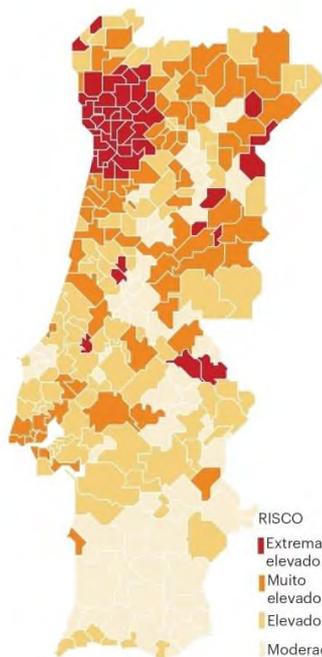
**Uma revolução no SNS**  
Quando os médicos foram à periferia para mudar o país



P2



# Restrições mais duras em 127 concelhos



**Covid-19** País dividido em graus de risco • Nos concelhos com risco mais elevado há recolher obrigatório a partir das 13h ao fim-de-semana e feriados • Aulas suspensas e tolerância de ponto a 30 de Novembro e 7 de Dezembro • Costa pediu a Marcelo que previsse confinamentos compulsivos • Autarcas e médicos com algumas reservas **Destaque 2 a 7 e Editorial**

**Jovens**  
**Maioria dos novos 'nem-nem' vem dos cursos profissionais**

Não estudam nem trabalham. São 6% dos jovens que terminaram o secundário em 2018/19. Raparigas estão em maioria *Sociedade, 14/15*

**Teatro**  
**Como a covid-19 contagiou as pequenas companhias**

Há estruturas que se mantêm à tona e outras que enviam trabalhadores para o desemprego. "O esforço vale a pena?", questionam *Cultura, 26*

**Trabalho**  
**Nova realidade força mudanças na legislação do teletrabalho**

Teletrabalho veio para ficar, mas é unânime entre os especialistas que é preciso adaptar as regras ao novo contexto laboral *Economia, 20/21*



**MotoGP**  
**A primeira pole position de Oliveira surgiu em Portugal**

Piloto português parte do primeiro lugar para o último Grande Prémio do Mundial 2020, em Portimão. Um feito inédito *Desporto, 28*

# Beneficiários de prestações de desemprego sobem 41,8%

## Número de beneficiários do subsídio de desemprego subiu 44,2% em termos homólogos em Outubro e caiu 3,7% face a Setembro

O número de beneficiários de prestações de desemprego aumentou em 41,8% em Outubro face ao período homólogo de 2019 e caiu 3,1% comparando com o mês anterior, para 223.167, revelam as estatísticas mensais da Segurança Social.

De acordo com os dados, que não integram as prorrogações das prestações de desemprego aprovadas para responder à crise causada pela covid-19, o número de beneficiários do subsídio de desemprego subiu 44,2% em termos homólogos e caiu 3,7% face a Setembro, abrangendo 190.058 pessoas.

Já o subsídio social de desemprego inicial (atribuído a quem não reúna as condições para receber o subsídio de desemprego) abrangeu 9782 pessoas, um crescimento de 93% comparando com o mês homólogo de 2019 e uma descida de 8,6% em relação ao mês anterior.

Por sua vez, o número de desempregados com subsídio social de desemprego subsequente (atribuído a quem já esgotou o subsídio de desemprego) foi de 22.695, o que representou aumentos de 15,7% e de 5,1% em termos homólogos e em

cadeia, respectivamente.

“Por idades e comparando com Outubro de 2019, continuam a registar-se acréscimos das prestações processadas em todos os grupos etários, sobressaindo os grupos mais jovens: o grupo de 24 ou menos anos (134,9%), entre os 25 e os 34 anos (80,9%), entre os 35 e os 44 anos (44,5%), e entre os 45 e os 54 anos (34,6%)”, lê-se na síntese elaborada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O valor médio do subsídio processado por beneficiário foi de 500,82 euros em Outubro.

Quanto às pensões de velhice, verificou-se em Outubro um aumento de 19.178 em termos homólogos e de 293 face a Setembro, para um total de 2.065.433. **Lusa**





## Economia Trabalho em pandemia

# Teletrabalho veio para ficar, mas é preciso adaptar lei à nova realidade

Teletrabalho está previsto na lei há quase duas décadas, mas até Março a utilização era marginal. É unânime entre os especialistas que é preciso adaptar regras

**Raquel Martins**

A ideia de dividir o tempo de trabalho entre a casa e o escritório sempre agradou a Pedro Bastos. Mas o que este engenheiro de 24 anos nunca imaginou é que a sua entrada no mundo laboral seria feita à distância: foi contratado há menos de um mês por uma consultora e está em teletrabalho. Nunca foi às instalações da empresa e ainda não teve contacto pessoal com ninguém. O recrutamento foi feito de forma remota e até o computador lhe chegou a casa através de uma empresa de entregas.

Pedro reconhece que, para quem está a começar, o teletrabalho pode não ser a situação ideal, mas valoriza o tempo que poupa em deslocações, o que lhe permite ter mais disponibilidade para fazer desporto e outras actividades de que gosta.

Situações como a deste jovem engenheiro eram, até há poucos meses, uma realidade marginal. Embora a figura do teletrabalho esteja prevista na lei desde 2003, a verdade é que até Março de 2020 – quando a pandemia obrigou mais de um milhão de trabalhadores portugueses a ir para casa – tinha pouca expressão em Portugal, de tal forma que nem o Instituto Nacional de Estatística recolhia dados sobre o tema. Só a partir do segundo trimestre, se começou a quantificar esta realidade e os números mais recentes dão conta de 644 mil pessoas em teletrabalho no final de Setembro.

O recurso maciço a esta forma de trabalho levou a que novas questões surgissem, e começa a ser unânime que é preciso desenvolver e clarificar o quadro legal, à semelhança do que aconteceu recentemente em Espanha, até porque esta é uma realidade

que veio para ficar.

“As regras sobre o teletrabalho que estão no Código do Trabalho foram pensadas sem uma noção precisa das realidades, porque se tratava de um fenómeno quase inexistente. Há necessidade de um regime próprio, realista e pragmático, pensado à luz das novas realidades”, começa por destacar António Monteiro Fernandes, professor de Direito do Trabalho no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

### Clarificar quadro legal

As normas, acrescenta João Leal Amado, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, têm estado discretamente na lei sem levantar problemas, mas, após oito meses de convívio com a figura, é preciso clarificar o quadro legal. “Quando a pandemia acabar, o teletrabalho vai ficar como uma forma central da prestação do trabalho, portanto, os problemas vão multiplicar-se, e vamos ter de ampliar, clarificar o conjunto de normas que temos no Código do Trabalho e que até agora chegou porque o teletrabalho era uma tendência lenta”, antecipa.

As mudanças devem, na opinião destes especialistas, acontecer num contexto mais alargado, ultrapassando este período de emergência. Em Julho, o Governo comprometeu-se a fazer ajustamentos às regras do teletrabalho, para aplicar tanto aos trabalhadores do privado como da função pública. Porém, em declarações recentes, o secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, remeteu as alterações para depois da apresentação do livro verde sobre o futuro do trabalho.

Luís Gonçalves da Silva, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, lamenta que, desde



## Legislação

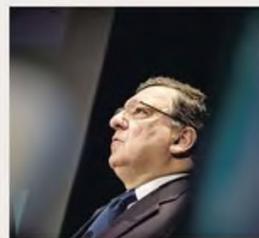
### Portugal foi pioneiro a regulamentar

Portugal foi o primeiro país europeu a consagrar na lei o regime do teletrabalho no sector privado. Em consonância com as orientações do acordo-quadro europeu sobre teletrabalho, o Governo social-democrata liderado por Durão Barroso introduziu no Código do Trabalho de 2003 uma dezena de artigos que adaptavam as regras gerais às especificidades deste regime de prestação de trabalho.

O objectivo, relata ao PÚBLICO Luís Gonçalves da Silva, jurista envolvido na redacção da lei, foi “regular especificamente uma situação laboral que, pelas suas particularidades, carecia de uma intervenção especial, clarificando o regime regulador e protegendo, desde logo, a posição do trabalhador”. Assim, entende-se como teletrabalho a prestação laboral

realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora da empresa e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação, estipulando-se ainda a igualdade de direitos e deveres entre o teletrabalhador e os trabalhadores que desempenham a sua função na empresa.

Apesar do pioneirismo, o recurso ao teletrabalho era incipiente e foi preciso esperar quase duas décadas para, com a pandemia, esta figura ganhar relevo.



Março até agora, nada tenha sido feito para reflectir sobre o assunto e para identificar as fragilidades do regime. E dá, como exemplo, o que aconteceu em Espanha que discutiu o tema durante três meses, conseguiu um acordo tripartido e, em Setembro, aprovou um diploma que resolve algumas das questões que emergiram durante o primeiro confinamento.

### Trabalho pela casa dentro

Olhando para a experiência dos últimos meses, um dos pontos “mais delicados” tem a ver com a facilidade com que rapidamente a vida profissional e a vida privada se confundem, quando o local de trabalho passa a ser a casa de cada um.

Esta é uma realidade que Andreia Almeida, funcionária pública de 43 anos, sentiu na pele quando em Março as escolas fecharam e ela teve de conciliar o teletrabalho com as aulas e os trabalhos de casa dos filhos. “Foi muito complicado”, conta ao PÚBLICO. Há cerca de duas semanas, voltou ao teletrabalho, mas, agora que as crianças estão na escola, tudo corre melhor e, confessa, trabalhar a partir de casa até lhe agrada.

“Sou muito metódica e sei muito bem definir o tempo de trabalho e o tempo para fazer outras coisas. Em



PAULO PIMENTA

**Separar tempo para produção e para outras dimensões da vida de quem trabalha em casa ficou mais difícil com a tecnologia**

casa, estou mais focada e faço o trabalho em um terço do tempo, as reuniões são mais rápidas. Só vejo vantagens”, confessa esta engenheira civil que trabalha na Câmara Municipal da Maia, onde continua a ir uma vez por semana para ir buscar processos.

Se, por um lado, o teletrabalho é apresentado como um mecanismo que permite conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, a verdade, alerta João Leal Amado, é que as fronteiras tendem a esbater-se e “muitos trabalhadores queixam-se de que têm de estar numa situação de permanente disponibilidade”.

“Não é fácil o direito do trabalho combater estas práticas, porque tem muito a ver com o modo como vivemos permanentemente conectados. Isso passa pela lei consagrar expressamente o direito à desconexão e tentar garantir que o teletrabalho não acaba por diluir uma conquista histórica do direito do trabalho que é a ideia de que temos tempos dedicados à produção e tempos que dedicamos

**Reacções**

**Há necessidade de um regime próprio, realista e pragmático**

**António Monteiro Fernandes**  
Professor do ISCTE e antigo secretário de Estado do Trabalho

**A indecisão política e a promessa de legislar impediram que os parceiros sociais cumprissem a sua função**

**Luís Gonçalves da Silva**  
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

**Muitos trabalhadores queixam-se de que têm de estar numa situação de permanente disponibilidade**

**João Leal Amado**  
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

a outras dimensões da nossa vida. As tecnologias quebraram essa fronteira e o teletrabalho leva essa situação ao seu extremo”, realça o professor da Universidade de Coimbra. Nesta área em particular, Gonçalves da Silva defende que qualquer intervenção legislativa “deveria ser global, uma vez que muitos dos problemas são transversais”.

**Contratação colectiva**

Outro ponto central tem a ver com o equilíbrio entre o desejo de a entidade empregadora controlar, fiscalizar e vigiar o desempenho do teletrabalhador e a privacidade de cada pessoa. “É preciso clarificar de que maneiras legítimas pode um empregador exercer os seus poderes de direcção e de supervisão do trabalho à distância”, afirma Monteiro Fernandes.

João Leal Amado partilha desta

**1** milhão de pessoas foram obrigadas a ir trabalhar para casa em Março no país. Os dados mais recentes dão conta de **644 mil** pessoas em Setembro

preocupação e lembra que a lei “regula de forma insuficiente” esta matéria, gerando dúvidas e problemas. “Embora seja legítimo o empregador vigiar o que o trabalhador faz, outra coisa é ser possível registar e gravar imagens e áudio de tudo o que o trabalhador faz durante oito horas do seu dia”, alerta.

Outro ponto que na perspectiva do professor da Universidade de Coimbra deve ser clarificado tem a ver com as despesas com o teletrabalho.

No caso de Pedro Bastos, a empresa enviou-lhe um portátil para casa, paga-lhe um montante mensal para despesas de telecomunicações e deu-lhe um voucher para comprar material de escritório. Já Andreia trabalha em casa com um portátil da autarquia e tem telefone de serviço, mas não está previsto qualquer pagamento das despesas do teletrabalho e a conta da luz, nota, tem vindo a aumentar.

A lei prevê que, em princípio, os meios e as despesas associadas ao teletrabalho são da responsabilidade do empregador. Porém, sublinha Leal Amado, no limite, e com base num acordo, até podem ser da responsabilidade do trabalhador. “A lei tem de ser clarificada e acentuar — foi o que aconteceu em Espanha — que quem tem de arcar com as despesas do teletrabalho é a entidade empregadora”, sugere.

As questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, assim como os acidentes de trabalho e das doenças profissionais têm, segundo Monteiro Fernandes, igualmente de ser reequacionadas, “tendo em conta que o local de trabalho não pertence ao empregador nem é por ele escolhido”.

Enquanto o Governo não decide legislar nesta matéria, Luís Gonçalves da Silva não tem dúvidas de que a contratação colectiva devia ter sido a fonte privilegiada para colmatar as falhas da lei e os problemas que foram surgindo. “A indecisão política e a promessa de legislar impediu que os parceiros sociais cumprissem a sua função”, destaca, lembrando que a lei espanhola considera os contratos colectivos “instrumentos imprescindíveis” para complementar a lei em cada sector.

“As coisas estão a passar-se muito à margem da lei, embora seja natural que as empresas procurem encontrar soluções para as questões práticas que lhes aparecem pela frente”, nota Monteiro Fernandes. “Bom será que os sindicatos vençam qualquer eventual alergia e introduzam a sério o tema na contratação colectiva. Se assim for, o estado actual da legislação, de evidente insuficiência, pode prolongar-se um pouco mais, e a regulamentação futura terá condições para ser mais adequada e eficaz”, conclui o professor do ISCTE e antigo secretário de Estado do Trabalho.

**Três perguntas a**

Luís Gonçalves da Silva

O aumento do teletrabalho veio colocar novos desafios, mas mudar a lei sob a pressão do momento não é um bom caminho, defende o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

**Perante a utilização mais intensiva do teletrabalho, o que é que, na sua opinião, devia ser clarificado ou alterado no Código do Trabalho?**

Alterar o Código do Trabalho sob a pressão do momento é um mau caminho, em especial quando já passaram mais de seis meses sobre o início da pandemia e nada foi feito — pelo menos que seja conhecido — para reflectir sobre a matéria, identificar fragilidades de regime e encontrar soluções. Como acontece com todos os diplomas, é sempre possível melhorá-los, mas o problema principal está na fiscalização das regras existentes e no acesso aos tribunais, que estão com um funcionamento muito deficiente. Não adianta continuar a legislar se as partes, em especial o trabalhador, não tiverem acesso a uma justiça com um mínimo de celeridade; sem isso, imperará a “lei do mais forte”.

**As normas em vigor protegem de forma suficiente o trabalhador, nomeadamente os seus tempos de descanso, a saúde e segurança, a privacidade?**

Sem prejuízo do que disse, reconheço que o aumento do recurso ao teletrabalho veio colocar novos desafios regulatórios, destacando, desde logo, a temática dos acidentes de trabalho, cujo regime está pensado para a realização da prestação na empresa. Já no que respeita aos tempos de

trabalho e de descanso, considero que, a existir qualquer intervenção legislativa — que não defendo nesta altura e sem uma profunda reflexão —, ela deveria ser global, uma vez que muitos dos problemas são transversais. De qualquer modo, o Código do Trabalho tem um conjunto de instrumentos que permite responder aos principais problemas, acautelando, desde logo, a posição do trabalhador. A maior dificuldade é no acesso à justiça, quer pelos custos, quer pelo tempo que demora, tornando, em diversos casos, a decisão judicial pouco relevante.

**Mediante a experiência dos últimos meses, algumas empresas poderão vir a adoptar apenas esta modalidade de prestação de trabalho? Quais os riscos associados a isto?**

Ainda é cedo para identificar com clareza os efeitos da pandemia na prestação do trabalho, desde logo, se haverá ou não uma modificação de forma de trabalhar. Acredito, no entanto, que, em muitos casos, o teletrabalho foi descoberto pelos empregadores e trabalhadores, tendo passado a ser visto como um relevante instrumento de gestão e prestação do trabalho. Se é verdade que há importantes vantagens, não se podem ignorar diversos riscos, tais como o isolamento profissional, a diferenciação entre trabalhadores e teletrabalhadores, o cansaço informático, a desorganização do tempo de trabalho, a quebra de solidariedade profissional, o aumento de diferenças entre os trabalhadores qualificados e não-qualificados, as condições de trabalho, entre outros.



MIGUEL MANSO



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Domingo, 22 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.169 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,70€

**Refugiados**  
Caderno encontrado nas cinzas de Moria revela o pesadelo das crianças sós

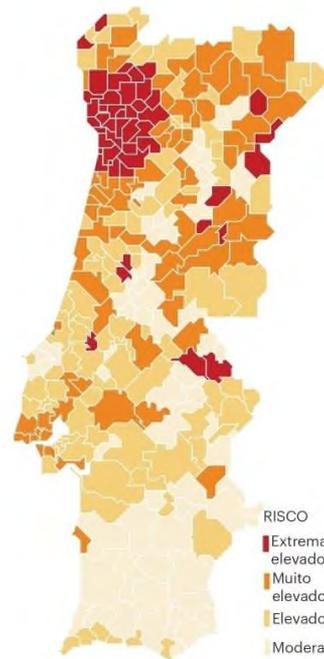


P2

**Uma revolução no SNS**  
Quando os médicos foram à periferia para mudar o país



P2



# Restrições mais duras em 127 concelhos

**Covid-19** País dividido em graus de risco • Nos concelhos com risco mais elevado há recolher obrigatório a partir das 13h ao fim-de-semana e feriados • Aulas suspensas e tolerância de ponto a 30 de Novembro e 7 de Dezembro • Costa pediu a Marcelo que previsse confinamentos compulsivos • Autarcas e médicos com algumas reservas **Destaque 2 a 7 e Editorial**

**Jovens**  
**Maioria dos novos 'nem-nem' vem dos cursos profissionais**

Não estudam nem trabalham. São 6% dos jovens que terminaram o secundário em 2018/19. Raparigas estão em maioria *Sociedade, 14/15*

**Teatro**  
**Como a covid-19 contagiou as pequenas companhias**

Há estruturas que se mantêm à tona e outras que enviam trabalhadores para o desemprego. "O esforço vale a pena?", questionam *Cultura, 26*

**Trabalho**  
**Nova realidade força mudanças na legislação do teletrabalho**

Teletrabalho veio para ficar, mas é unânime entre os especialistas que é preciso adaptar as regras ao novo contexto laboral *Economia, 20/21*



**MotoGP**  
**A primeira pole position de Oliveira surgiu em Portugal**

Piloto português parte do primeiro lugar para o último Grande Prémio do Mundial 2020, em Portimão. Um feito inédito *Desporto, 28*

DISPENSADOS

# 200 precários saem da Segurança Social

**MOTIVO** Instituto de Segurança Social não renovou contrato de prestação de serviços externos  
**SINDICATO** Exige integração destes trabalhadores no Estado e agendou protesto para a semana

ANDRESA PEREIRA

**C**erca de 200 trabalhadores precários do Instituto de Segurança Social (ISS) estão a ser dispensados, apesar de metade ter funções atribuídas no edifício sede. A denúncia é feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas.

“Estes trabalhadores são de empresas de trabalho temporário mas estão integrados em equipas de funções públicas, ou seja, fazem o mesmo trabalho que os funcionários do mapa de pessoal”, diz Joaquim Ribeiro ao **CM**. O dirigente concretiza mesmo que, nos casos dos que

## PARTE DOS DISPENSADOS ESTAVA NO NÚCLEO QUE PROCESSA AS PENSÕES

já foram dispensados, há trabalhadores que integravam o núcleo de “análise e atribuição de pensões”, uma área muito criticada pelos atrasos.

Além dos 100 que já receberam a carta de despedimento, espera-se agora o mesmo destino para os restantes. Segundo o dirigente, a maioria destes trabalhadores encontra-se no ISS



Instituto da Segurança Social rejeita ter qualquer vínculo contratual com os trabalhadores que foram dispensados

há dois anos e meio. As empresas que os contrataram justificam a saída com a não renovação do contrato de prestação de serviços pelo ISS. Por isso, o sindicato exige a integração destes profissionais no Estado e

já marcou um protesto para a próxima terça-feira, em frente à sede do instituto.

Ao **CM**, o ISS confirmou que contratou empresas externas para acelerar e digitalizar os processos, sendo que “a presta-

ção de serviços termina no final do ano”. “Os trabalhadores destas empresas não têm qualquer vínculo contratual com o instituto, não havendo assim qualquer despedimento em curso”, rematou. ●

ENSINO



**Executivo garante** ontem que existem só 68 surtos ativos em todo o ensino público e privado, desde as creches ao Superior

# Governo descarta antecipar férias

**EXECUTIVO** Secretário de Estado diz que as coisas estão “a correr bem” e que não serão antecipadas as férias de Natal **GAFFE** Responsável falou em 477 surtos em escolas, mas são só 68

BERNARDO ESTEVES

O secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, revelou ontem dados sobre a propagação da Covid-19 em meio escolar que apontavam para um número elevado. “Temos 477 surtos ativos em escolas dispersos por várias regiões: 58 na região Norte, 72 no Centro, 291 em Lisboa e Vale do Tejo, 29 no Alentejo e 27 no Algarve”, afirmou.

Afinal, foi um lapso do governante. O gabinete da ministra da Saúde corrigiu os dados ao final do dia, garantindo que havia apenas 68 surtos, não só nas escolas mas em todo o sistema

público e privado, desde as creches ao Ensino Superior, ou seja, em cerca de 10 mil estabelecimentos de ensino. A Fenprof tem atualizado diariamente uma lista que ontem

## GOVERNO GARANTE QUE ESCOLAS NÃO SÃO “FOCO DE GRANDE INTENSIDADE”

apontava a existência de 888 surtos nas escolas, muito acima dos 68 referidos pelo Governo.

No esclarecimento enviado, o Governo nota que 477 é o número total de surtos ativos no País e não apenas nas escolas. Mesmo com base nos 477 sur-

tos, Lacerda Sales considerou que a situação não era problemática nas escolas e por isso não seriam antecipadas as férias de Natal, como tem sido aventado: “A situação nas escolas está a correr bem e nada antecipa essa questão [de alteração das férias]”. A decisão será anunciada hoje pelo Governo.

O responsável elogiou a gestão que tem sido feita: “Não nos parece que as escolas sejam um foco de grande intensidade, porque as autoridades de saúde fazem um muito bom trabalho de segregação dos casos positivos e dos contactos de alto e

baixo risco.” Já os diretores entendem que as coisas poderiam funcionar melhor se fossem aplicados testes rápidos. “As escolas são locais seguros mas podiam ser mais se a promessa

## DIRETORES LAMENTAM FALTA DE TESTES RÁPIDOS NA COMUNIDADE ESCOLAR

do primeiro-ministro de chegada dos testes rápidos se concretizasse e não fosse um anúncio a vapor” disse ao **Correio da Manhã** Filinto Lima, da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas. (mais na página 47) ●



## Lisboa e Vale do Tejo concentra 74% dos casos

☑ Lisboa e Vale do Tejo, com 50 surtos num total de 68 no País, concentra 74% dos contágios atualmente ativos em estabelecimentos de ensino. A região Norte (3) tem apenas 4% dos surtos escolares, apesar de ser das mais afetadas pela pandemia. O Centro reúne 16% dos surtos, e Alentejo e Algarve 3% ambos. ●



Região mais afetada a nível escolar

## Protesto fecha três escolas em Lisboa

☑ O Agrupamento de Escolas Bairro Padre Cruz, em Lisboa, encerrou ontem os seus três estabelecimentos devido a uma greve dos trabalhadores não docentes, que reivindicam reforço de funcionários. ●



Trabalhadores protestaram ontem em frente da escola

## Pais contra férias de Natal antecipadas

☑ Jorge Ascensão, da Confederação Nacional de Associações de Pais, não consegue compreender a ideia de antecipar as férias de Natal. “As escolas não são o problema e assim dá-se o sinal errado”, afirmou. ●

## Famílias não teriam onde deixar crianças

☑ A Confap avisa que se as férias forem antecipadas muitas famílias não terão onde deixar os filhos porque estão a trabalhar. Os pais lamentam ainda o facto de não terem sido consultados pelo Governo. ●

# Professores ameaçam fazer greve de 9 a 11 de dezembro

**FENPROF** ☑ Paralisação avança se Ministério da Educação não aceitar sentar-se à mesa para negociar várias reivindicações da estrutura sindical

☑ O secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof) garantiu ontem que a organização sindical vai avançar com uma greve entre 9 e 11 de dezembro, caso o Ministério da Educação continue a recusar reunir-se com os docentes. A entrega do pré-aviso de greve tem de ser feita até 27 de novembro, pelo que os professores concedem uma semana ao Governo para aceitar reunir-se com a Fenprof, algo que já não acontece há 10 meses.

“É possível evitar esta greve. Com uma semana pela frente para fazer aquilo que já devia ter sido feito há tempo, que é quebrar o gelo, marcar uma reunião que sirva não apenas para nos encontrarmos, mas para po-

dermos identificar quais as matérias a que vamos dar prioridade em relação à resposta aos problemas que se estão a viver e a questões que têm que ver com a segurança e a saúde das pessoas”, afirmou Mário Nogueira.

## CONSULTA AOS DOCENTES RESULTA EM DECISÃO DE AVANÇAR NA LUTA

lizar uma consulta aos professores, pela internet e nas escolas, para perceber que ações de luta defendem. Nogueira revelou que responderam cinco mil professores com 88,8% a defender que se deve avançar na luta devido a problemas relacionados com a situação socio-

profissional, de carreira e das condições de segurança e sanitárias nas escolas. A maioria das respostas obtidas até agora é favorável à realização de uma greve, garantiu o dirigente, mas só no dia 25 termina a consulta.

Apesar disso, Mário Nogueira deixou claro que a decisão de avançar está tomada. A confirmar-se, a paralisação vai decorrer por regiões (Norte, Centro, Grande Lisboa e Sul), embora o pré-aviso esteja redigido por forma a que qualquer professor possa realizar greve nos três dias. Nogueira defendeu que a proposta de Orçamento do Estado é uma oportunidade para renovar o corpo docente e reverter a desvalorização da carreira. ●



Mário Nogueira acusa Governo de não garantir segurança sanitária dos docentes nas escolas

## GOVERNO ACUSADO DE DESVALORIZAR CONTÁGIO

☑ A Fenprof acusou o Governo de desvalorizar as possibilidades de contágio em ambiente escolar. “As escolas sempre seriam um local de contágio, mas o risco podia ser menor”, disse Nogueira. ●

## EVENTUAL FECHO TEM RESPONSÁVEIS

☑ Caso as escolas tenham de fechar e se avance novamente para o ensino à distância, os responsáveis por esse encerramento serão “o Ministério da Educação, o ministro e o Governo”, acusa Fenprof. ●

## REALIDADE DA COVID-19 NAS ESCOLAS OCULTADA

☑ A Fenprof diz que o bloqueio negocial tem impacto na situação epidemiológica e acusa o Ministério da Educação de querer “ocultar a realidade das escolas”, não realizando rastreios. ●

## PRIMEIRO PERÍODO ACABA A 18 DE DEZEMBRO

☑ O primeiro período escolar termina, este ano letivo, no dia 18 de dezembro. Nos últimos dias, tem sido noticiada a hipótese de as férias serem antecipadas devido à gravidade da situação pandémica. ●



SÁBADO 21/11/2020 | DIÁRIO | €1,70 (C/IVA)

**HOJE Grátis**

**O NOVO PESADELO DO CHEF LJUBOMIR**

**PROGRAMA DE CRISTINA ABRE GUERRA COM A SIC P.41 A 45**

**HOJE 144**  
PÁGINAS

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADIS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

www.cmjornal.pt

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**MARINHA PORTUGUESA NA CAÇA AOS PIRATAS**

P.22

**'EX' DE EMPRESÁRIO FALIDO COM MILHÕES EM CARROS**

**ACIONISTA DA DONA DA TV! VEÍCULOS DE LUXO EM NOME DE EMPRESAS P.16 E 17**

**ESPECIAL DE 13 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA** P.4 A 14, 24 E 25

# COVID-19 BLOQUEIA FERIADOS E NATAL

AUMENTO DOS CASOS LEVA A LIMITAÇÕES DE CIRCULAÇÃO E A MAIS RESTRICÕES NO MÊS DE DEZEMBRO

## 68 SURTOS REGISTRADOS EM ESCOLAS

**MARCELO ADMITE TERCEIRA VAGA EM JANEIRO E FEVEREIRO**

**PS E PSD APROVAM NO PARLAMENTO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

**RECORDE DE DOENTES INTERNADOS NOS HOSPITAIS COM VÍRUS**

**MORTA ENTREGUE À FAMÍLIA ERRADA NO PORTO**

**SPORT**

**NEGÓCIO**

**BÉTIS QUER PALHINHA PARA VENDER WILLIAM**

**WILLIAM NA LUZ DEPENDE DE PALHINHA**

**SONDAGEM P.32 MAIS ADEPTOS ACREDITAM NO SPORTING 14,1% considera leão favorito no campeonato**

**FUTEBOL P.33 A 35**

**FESTA DA TAÇA SEM PÚBLICO**

**BENFICA DE JESUS SEGURO EM PAREDES**

**DRAGÃO REVIVE CLÁSSICO NO LAVRADIO**

**Na companhia do melhor do Alentejo.**

**MONSARAZ**

www.cafmm.eu

**SINTRA P.19**

**VIOLADOR EM SÉRIE APANHA MAIS 16 ANOS**

Raptou estudante do ensino superior quando estava em liberdade condicional

**PJ REVELA P.18**

**ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS DISPARAM**

Crimes aumentam durante o confinamento

**GUARDA P.20**

**Idoso encontrado morto 74 horas após fogo**

**MATOSINHOS P.26**

**Longa Vida assume legionella em torres**

**MURTOSA P.21**

**Cinco GNR condenados por tortura no posto**

**TOKOZ**

**CILINDROS DE SEGURANÇA**

Anti Broca Anti Gazuas Chaves Incopriáveis

Patente até 2030

Distribuidor em Portugal: TECNOPORTA  
www.tecnoporta.pt



## TENSÃO NA MEDIA CAPITAL



**DENÚNCIA** Ⓞ Já foi apresentada queixa à ACT e Comissão da Carteira vai investigar o caso

**PROTESTO** Ⓞ Recurso a trabalho temporário levou profissionais a manifestarem-se

# TVI contrata jornalistas a Hospedeiras de Portugal

**Situação** laboral na TVI já foi denunciada pela Comissão de Trabalhadores da estação ao Sindicato dos Jornalistas, que está a acompanhar a situação

**SÓNIA DIAS**

O caso não é novo, mas ganha contornos mais graves no atual contexto, de novos acionistas e contratações. A TVI continua a ir buscar jornalistas a empresas de outsourcing e trabalho temporário, como a Hospedeiras de Portugal e a We Promote, que pertencem ao mesmo grupo. Por isso, a Comissão de Trabalhadores da estação fez questão de incluir num comunicado a lista dos 26 trabalhadores nesta situação e garante

que vai continuar a fazê-lo até serem integrados nos quadros.

A situação já tinha levado vários jornalistas a manifestarem-se à porta da estação da Media Capital, em Queluz de Baixo e no Porto, em dezembro. Em julho, a 'Sábado' voltou a denunciar este problema, referindo que há trabalhadores da TVI que rescindem o seu contrato com a empresa de trabalho temporário para a

qual oficialmente trabalhavam há dois anos para, dias depois, assinarem com uma outra do mesmo grupo.

O Sindicato dos Jornalistas já enviou uma queixa à Autoridade

## TVI RECUSA COMENTAR ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA EMPRESA

de para as Condições do Trabalho (ACT), onde assinala que os referidos 'temporários' prestam serviço "sujeitos a escalas, horários e responsabilidades em tudo iguais aos trabalhadores do quadro" e assinala que "no atual

quadro de investimento na estação é fundamental existir um acordo que estabeleça uma progressão na carreira de todos os trabalhadores".

Ao CM, a TVI diz que não comenta aspetos da organização interna da empresa. Já a Carteira Profissional de Jornalista, que não tinha conhecimento do caso, avisa "que irá diligenciar no sentido de apurar os factos em causa". A Entidade Reguladora para a Comunicação Social também foi contactada, mas não respondeu em tempo útil. ●



## RELATÓRIO

## Recurso à internet cresce

Os utilizadores de Internet em Portugal “aumentaram significativamente” este ano, com a percentagem dos agregados familiares com ligação a aumentar 3,6 pontos percentuais face a 2019, para 84,5%, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

No contexto da pandemia, a percentagem de pessoas que

usam Internet aumentou 3,9 pontos percentuais face ao ano passado, “o que contraria a estabilidade dos resultados nos dois anos anteriores”. O relatório destaca ainda que entre os utilizadores empregados, 31,1% exerceram a sua profissão em teletrabalho, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (43,2%). ●



UNIÃO EUROPEIA

# Portugal é o país com maior conflito entre patrões e sindicatos

Quase um terço dos empregadores e representantes dos trabalhadores admite atritos e diz que o diálogo social tem pouco impacto na vida das empresas.

—MARIA CAETANO  
maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

Portugal é, com uma larga margem e sem alterações nos últimos anos, o país do bloco europeu onde o diálogo social conhece mais atrito. Pelo menos, na percepção dos intervenientes. Perto de um terço dos gestores das empresas e dos representantes dos trabalhadores considera ter más relações entre si, e manifesta ainda a opinião de que o diálogo que mantém pouca influência tem nas decisões tomadas nos locais de trabalho.

A indicação é dada pelo mais recente Inquérito Europeu às Empresas produzido pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) e pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop). A publicação, que avaliou pela última vez as práticas dos locais de trabalho em 2013, volta a apontar os parceiros sociais portugueses como aqueles que têm as piores relações na União Europeia nos resultados de 2019, conhecidos no mês passado.

O inquérito do último ano encontra, para a generalidade dos países da UE (com o Reino Unido ainda incluído na amostra, mas fora da média final), uma correlação entre a existência de estruturas de representação dos trabalhadores nas empresas e maiores níveis de bem-estar e também de desempenho.

Em termos médios, as empresas europeias evidenciam também um relacionamento moderada-

mente estreito com o diálogo social: em 29% dos casos há estruturas de representações de trabalhadores nas empresas, e em 28% as empresas estão vinculadas a organizações patronais. A qualidade do diálogo, por outro lado, aparenta ser boa: 40% dos inquiridos reporta relações de confiança e com impacto; só 12% das partes nas empresas europeias inquiridas consideram que as relações são más.

Mas, neste retrato de médias, Portugal diverge bastante. A presença de estruturas representativas de trabalhadores nas empresas não vai além dos 4%, sendo a terceira mais baixa do bloco, apenas atrás de Grécia e Letónia. Já países como Finlândia, Suécia, França e Roménia dizem que mais de metade das empresas têm representação de trabalhadores.

“Na maioria das empresas, se não todas, do Chipre, República Checa, Malta, Portugal e Suécia que reportaram a presença de um órgão de representação, trata-se de uma delegação sindical”, nota o estudo da Eurofound.

A participação em organizações patronais é também baixa, mas bastante mais em linha com a média europeia. Quase um quarto dos gestores, 24%, procuram representação no diálogo social através da confederação de interesses setoriais com outros empregadores.

### Só um quinto confia

O resultado da participação neste diálogo é que deixa a desejar, do ponto de vista dos inquiridos. Só um quinto deles confia no parcei-



Nas reuniões da concertação social procura-se o consenso entre patrões e sindicatos. FOTO: ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

ro social. Em 21% dos casos a interação entre patrões e sindicatos é vista como sendo de confiança e influente nas decisões, aponta o estudo. Pelo contrário, para 30% são evidentes as más relações e também o fraco impacto do diálogo nas decisões que afetam a vida das empresas.

Portugal é, entre os 27, o país com a opinião mais negativa acerca do diálogo social, e a uma distância considerável do segundo país menos otimista, a Bélgica, com 23% de opiniões negativas. No extremo oposto, estão Dinamarca, Roménia e Países Baixos, com ape-

Apesar das más relações, o diálogo social mantém-se como o principal instrumento para fixar salários no país.

nas 2,3%, 3,9% e 4,1% de opiniões negativas, respetivamente.

Os resultados de 2019 vêm confirmar uma conflitualidade manifesta entre os parceiros sociais portugueses já atestada no inquérito

anterior. Há seis anos, Portugal era também o país da UE com mais inquiridos a considerarem o diálogo social conflituoso e limitado, numa percentagem então ligeiramente acima dos 30%.

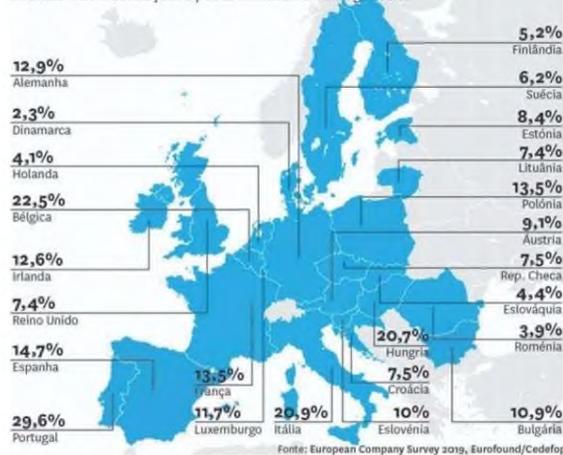
No entanto, as relações entre parceiros sociais portugueses são pouco marcadas por posições de força perante o fracasso negocial, como a realização de greves e outras ações coletivas. Só 1% dos inquiridos reportaram a existência destas iniciativas ao longo dos últimos três anos. Já o retrato médio europeu aponta 2% de ações coletivas, com França, Hungria e Luxemburgo a terem as percentagens mais elevadas do bloco europeu, nos 3%.

Mas, apesar de uma maior percepção de más relações e da baixa presença de representações sindicais nas empresas inquiridas, o diálogo social mantém-se em Portugal como o principal instrumento para fixar salários, nas opiniões do estudo. Mais de metade dos inquiridos nacionais, 56%, reportaram a fixação de salário em negociação coletiva, apenas ligeiramente abaixo da média de 60% nos 27.

O estudo do Cedefop e da Eurofound, a agência da UE onde estão representados governos, empregadores e sindicatos, foi realizado entre janeiro e julho do ano passado, e ouviu mais de 20 mil inquiridos em 27 países, a grande maioria dos quais gestores de empresas. Em Portugal, foram inquiridos 973 representantes dos empregadores e 17 representantes dos trabalhadores.

## Países da UE com as piores relações entre patrões e sindicatos

Percentagem de empresas onde a percepção de gestores e representantes sindicais é de más relações e pouco influência do diálogo social.





## ANÁLISE

# Dois pesos e duas medidas

ANTÓNIO  
SARAIVA

Nos três primeiros trimestres deste ano foram já perdidos, em termos líquidos, 108 mil postos de trabalho. Mesmo assim, face aos 12.550 milhões de euros perdidos, nos primeiros nove meses do ano, relativamente ao que produzimos no mesmo período de 2019, a repercussão da crise no mercado do trabalho é, para já, menor do que o expectável. Isto significa que, apesar da quebra significativa de receitas e de encomendas, do futuro incerto que têm, as empresas estão a fazer tudo o que podem para sobreviver e salvar empregos durante esta crise sem precedentes.

Os resultados desta semana do último inquérito levado a cabo pela CIP em parceria com o Marketing FutureCast Lab do ISCTE comprova-o: apesar da expectativa de agravamento da tendência de quebra de vendas, 79% das empresas sinalizaram que querem manter (ou mesmo reforçar) o seu quadro de colaboradores nos próximos meses.

De facto, o que está no DNA das empresas é a geração de emprego, não a sua destruição. No entanto, a redução de postos de trabalho é, por vezes, a única forma de evitar o encerramento de empresas, em situações em que já não é viável a aplicação de outras medidas suscetíveis de as adaptar ou reestruturar.

O Governo tem disto plena consciência, quando exerce as suas responsabilidades de acionista, mas está a esquecê-lo na sua intervenção nas empresas privadas.

Na TAP, foram concedidos, este ano, 1 200 milhões de euros de empréstimo do Estado e, para o próximo, o Orçamento do Estado reserva 500 milhões de garantia estatal para um empréstimo bancário. Simultaneamente, é reconhecido que a empresa não pode manter artificialmente uma dimensão que não tem adesão ao mercado em que está a operar, pelo que seu plano de reestruturação prevê o redimensionamento, com uma redução de 1 600 dos cerca de 14 000 trabalhadores do grupo, até ao final do ano. É este, lamentável, mas necessariamente, o preço a pagar para garantir a sustentabilidade da empresa.

A uma empresa privada que aceda a uma das linhas de crédito com garantia mútua em vigor (cujo financiamento máximo, no caso das empresas de maior dimensão, são 2 milhões de euros) é exigida uma declaração em como “assume o compromisso de manutenção dos postos de trabalho permanentes até 31 de dezembro de 2020, face ao comprovado número desses postos a 1 de fevereiro de 2020 e, como tal, não ter promovido nem vir a promover, nesse período, processos de despedimento coletivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho”.

Entendo que sejam pedidas obrigações às empresas, nomeadamente em termos de preservação de postos de trabalho, em contrapartida de determinados apoios adicionais concedidos, mas justificar-se-ia que essas exigências fossem moduladas, de acordo com as necessidades de ajustamento face às perdas registadas, de forma duradoura, nas receitas. Veremos em que moldes serão concedidas as novas linhas de crédito em preparação.

Mais grave do que o mesmo Governo ter dois pesos e duas medidas conforme o acionista é público ou privado, é estarmos a protelar ajustamentos que, se não forem feitos, levarão ao encerramento de empresas, com o consequente desemprego de todos, e não apenas alguns, dos seus trabalhadores.

Não será, certamente, esse o caminho para impedir a escalada no desemprego.



# Luz verde para aumento extra das pensões até 658 euros já em janeiro

Deputados aprovaram as primeiras alterações ao Orçamento do Estado para 2021, com várias coligações negativas contra a proposta do Governo



Votação final global do OE2021, em plenário, será na próxima quinta-feira

**Paulo Ribeiro Pinto**  
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

**OE2021** Os deputados aprovaram o aumento extraordinário das pensões já a partir de janeiro através da viabilização do projeto do PCP. Esta luz verde foi dada ontem, primeiro dia das votações na especialidade de cerca de 1500 propostas dos partidos para alterar a versão inicial do Orçamento do Estado (OE) para 2021 apresentada pelo Governo no dia 12 de outubro. As coligações negativas fizeram também ontem a sua estreia. A votação final global é já na próxima quinta-feira.

No caso das pensões, significa que as que vão até 658,2€ vão beneficiar de um acréscimo de 10€, beneficiando cerca de 1,9 milhões de pensionistas.

Inicialmente, a proposta de OE2021 previa uma atualização apenas em agosto, com uma diferenciação: as pensões atualizadas entre 2011 e 2015 (mínima, das atividades agrícolas e social)

teriam direito a uma subida de 6€, com as restantes pensões mais baixas a terem garantia de aumento de 10€, em linha com a opção tomada nos últimos quatro anos.

No entanto, mais de 1,4 milhões de pensionistas ficam sem qualquer atualização, dada a ausência de crescimento económico e de inflação, tal como já noticiado pelo JN/Dinheiro Vivo.

A proposta do PCP foi aprovada com os votos a favor dos comunistas, do PS, Bloco de Esquerda, PAN, CDS, Iniciativa Liberal e Chega. O PSD absteve-se.

## PS CONTRA TODOS

O primeiro dia ficou também marcado por dezenas de coligações negativas que permitiram aprovar várias medidas contra a vontade do Governo. São os casos em que o PS foi ultrapassado pelos partidos da Oposição que juntaram votos contra o partido do Governo. Pelas contas do JN/Dinheiro Vivo, foram 16 as maiorias negativas em que o PS ficou isolado.

A primeira coligação negativa aconteceu logo no início das votações, com a proposta do PSD que trava as cativações das receitas próprias das entidades reguladoras. Foi aprovada por toda a Oposição e com o voto contra do PS.

Seguiu-se depois a iniciativa do PAN que obriga o Governo a revelar as transferências de dinheiros públicos para as fundações e associações, o que levou o deputado André Silva a comemorar na sala do plenário, tendo o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças perguntado, com ironia, "se também queria dar uma volta ao estádio".

Foi também aprovada contra vontade do PS (e do Governo) a proposta dos deputados eleitos pelo círculo da Madeira para redução das taxas aeroportuárias do arquipélago.

E houve casos de empates que, repetida a votação e sem alteração, considera-se a proposta chumbada. Aconteceu quatro vezes. ●

## VOTAÇÕES

### Creches mais baratas

As creches cuja atividade seja suspensa ou reduzida por recomendação das autoridades de saúde vão poder baixar as mensalidades, a pedido dos utentes. O PS alterou o seu sentido de voto e aprovou a proposta do PCP.

### Estágios no Estado

O programa de estágios no Estado vai abrir no 1.º trimestre de 2021, de acordo com uma proposta do PCP parcialmente aprovada. A entrada destes trabalhadores para o Estado findo o período de estágio foi chumbada. Em causa estão 500 estágios a tempo completo na Administração Pública.

### Vínculos autárquicos

Por proposta do PCP, aprovada na especialidade, os municípios vão poder, excepcionalmente, alterar o vínculo dos trabalhadores com contratos a termo para contratos "por tempo indeterminado", sempre que a sua função se encontre na "esfera jurídica de competências da autarquia".

### BE sofre revés

As propostas do BE de alterações ao Código do Trabalho sobre indemnização por despedimento, caducidade da contratação coletiva, plataformas digitais e período experimental foram chumbadas com os votos contra do PS e dos partidos à sua direita.



## Médicos contra critérios para prémio de desempenho

**ESFORÇO** Os sindicatos médicos FNAM e o SIM estão contra os critérios do Governo para o prémio de compensação pelo combate à pandemia. Diz que estão “aquém das menores expectativas” e abrange apenas o período do estado de emergência de março e abril, não contemplando o “enorme esforço desde então”.



## Sindicato defende juízas da Relação

**JUSTIÇA** A Associação Sindical dos Juizes Portugueses manifestou “firme oposição à decisão do Conselho Superior da Magistratura de analisar, para efeitos disciplinares”, o acórdão de duas juízas da Relação de Lisboa que arrasou a fiabilidade dos testes PCR para despistagem da covid-19. “O CSM não tem competência legal para analisar”.



# Nova liderança no maior sindicato de guardas prisionais

Carlos Sousa destrona Jorge Alves, depois de o elogiar no seu programa eleitoral

**ELEIÇÃO** As eleições no Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional ditaram a derrota do atual presidente, Jorge Alves, e a vitória de Carlos Sousa. A lista encabeçada por este guarda prisional do Estabelecimento Prisional do Porto, em Custóias, Matosinhos, venceu com 1032 votos, contra 936.

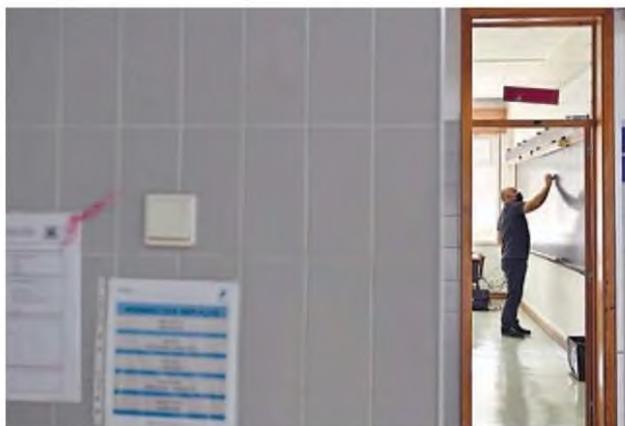
Carlos Sousa, 45 anos, de Matosinhos, assume que a sua lista venceu, em boa medida, porque “a direção cessante não conseguiu resultados”, nas reivindicações perante o Ministério da Justiça. “Isso não se deveu à direção cessante, mas à parede levantada pela tutela”, acrescentou.

“Vamos tentar percorrer



## Carlos Sousa foi eleito

caminhos diferentes”, adiantou ainda Carlos Sousa, num registo conciliatório que se fez notar no seu próprio programa eleitoral, com um inusitado agradecimento à direção em funções e “especialmente ao colega Jorge Alves, que, com grande esforço e dedicação (...), liderou da melhor forma o sindicato”, avaliava. ● N.M.



PEDRO GRANDINHERO / GLOBALIMAGENS

Consulta aos professores termina a 25 de novembro

## Professores ponderam três dias de greve

Fenprof diz que é “intolerável” o bloqueio negocial de matérias como o envelhecimento

**João Pedro Campos**  
sociedade@jn.pt

**EDUCAÇÃO** A Federação Nacional de Professores (Fenprof) aponta para três dias de greve, entre 9 e 11 de dezembro, por ainda não terem avançado medidas como o rejuvenescimento do corpo docente ou a progressão da carreira. A Federação lamenta que não tenha tido resposta aos vários pedidos de reunião ao Ministério da Educação e afirma que, em caso de reunião, a greve será desconvocada.

“É intolerável o bloqueio negocial imposto pelo ministério. Não há um encontro, um diálogo, uma discussão, uma atenção às organizações sindicais”, acusa o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira. Completa que foi apresentada uma proposta ao ministério para colocar em prática estas medidas a 8 de outubro, no contexto do Orçamento de Estado. “Era expectável que tivéssemos uma reunião mas a resposta foi zero”, lamenta.

Segundo a Fenprof, a carreira está a ser desvalorizada. “Queremos que seja permitida a aposentação dos professores mais antigos, possibilitando um rejuvenescimento do corpo docente, e que seja permitida a entrada nos quadros de professores que exercem há 10 ou 20 anos e que ainda estão precários”, salienta.

A hipótese da greve surgiu no seguimento de uma consulta aos professores ao longo do ano letivo, da qual já tiveram cerca de cinco

mil respostas. “A maior parte dos professores entende que devemos continuar a luta apesar da pandemia, e inclinam-se para uma greve, uma vez que uma manifestação, nestes moldes, seria difícil de organizar”, descreve o secretário-geral. A manifestação não está descartada, mas Mário Nogueira aponta para os entraves. “Se tivermos 50 mil pessoas separadas por dois metros, vamos ocupar a cidade toda”, justifica.

A consulta termina a 25 de novembro, havendo uma decisão final por parte da Fenprof no dia seguinte. “Se mantiver a tendência de se avançar para a greve, o pré-aviso será a 27 de novembro”, anuncia. ●

### SURTOS

#### “É rara a escola que não tem ou teve alunos em casa”

O secretário-geral da Fenprof acusa o Ministério da Educação de estar a ocultar a realidade das escolas em relação aos casos de covid-19. “Sabemos nas prisões e nos lares, mas não sabemos nas escolas”, entende. Segundo a Fenprof, já 880 estabelecimentos em todo o país têm ou tiveram casos positivos do vírus. “É rara a escola no país que não tem ou não teve alunos em casa”, assegura.



## Destaque Covid-19

# SNS perdeu 842 médicos desde o início da pandemia

Administração do Sistema de Saúde adianta que entre Março e Outubro se aposentaram 471 médicos e foram contratados 378 especialistas. Os internos não entram nestas contas

Alexandra Campos

**D**esde o início da epidemia de covid-19 em Portugal, em Março, até Outubro, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) perdeu 842 médicos, entre especialistas e internos. São dados do Portal da Transparência do SNS que revelam a dimensão deste saldo negativo numa altura em que as necessidades de médicos dispararam por causa da pandemia. Apesar de se explicar em grande parte pelo elevado número de aposentações registado neste período, a diminuição não se justifica apenas pelas saídas por reforma.

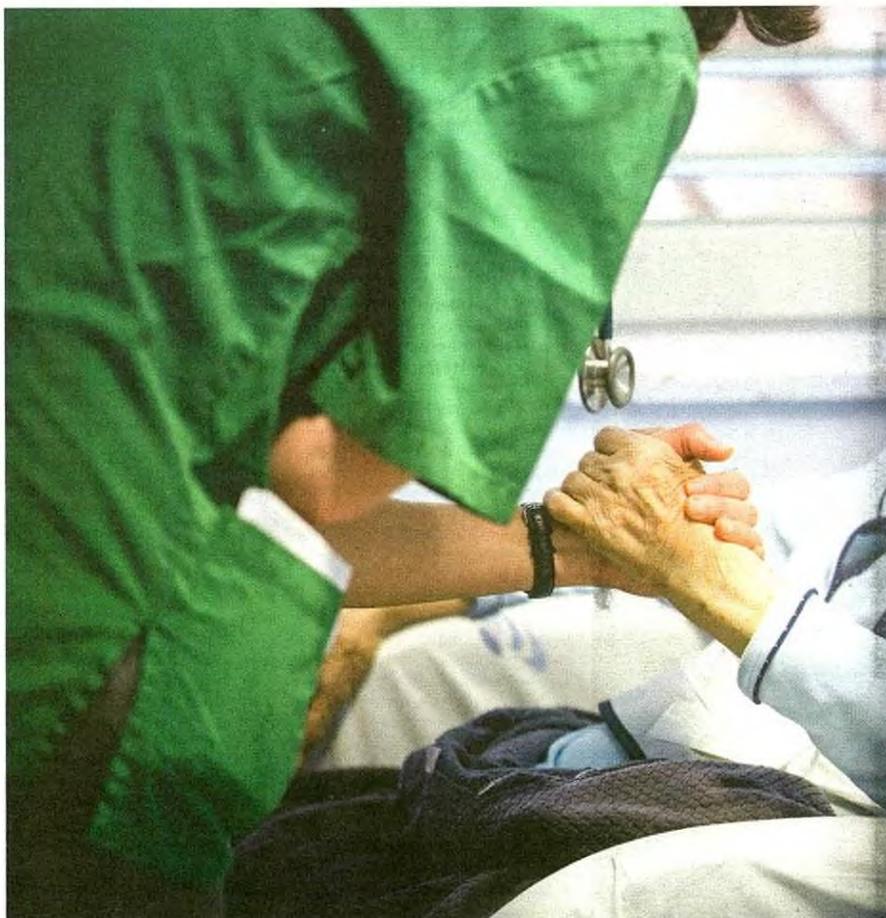
Dados coligidos pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM) nas listas da Caixa Geral de Aposentações e a que o PÚBLICO teve acesso indicam que saíram do SNS por limite de idade ou reforma antecipada 476 clínicos nestes oito meses. Comparando com os números do Portal da Transparência, sobram assim ainda perto de três centenas de médicos que não ficaram no SNS. Onde estarão? Alguns serão médicos que acabaram o internato e não foram entretanto contratados ou que optaram por não ocupar as vagas abertas nos concursos,

outros terão ido trabalhar para o sector privado ou para o estrangeiro, pondera Mário Sardinha, do SIM, o médico responsável pela pesquisa.

São vários os factores que explicam este fenómeno, frisa. Não são só os salários que tornam o SNS “pouco atractivo”, alguns médicos que acabam a especialidade preferem não ficar “por causa das condições de trabalho”, explica. “Um exemplo: abre-se um concurso para ortopedistas para um serviço hospitalar no Algarve que tem um quadro para dez especialistas, mas só tem dois a trabalhar. Alguém se arrisca a concorrer, sabendo que vai para um serviço onde podem ficar apenas três médicos a fazer o trabalho de dez [o próprio e os outros dois, na hipótese, provável, de mais ninguém concorrer]?”

Outros “não querem ir para longe da família e preferem esperar pelo concurso do ano seguinte” e, por vezes, os concursos também se atrasam e, enquanto não se concretizam, alguns vão saindo. Foi justamente o que aconteceu este ano em que, devido à pandemia, os concursos para contratação de recém-especialistas se atrasaram muito.

Confrontado com estes dados, o Governo tem preferido destacar o



aumento do número de médicos ao longo dos últimos anos e, em Setembro, a ministra da Saúde fazia questão de sublinhar que a diminuição do total de especialistas desde o início do ano iria ser compensada com os concursos para a contratação dos médicos que acabaram o internato em Outubro.

Mas nem mesmo isso foi possível. Os dados adiantados ao PÚBLICO pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) indicam que se aposentaram ao longo destes oito meses 471 médicos e que foram contratados no mesmo período 378 especialistas. Um saldo negativo de 93, portanto. Sem querer comentar os dados do Portal da Transparência, a ACSS assume que os internos não entram nestas contas e lembra que “este ano está a ser atípico”, faltando ainda concluir o concurso para 911 especialistas nas áreas hospitalares e para 39, na de saúde pública.

A ACSS junta ainda estes números às 435 vagas do concurso de medicina geral e familiar para afirmar que o total de “1385 postos de trabalho” representa “uma majoração em 13% em relação ao número de médicos que concluíram recentemente a sua formação (1227), procurando atrair

**O atraso nos concursos de contratação de médicos veio agravar a situação**

## 471

**é o número de médicos que se aposentaram do SNS entre Março e Outubro deste ano**

## 378

**é o número de especialistas que foram contratados nos oito meses desde que começou a pandemia**

mais médicos para o SNS”.

“O Governo assume que todas estas vagas vão ser ocupadas, o que não acontecerá, tendo em conta o historial dos concursos nos últimos anos”, contesta o deputado do Bloco de Esquerda Moisés Ferreira. No concurso de medicina geral e familiar, recentemente concluído, um terço das vagas ficaram por ocupar (146 das 435), e no das especialidades hospitalares “deverá acontecer o mesmo”, calcula o deputado, lembrando que a percentagem de vagas que ficam desertas tem oscilado entre os 30% e os 35% nos últimos anos. “Num bom cenário, das mais de 900 vagas abertas para os hospitais e para a saúde pública deverão ficar ocupadas cerca de 600”, estima.

O Bloco tem, aliás, invocado o saldo negativo evidenciado pelos dados do Portal da Transparência para insistir na necessidade de maior investimento no SNS e reclamar medidas que permitam cativar e convencer os médicos a permanecerem no sector público, como o regresso do regime de exclusividade. “O que é verdade é que, neste ano de pandemia, o SNS está a perder médicos”, remata Moisés Ferreira, que antevê que este saldo negativo se agrave ainda mais.



NELSON GARRIDO

## Presidente da República

# Marcelo avisa que o Natal vai ser passado em estado de emergência

**Leonete Botelho**

O Presidente da República avisou o país de que vai viver em estado de emergência tanto tempo quanto for necessário para quebrar a curva de infecções, internados e óbitos por covid-19, deixando claro que o Natal será irremediavelmente afectado. “Não hesitarei um segundo a propor” a renovação do estado de emergência “a 23 de Dezembro”, disse ontem Marcelo Rebelo de Sousa, numa declaração ao país feita em horário nobre e tom grave.

“Que não se facilite, portugueses e responsáveis políticos, em Dezembro”, proclamou, porque “importa tentar conter fortemente em Dezembro o processo pandémico, mesmo que ele dias antes aparentasse passar o pico da chamada ‘segunda vaga’”. Isto para preparar a resposta a uma terceira vaga prevista para chegar entre Janeiro e Fevereiro, e que “será tanto maior quanto maior for o número de casos um mês antes”.

Nessa terceira vaga, a excepção constitucional deverá prosseguir, disse ainda: “O que temos a dar como certo é que o estado de emergência dura o que for necessário ao combate à pandemia, sempre com o controlo e o conteúdo democráticos decorrentes da Constituição.”

Marcelo está preocupado com o risco de situações críticas de ruptura, não só no Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas também no sector privado e social. “No pensamento de todos está a brutal pressão sobre o SNS e mesmo sobre o sistema nacional de saúde, pressão que vai aumentando. Cumpre evitar situações críticas generalizadas na capacidade [dos serviços de saúde], tanto de resposta como de prevenção”, o que, sublinhou, “será dramático tanto para doentes covid como não-covid”.

Marcelo Rebelo de Sousa revelou também estar preocupado com as divisões, cada vez mais profundas, na sociedade e nos partidos políticos sobre o estado de emergência e as medidas necessárias para conter a pandemia. Pediu, por isso, aos portugueses “que não se dividam entre os defensores da dureza sanitária e os defensores da abertura da economia” e que “recusem a violência física” nas manifestações que venham a fazer.

Embora compreenda também que haja pessoas que critiquem “o que entendem ser erros, recuos, omissões e ziguezagues” na decisão política ou na transmissão da mensagem, Marcelo insistiu na necessidade de parceiros sociais e partidos políticos continuarem a fazer “a convergência possível”. “Haverá tempo pedir responsabilidades políticas, haverá mais eleições”, disse. Mas por enquanto “este tempo ainda é o de convergir no possível, mesmo discordando”.

No final da declaração, Marcelo mostrou-se compreensivo para os que mais sofrem com as consequências da situação – os que perderam trabalho e rendimentos, os profissionais de saúde e os mais pobres. “Todos sofremos, mas há quem sofra em primeira classe, em segunda classe, em terceira classe – e há quem sofra nos porões.”

Mas puxou por todos: “Vamos baixar os braços? Não, vamos fazer o que fizemos sempre (...), não desistindo e tendo de refazer vidas (...), mais unidos que divididos e fazendo o futuro a partir de um presente incerto, mas nunca desistindo.”

O decreto do estado de emergência foi aprovado ontem de manhã no Parlamento, com os votos a favor do PS e do PSD. As medidas que o vão concretizar serão hoje anunciadas pelo Governo e entram em vigor às zero horas da próxima terça-feira, dia 24, mantendo-se até 8 de Dezembro.

“Este Governo tem tido total incapacidade para criar condições de atracção, porque não investe. Actualmente os equipamentos de topo estão no sector privado. Não é com um chique que se faz com que as pessoas fiquem no SNS. Sendo menos, os médicos ficam mais cansados e com mais vontade de sair”, crítica o secretário-geral do SIM, Jorge Roque da Cunha, que fez um balanço dos médicos aposentados que nestes oito meses regressaram ao SNS.

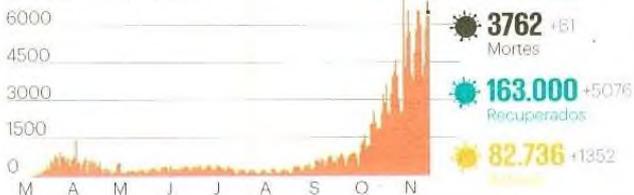
O balanço indica que de Março a Outubro foram de novo contratados para o SNS 130 médicos aposentados, mas estes voltam transitoriamente, uns apenas por quatro meses, outros por um ano. Este regime, que foi criado há dez anos para ser excepcional e transitório, enquanto não fosse possível suprir a carência de médicos recém-especialistas, tem sido renovado todos os anos e, em Julho, voltou a ser prorrogado, desta vez até ao final de 2021.

“O Governo transformou uma situação transitória numa quase definitiva”, lamenta Roque da Cunha, que considera que existe um efeito perverso na medida: “Os aposentados que regressam estão a roubar o lugar a médicos recém-especialistas.”

### Situação em Portugal

Em 20 de Novembro às 14h00

#### NOVOS CASOS DIÁRIOS



Fonte: DGS

PUBLICO



**Destaque Covid-19**

Serviço Nacional de Saúde

# Necessidade de camas de cuidados intensivos para covid pode aumentar 45,5%

Ana Maia

**Estimativas da ferramenta dos Administradores Hospitalares falam de 700 doentes em UCI a 27 de Novembro, no pior cenário**

Dentro de uma semana, Portugal poderá precisar de 700 camas de cuidados intensivos (UCI) para tratar doentes com covid-19, segundo as estimativas da ferramenta criada pela Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH) para avaliar a necessidade de camas e recursos humanos. A previsão do pior cenário, de dois estimados, para o dia 27 de Novembro faz aproximar as necessidades do máximo de camas de UCI que a ministra da Saúde disse existirem para a covid – 704 –, embora salientando que há capacidade de expansão que ultrapassa as 900.

Segundo o relatório da Direcção-Geral da Saúde (DGS) de ontem, o país tinha internados em UCI 481 doentes com covid, o número mais alto registado até agora. Em 24 horas, entram mais de duas dezenas de doentes nestas unidades diferenciadas. A estes doentes, juntam-se os internados em enfermaria, dando um total de 3079 hospitalizados.

Se o pior cenário estimado para dia 27 – a previsão tem por base os dados do relatório de quinta-feira da DGS, aplicando uma redução ou um aumento de 2% do índice de transmissão (R) – se confirmar, as 700 camas de UCI representam um crescimento de 45,5% em relação aos últimos dados da DGS. Já o melhor cenário aponta para a utilização de 481 camas de UCI. Ou seja, uma ocupação semelhante à divulgada ontem.

Quanto à necessidade de total de camas (onde se incluem UCI e enfermaria), no pior cenário, poderão vir a ser necessárias 4583, um acréscimo de 1,8% em relação ao cenário anterior. Já no melhor cenário, poderão ser precisas 3192 camas, mais 3,1% do que na estimativa anterior. O aumento de necessidades mantém-se, mas há uma desaceleração. “Há uma menor dinâmica da pandemia, mas ainda está a crescer. Está em linha com o que foi falado na reunião no Infarmed”, diz Alexandre Lourenço da APAH, referindo-se à aproximação do R a 1.

No que diz respeito a regiões, as



Os dados de ontem davam conta de 481 internados em UCI

previsões continuam a mostrar um aumento de necessidades de camas em todas elas, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo, quando comparado com a previsão anterior. Já em relação aos recursos humanos, também crescem as necessidades, mas de forma menos acentuada do que na anterior estimativa. Assim, na próxima sexta-feira poderão ser precisos, no pior cenário, entre enfermaria e UCI 1202 médicos, 8421 enfermeiros e 3310 técnicos auxiliares de saúde.

O presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, que deu parecer técnico a esta ferramenta com dados clínicos e percentagens de doentes a precisar de internamento – dos quais 25% em enfermaria, cerca de 60% a precisar de oxigenoterapia e 16% de UCI –, salienta “a semelhança com a realidade” que a ferramenta tem conseguido estimar. No que toca aos cenários apontados, João Araújo Correia refere que na previsão optimista “ainda se consegue funcionar”, já no pior cenário, revela, “seria francamente complicado”.

O especialista fala numa diferença de doentes da primeira vaga para esta. São agora mais jovens – dados recentes da DGS referiam que cerca de 35% dos doentes internados esta-

vam entre os 40 e os 65 anos –, o que “felizmente fez reduzir a mortalidade, mas a demora média de internamento prolonga-se até à recuperação”. O que significa menor rotatividade de doentes. No caso dos cuidados intensivos, a estadia pode ultrapassar os 20 dias.

**Há um limite**

“O horizonte máximo de camas de UCI pode ultrapassar as 900, mas isso é tudo. Temos sempre de dar resposta a traumas a cirurgias complicadas. Não podemos chegar a este ponto”, refere João Araújo Correia. “Temos aqui uma base de trabalho que vale a pena seguir, que tem batido certo com a realidade e que nos leva a pensar que nem todas as regiões têm as mesmas necessidades. Tem de haver uma gestão centralizada destas necessidades, fazendo com que o esforço seja repartido”, defende.

Até porque uma das suas preocupações são os doentes não-covid. “Não podemos ter hospitais a suspender toda a actividade programada e outros a fazerem a actividade normal. Isso não é aceitável e cria desigualdade. Exige que haja uma liderança que tem de ser do Ministério da Saúde”, afirma, considerando que “tem de se avançar mais depressa com acordos com o privado para que não haja um prejuízo maior”.

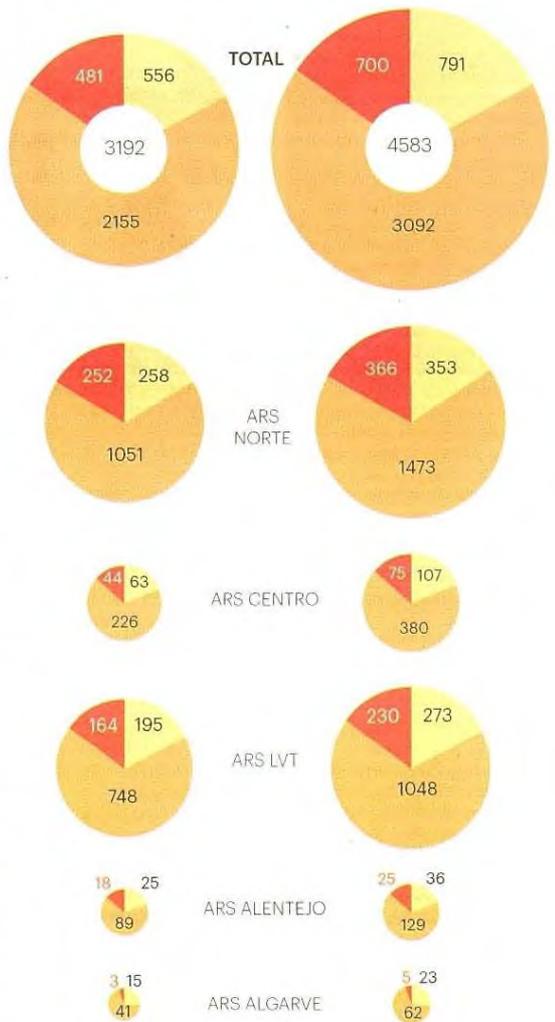
João Araújo Correia defende ainda que devem ser chamados médicos de outras especialidades. “A resposta tem de ser mista. O núcleo tem de ser de internistas, mas na mesma unidade podem existir cirurgiões, ortopedistas e outros. A situação é muito grave, mas tem solução.”

## Quantos doentes poderão estar internados nos hospitais dentro de uma semana?

As estimativas consideram dois cenários de progressão da infecção através da análise de sensibilidade de variação do Rt (índice de transmissão). O cenário optimista baseia-se na redução de 2% do Rt, e o cenário pessimista baseia-se no aumento de 2% do Rt. Os cálculos foram feitos através da utilização da ferramenta Adaptt – Surge Planning Tool, desenvolvida pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares e pela Global Intelligent Technologies, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde. Os valores apresentados referem-se à previsão da utilização de recursos a 27 de Novembro.

- Casos em enfermaria – doentes moderados
- Casos em oxigenioterapia – doentes graves
- Casos em ventilação mecânica (UCI) – doentes críticos

Cenário mais optimista      Cenário mais pessimista



**35%**  
dos doentes internados com covid-19 nesta segunda vaga têm entre 40 e 65 anos

Fonte: A publicação semanal de estimativas de recursos para a covid-19 é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) com o contributo essencial da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna e da CliniT – Global Intelligent Technologies (CliniT). PUBLICO



## Medo dos alunos que estudam no continente

# Madeira exige dois testes e isolamento extra a universitários

Márcio Berenguer

**O** regresso pelo Natal dos cerca de quatro mil madeirenses que frequentam o ensino superior em instituições no continente está a deixar as autoridades regionais da Madeira apreensivas, perante o risco de surgimento de focos de contaminação local associados.

No início deste mês, uma resolução do executivo madeirense determinou que os estudantes que regressem neste período à Madeira sejam sujeitos a um rastreio mais apertado e a um isolamento extra, em relação aos restantes passageiros.

Enquanto que o normal para quem chega ao arquipélago seja a realização de um teste de despiste ao SARS-CoV-2 no aeroporto (para os que não apresentem um teste negativo feito até 72 horas antes da chegada), e depois aguardar em isolamento pelo resultado do teste (cerca de 12 horas), os estudantes universitários vão ser obrigados a um segundo teste e a uma quarentena mais prolongada.

O segundo teste PCR à covid-19 será realizado entre o quinto e o sétimo dia após o desembarque. Até ser conhecido o resultado desse teste, os alunos têm de ficar isolados em casa, em autovigilância.

A medida não é pacífica. A maioria dos estudantes chega à Madeira poucos dias antes do Natal, o que significa que terá de ficar afastado da família nessa data. “Eu sei que o isolamento é difícil. Também sou pai. Mas é fundamental que as pessoas cumpram este pressuposto do isolamento até ao segundo teste. É a única

garantia que nós temos”, disse esta semana aos jornalistas, depois de, no início do mês, ter dramatizado o discurso.

“Há que ser racional e a racionalidade impõe que se mantenha o distanciamento durante este período de cinco a sete dias antes da segunda testagem porque é a única maneira de ser evitada uma potencial desgraça”, argumentou o presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque,

que, sugerindo que os estudantes façam o teste PCR no continente – a região tem protocolados acordos com seis laboratórios clínicos –, para encurtarem o período de isolamento até à realização do segundo teste.

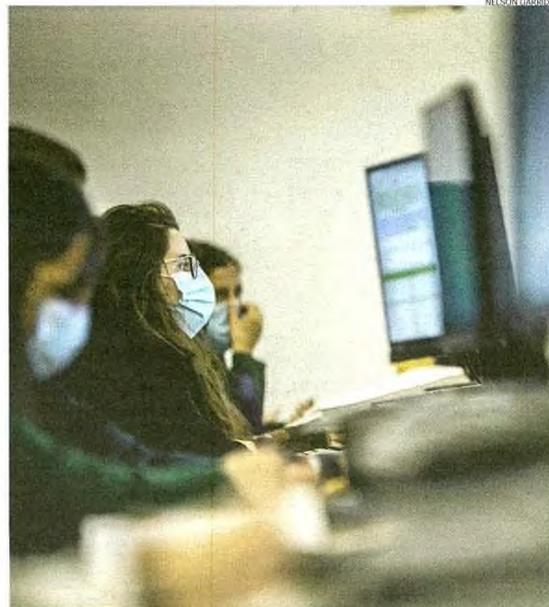
Na Madeira, há quem duvide da eficácia da medida, ou do efectivo cumprimento. Albuquerque apela para a responsabilidade individual porque só desta forma será possível conter a pandemia na região autónoma,

onde, desde o início de Outubro, o número de casos confirmados mais que duplicou, passando de 228, sem vítimas mortais, no dia 1 de Outubro, para um total de 749 infecções e duas mortes.

Esta medida, justificou, é em primeiro lugar para a segurança do próprio estudante e das respectivas famílias. Em segundo, é para toda a comunidade. “É um período crítico, porque sabemos o que o Natal representa. Mas todos temos de ser responsáveis”, disse, referindo-se ao facto de este período ser tradicionalmente celebrado na Madeira em convívios com a família alargada.

O PS não compreende. Não as medidas “necessárias para combater e controlar” a pandemia na região autónoma, mas o que considera ser uma “dualidade de critérios” para os que aterram no aeroporto.

“Não conseguimos compreender o facto de se exigir apenas esta obrigatoriedade aos estudantes universitários e não a todos aqueles que chegam à região”, disse, uns dias depois, a deputada socialista Marina Barbosa. As medidas, dado o aumento do número de casos que se tem verificado, são, considera a deputada, justificadas, desde que “adequadas e proporcionais” à realidade epidemiológica do arquipélago. Mas o PS não encontra uma justificação para que sejam apenas os universitários a serem sujeitos a esta dupla testagem. “Em média, um estudante universitário vem a casa nesta altura cerca de dez dias e, se tiver de ficar em confinamento durante tanto tempo, com certeza que poderá deixar de querer vir a casa no Natal”, alerta.



A Madeira registava ontem 749 casos de covid-19

## Há 68 surtos activos em escolas

**H**á 68 surtos de covid-19 activos em escolas e instituições de ensino superior, segundo uma nota divulgada ontem ao fim do dia pelo Ministério da Saúde. Mais de 60% destes situam-se na região de Lisboa e Vale do Tejo. A Direcção-Geral da Saúde (DGS) vai passar a divulgar semanalmente a informação relativa ao número de casos de covid-19 em contexto escolar, depois de três semanas em que estes dados não foram actualizados. A decisão foi tomada depois de, na quinta-feira, na reunião com peritos, o Presidente da República ter dito que queria saber mais sobre o risco que existe nos estabelecimentos de ensino. De acordo com os dados da DGS sobre a infecção nas diferentes classes etárias, o grupo das crianças até aos nove anos é aquele onde se registou o maior aumento de infecções nas últimas duas semanas. Desde que a plataforma foi lançada, no dia 5 de Novembro, e até quarta-feira, o número de jovens até aos nove anos infectados com covid-19 subiu 66%. **A.S./S.S.**

## Apoio a hospitais e lares

# Estruturas de retaguarda garantem mais de 1600 camas

Ana Maia

**N**a terça-feira, o país já tinha cinco estruturas de apoio de retaguarda (EAR) a funcionar para receber doentes covid que não precisam de estar hospitalizados ou a dar apoio a utentes de lares que não possam ficar nas instituições pelo mesmo motivo. E outras 25 estruturas já estão em processo de operacionalização. No total, adianta o Ministério da Administração Interna, “a capacidade prevista em todas as EAR ultrapassa as 1600 camas, com capacidade de expansão em várias unidades”.

Em resposta ao PÚBLICO por escri-

to, o ministério gerido por Eduardo Cabrita explicou que das cinco estruturas já em funcionamento, quatro são no distrito do Porto: “Valongo – Bom Pastor, antigo Hospital de Paços de Ferreira, Porto – Pousada da Juventude de Santo Tirso – Mosteiro de Santa Escolástica”. A outra EAR está no “distrito de Évora – Residência Universitária Manuel Álvares”. “Estas cinco EAR já operacionais têm uma capacidade actual de 174 camas, podendo haver uma expansão até 254 camas”, disse o ministério.

Estas estruturas de apoio de retaguarda fazem parte de uma rede nacional que o Governo criou, “supletiva à rede já constituída pelos muni-

cípios, que garanta o apoio a pessoas infectadas com SARS-CoV-2, sem necessidade de internamento hospitalar, e a utentes de ERPI [estruturas residenciais para pessoas idosas] que careçam de apoio específico fora das respectivas instalações”, lê-se no despacho publicado no dia 6 deste mês. Esta rede envolve os ministérios da Administração Interna, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde.

Segundo o despacho, são as Comissões Distritais de Protecção Civil que identificam e propõem as infra-estruturas aptas a acolher as EAR, competindo aos secretários de Estado que coordenam a resposta covid em cada

região decidir a sua instalação. O Instituto da Segurança Social tem de garantir a coordenação técnica, assegurar a afectação de auxiliares, distribuir e fazer a manutenção de equipamentos de protecção individual.

No campo da saúde, cabe a cada Administração Regional de Saúde, em articulação com o hospital da área de referência, disponibilizar o

pequeno médico e de enfermagem necessário. Já a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil vai suportar as despesas relativas a alimentação, electricidade, gás, água, telecomunicações, lavandaria, limpeza e higienização das instalações das estruturas.

## Mais 25 estruturas

O Ministério da Administração Interna adiantou que “existem outras 25 estruturas com o processo de operacionalização já iniciado, localizadas nos restantes 16 distritos de Portugal continental”. No total, as 30 estruturas vão providenciar mais de 1600 camas.



Balanço foi feito pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita



Lar de S. José em Lisboa

# “Como é que vocês fazem?” Exército dá treino a lares

Reportagem

Nuno Ribeiro Texto  
Nuno Ferreira Santos Fotografia

A sessão foi de técnicas de limpeza, a todos os níveis. Mais de uma hora de estratégia para combater o vírus inimigo

Três das 19 funcionárias de um lar e o seu mentor foram a plateia de uma acção de sensibilização de boas práticas higiénico-sanitárias de uma das 121 equipas do Exército que percorrem as estruturas residenciais de idosos do país. Em Lisboa, no Lar privado de S. José da congregação das Irmãs Servas da Sagrada Família, na Avenida Gago Coutinho, a sessão de Powerpoint ficou marcada por uma pergunta iniciática. “Como é que vocês fazem?”, questionou, por diversas vezes, o sargento Ribeiro, do Regimento de Lanceiros 2, aquartelamento sede da Polícia do Exército.

“Vamos fazer a revisão da matéria”, anuncia o sargento, ladeado pelas soldados Correia e Melo. Rever a matéria é um recordatório de mais de uma hora de medidas que não se confinam ao dia-a-dia entre as quatro paredes do lar. Evitar que a covid-19 chegue aos 30 utentes desta estrutura, com uma população residente maioritariamente entre os 78 e 92 anos – e um homem centenário –, implica cuidados de quem entra.

“Precisamos sempre de formações”, reconheceu ao PÚBLICO, antes da sessão, a coordenadora Maria Lima. Foi com este espírito que ela e as colegas entraram de blocos nota na mão no amplo espaço da garagem com a porta aberta para garantir o arejamento.

As recomendações são quase infundáveis, num vasto compêndio de medidas. As boas práticas são extensas. “Como vêm para o lar?”, perguntou o sargento Ribeiro.

Consoante o transporte público ou privado, há um cardápio de cuidados a ter, cujo desconhecimento devia envergonhar os negacionistas pátrios.

O mesmo no regresso a casa. Há notas de proximidade evitando que a sessão se transforme numa aula. Não há um debitar monótono da matéria, procura-se a interação. É aí que o militar refere um condicionalismo pessoal: é pai, há quatro meses, de uma filha prematura. Confessa que viveu momentos de ansiedade – o que não é comum numa qualquer sessão de Powerpoint e torna este encontro mais fluido e eficaz.

O vírus é matreiro e nos lares de todo o mundo atacou sem piedade. Os idosos são um território de fragilidades. As boas práticas são, por isso, múltiplas. Os slides sucedem-se ao ritmo dos muitos cuidados a ter. Definição do vírus, modos de transmissão, período de incubação, uso das máscaras, distância social, sintomas...

E mais: divisão dos espaços, áreas covid e não-covid. “Temos isso aqui desde Fevereiro, ainda sem formação, pela prática”, interrompe o arquitecto Nuno Valente, há 36 anos ligado à congregação, antigo aluno de um dos dois colégios externos privados que a instituição tem em Lisboa, e autor do projecto edificado que alberga o Lar de S. José. Duas IPSS [instituição particular de solidariedade social] na Anadia e Évora completam o acervo da congregação. Na estrutura residencial para idosos lisboeta, a equipa é completada por uma enfermeira e tem a visita de uma médica duas vezes por semana.

“Parecíamos astronautas”

Os meses de Fevereiro e Março foram duros. Houve quatro casos de infecção, uma irmã de 86 anos faleceu. “Passámos mal, parecíamos astronautas”, descreve como se sentia, ele e as funcionárias, dentro de um equipamento de protecção individual, num momento em que



788

Desde 14 de Março, quando as Forças Armadas saíram para o terreno, até ao passado domingo, o Exército fez 788 acções de sensibilização em lares

528

Fizeram ainda 528 acções de sensibilização em estabelecimentos de ensino e 458 em prisões

tudo eram incertezas e caminhos a descobrir. “Tivemos equipas em espelho que dormiram aqui durante 15 dias”, relata.

A narração remete para uma dura vivência. “É uma troca de experiências”, afirma Nuno Valente a meio do Powerpoint, referindo-se à natureza da sessão. “Nós temos a experiência, os colegas a teoria”, refere Alexandra Marreiros. A palavra “colegas” foi de reconhecimento e proximidade.



Mas a conclusão de ser apenas teoria foi precipitação. As soldados Correia e Melo não são teóricas, embora dominem a matéria. Estiveram nas equipas do Exército que, na Ota, acompanharam 165 refugiados contaminados retirados de um hostel da Rua Morais Soares, em Lisboa.

Um prédio inteiro de infeções, quando os alojamentos lisboetas de cidadãos que solicitaram asilo em Portugal foram identificados pelos serviços de saúde pública como um dos focos da contaminação na capital. Foi em finais de Abril, mas o peculiar calendário da pandemia, a brutal sucessão de casos e instituições infectadas numa geografia que não poupa lugares, faz parecer que foi há mais tempo.

Nas instalações daquela base da Força Aérea, as duas jovens soldados tiveram uma experiência impar. "Gostava de lá ter estado", admite o sargento Ribeiro. Uma tão elevada concentração de indivíduos, alguns infectados e o seu comportamento errático foram desafios para os militares.

A exposição entra na sua recta final. Circuitos de alimentação e medidas de protecção para serviço de refeições e refeitórios. Não há dúvidas nem nada de novo. As três funcionárias não apontam nos seus cadernos. A matéria foi interiorizada.

#### "Este lar é um dos melhores"

"Como é que vocês fazem na vossa instituição com a limpeza dos panos?", questiona, novamente, o sargento. "Têm escala de limpeza?", pergunta outra vez. Detergentes e desinfetantes, ordem de limpeza dos espaços comuns, lavagem da roupa dos infectados só após a outra. Como vestir e despir as EPI, sigla que a covid divulgou como sendo da barreira dos equipamentos de protecção individual. Com demonstração a cargo das soldados Correia e Melo.

Tudo sem novidades. Até um

sobressalto. O tratamento dos resíduos dos infectados. "Na primeira vaga não havia cuidados com o lixo", afirma, com surpresa, Alexandra Marreiros. Explicou o militar que há contentores de 60 litros que vão para a incineradora do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais. Um trâmite que era desconhecido.

A informação é apontada nos cadernos. "Agora sentimo-nos mais apoiados pela Protecção Civil, Administração Regional de Saúde e Segurança Social", reconhece Nuno Valente. Aliás, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o da Saúde, são os parceiros do trabalho das equipas das Forças Armadas na acção de sensibilização dos lares.

"Na primeira vaga houve falta de apoio", anota o arquitecto.

"Quando tivemos os casos de covid, informámos os familiares, mas a delegada de saúde de Sete Rios tardou em fazer os testes",

recorda. Alexandra Marreiros pede mais aos militares de Lanceiros 2. Quer sessões de primeiros socorros e de suporte básico de vida. "É importante para as nossas equipas", acentua.

"Este lar é um dos melhores em que estive", revela o sargento Ribeiro no final. Já "fez" dez, na manhã da terça-feira esteve noutro, e tem uma lista de 97 à espera. É um cúmulo de experiências variadas. No Lar de S. José não houve utentes a assistir à sessão. Pela sua idade e problemas de saúde, afirmou Nuno Valente.

Mas nem sempre é assim. "Numa instituição que eu fui fazer contactei com os utentes, foi uma sensação agradável, lembrei-me dos meus familiares e isso mexe connosco", reconhece. O trabalho da equipa não é de visita de médico. Trocam-se *emails*, pois, à distância, por Internet, continua o acompanhamento. "Vocês mandam-me as dúvidas e eu

encaminho", garante. Na retaguarda, estas equipas incluem um médico e enfermeiro.

A equipa comandada pelo sargento Ribeiro é uma das 121 do Exército a que se somam cinco da Marinha e quatro da Força Aérea que, segundo os números mais recentes divulgados pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, já visitaram 917 lares abrangendo 12.093 funcionários. O objectivo confesso é chegar aos mais de 2700 lares que existem no país, alguns palcos das desgraças das infeções.

Desde 14 de Março, quando as Forças Armadas saíram para o terreno, até ao passado domingo, o Exército fez 788 acções de sensibilização em lares, 528 em estabelecimentos de ensino e 458 em prisões. Os efectivos tiveram as acções mais diversas. Da desinfecção ao transporte de material, da produção de desinfetante à cedência de camas.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Sábado, 21 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.168 • Edição Porto • Assinaturas 808 200 095 • 1,70€



**Património**  
"Em certa medida a DGPC não está a cumprir a sua missão"  
Entrevista a Bernardo Alabaça

Cultura, 50/51



**Adoramus**  
Os doces conventuais que nos levam ao céu

Fugas



Homero Cardoso, sócio de uma loja de artesanato em Lisboa afectada pela pandemia

# Saldo negativo: saíram 842 médicos do SNS desde o início da pandemia

**Covid-19** Reformados foram 471 e só foram contratados 378 especialistas • Marcelo avisa que Natal será sob estado de emergência • Estimativas apontam para 700 camas de UCI ocupadas daqui a uma semana • Há muitos negócios a morrer por causa da pandemia • Exército dá treino a lares Destaque, 4 a 9 e 34 a 37 • Acompanhe em [publico.pt/coronavirus](http://publico.pt/coronavirus)

**Orçamento**  
No primeiro dia, oficializado o divórcio entre BE e Governo

Política, 16

**Opinião**  
Não, João Miguel, eu não ponho a viola no saco

Francisco Mendes da Silva sobre o Chega, em resposta a João Miguel Tavares P12



**Futebol**  
Câmara de Setúbal toma posse do estádio do Bonfim

Desporto, 60



ISBN 9872 1336



## Política Começou a votação do Orçamento do Estado na especialidade

# OE já oficializou o divórcio entre BE e Governo

Legislação laboral ficou pelo caminho, no primeiro dos quatro dias de votação; o aumento de pensões foi aprovado

Maria Lopes e Sofia Rodrigues

Sete propostas votadas, sete chumbadas: o Bloco ficou ontem com um saldo a zeros, no primeiro dia de votação na especialidade do Orçamento do Estado (OE) para 2021, depois de o PS ter rejeitado, com o apoio da direita, todas as medidas bloquistas que foram a votos. Já o PCP viu concretizar-se o aumento das pensões e o PAN teve aprovada a criação de um portal da transparência para os fundos europeus. Os socialistas assistiram a algumas coligações negativas, mas nenhuma com relevância para gerar incidentes políticos.

O chumbo de sete das 12 propostas tornou oficial o divórcio entre Bloco e Governo à noite, mas ele começou a desenhar-se logo de manhã, na discussão no plenário entre os deputados bloquistas e os secretários de Estado do Orçamento e da Segurança Social e também o PS, quando discu-

tiram as alterações às leis laborais – remetendo-as para fora do OE – e as contratações de pessoal para a saúde. “Não contam connosco para um orçamento que falha ao país”, avisara Mariana Mortágua; “é do interesse nacional aprovar o OE”, defendeu o secretário de Estado Duarte Cordeiro. As restantes cinco propostas são votadas na próxima semana, mas o cenário não parece favorável a um entendimento de última hora.

Depois de votar contra a proposta de dar autonomia às instituições do Serviço Nacional de Saúde para contratação para lugares vagos nos quadros, o PS chumbou as propostas que tinham estado em negociação relativas ao aumento da indemnização por despedimento, caducidade da contratação colectiva, reposição do princípio de tratamento mais favorável, eliminação do alargamento do período experimental, manutenção do emprego nas empresas que recebem apoios, e contratos para trabalhadores da Uber/plataformas digitais.

A votação do apoio extraordinário aos trabalhadores que deixaram de ter rendimentos mas também não têm condições para aceder a outros subsídios foi adiada (e esse é mais um ponto que divide PS e BE). Nesta matéria, irão também a votação as propostas do PCP, PSD, Chega e Iniciativa Liberal. O mesmo aconteceu com os artigos sobre a dedicação plena dos profissionais de saúde, a criação da carreira de auxiliares, e com o prazo de garantia para acesso aos subsídios de desemprego (este foi adiado a pedido do PCP, que ainda está a negociar com o Governo).

E se a porta com os BE já está fechada, a janela para o PCP também está estreita, sugeriu o líder parlamentar meia hora antes do início das votações. “Estamos preparados para tudo”, avisou João Oliveira em conferência de imprensa, vincando que os critérios para ter um OE que dê uma resposta global aos problemas do país “não estão preenchidos” e que mesmo isso não chega – numa referência às matérias salariais e laborais. Mas recusou estar a fazer “ultimatos ou avisos”. O PCP viu aprovadas mais de vinte propostas – algumas contra a



**Ao primeiro dia de votações ficou claro que os socialistas não querem fazer qualquer concessão ao partido de Catarina Martins**

**O PCP aumentou a pressão e negocia até ao fim algumas medidas, cuja votação foi sendo adiada ao longo da tarde**

vontade do PS – que na sua maioria não implicam grande despesa.

Entretanto, o Bloco aproveitou para dar um sinal de simpatia ao PSD e mudou o sentido de voto numa proposta, permitindo que o Governo disponibilize equipamentos de protecção individual aos alunos dos cursos de saúde quando realizam estágios em hospitais. Com um conjunto de propostas minimalista, os social-democratas viram também passar, só com os votos contra do PS, a proposta de impedir as cativações sobre receitas próprias nas entidades reguladoras.

Os socialistas também se opuseram à proposta do PAN de criação, até final de Março, de um programa de formação e emprego dirigido às pessoas sem abrigo para promover a sua integração profissional, mas os votos a favor de todas as bancadas permiti-

ram que fosse viabilizada. Mais consensual, só com a abstenção do PCP, foi a criação de um portal da transparência para os fundos europeus. Foi também uma coligação negativa que tornou obrigatório que o Governo divulgue a lista de financiamentos a fundações, associações, incluindo observatórios.

Sem surpresas, foi aprovado o aumento extraordinário de dez euros das pensões até 658,2 euros em Janeiro – só o PSD se absteve – que abrange 1,9 milhões de pensionistas do regime geral. À última hora, já no final das votações, o PS mudou um sentido de voto e permitiu a aprovação de uma proposta do PCP que obriga à revisão das mensalidades, se as creches suspenderem ou reduzirem as actividades. **com Liliana Borges e Pedro Crisóstomo**

### Outras votações

#### Trabalhadores da Polis

O PEV viu aprovada a integração do pessoal das sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente.

#### Avaliação de ex-militares

A união de todos os partidos, menos o PS, permitiu ao CDS ver aprovada a contagem da avaliação obtida nas Forças Armadas pelos ex-militares que ingressaram na Administração Pública.

#### Discurso de ódio e cyberbullying

A deputada não inscrita Joacine Katar Moreira viu aceite a criação de um Observatório para a Monitorização do Discurso de Ódio e Cyberbullying.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Sábado, 21 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.168 • Edição Porto • Assinaturas 808 200 095 • 1,70€



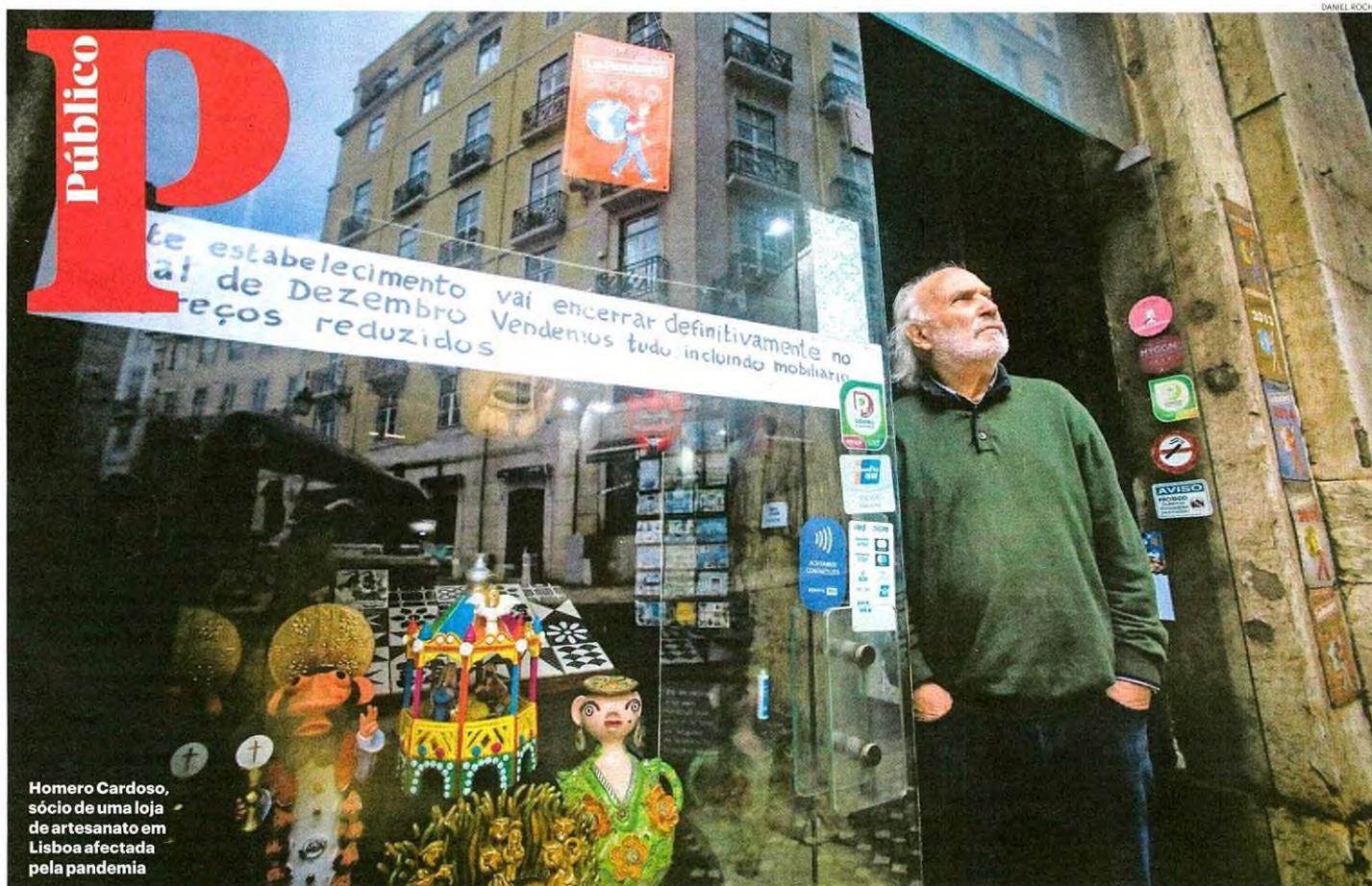
Património "Em certa medida a DGPC não está a cumprir a sua missão" Entrevista a Bernardo Alabaça

Cultura, 50/51



Adoramus Os doces conventuais que nos levam ao céu

Fugas



DANIEL ROCHA

Homero Cardoso, sócio de uma loja de artesanato em Lisboa afectada pela pandemia

# Saldo negativo: saíram 842 médicos do SNS desde o início da pandemia

**Covid-19** Reformados foram 471 e só foram contratados 378 especialistas • Marcelo avisa que Natal será sob estado de emergência • Estimativas apontam para 700 camas de UCI ocupadas daqui a uma semana • Há muitos negócios a morrer por causa da pandemia • Exército dá treino a lares Destaque, 4 a 9 e 34 a 37 • Acompanhe em [publico.pt/coronavirus](https://publico.pt/coronavirus)

**Orçamento**  
No primeiro dia, oficializado o divórcio entre BE e Governo

Política, 16

**Opinião**  
Não, João Miguel, eu não ponho a viola no saco

Francisco Mendes da Silva sobre o Chega, em resposta a João Miguel Tavares P12



**Futebol**  
Câmara de Setúbal toma posse do estádio do Bonfim

Desporto, 60



ISBN 9872 1336

# Sociedade

## UNIVERSIDADES CASOS DE COVID-19 'ESCONDIDOS'

Pedro Almeida  
pedro.almeida@sol.pt

Sindicato alerta que algumas instituições de ensino superior têm ocultado casos positivos de covid-19. Para que tal não aconteça, sugere a criação de uma plataforma onde seja monitorizada a situação dos contágios.

**C**asos ocultados de covid-19 nas universidades têm sido um dos principais problemas reportados em tempos de pandemia. E este «secretismo» em torno do número de situações de contágio em algumas instituições tem originado alarmismo na comunidade. Ao SOL, o presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), Gonçalo Velho, admitiu que, do ponto de vista da informação, existem situações desiguais que não podem, de todo, ser uma realidade na fase crítica que Portugal atravessa.

«Há instituições que têm a preocupação de divulgar boletins epidemiológicos, inclusivamente com a situação por escola ou faculdade – têm polos descentralizados –, mas há outras que simplesmente ocultam

a informação. Apesar de o número de casos ser relativamente limitado face às dimensões das comunidades, as instituições que não informam criam maior ansiedade do que aquelas que informam. Verificamos que basta haver um caso e imediatamente há logo pânico na comunidade», confessou, sublinhando que, por isso, é necessária a criação de uma plataforma com a indicação diária de casos positivos de covid-19 por escola e por faculdade. Para tal, sugere que esse boletim epidemiológico seja feito pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), em articulação com a Direção-Geral da Saúde (DGS).

«Neste momento temos condições e ferramentas para concretizar esse boletim diário», atirou, reforçando que uma boa comunicação por parte das insti-

tuições é o melhor para afastar «mitos» e «danos».

«Os casos que temos são todos fora da comunidade e não têm dado origem a surtos no interior das instituições. Portanto, a comunicação é a melhor forma de conseguir ultrapassar mitos que se possam construir em torno da covid-19 e, sobretudo, danos em relação à comunidade exterior. Porque depois começa a haver comentários nas comunidades envolventes. E, como muitas destas instituições estão em cidades pequenas, tudo ganha uma dimensão que desvaloriza a instituição, que passa a ser conhecida por um sítio onde existe possível contaminação mas onde estão a esconder casos. Isso é a pior coisa que pode acontecer para uma instituição de ensino superior», concluiu Gonçalo Velho.

Nesse sentido, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), recorde-se, já acusou o Ministério da Educação de estar a «encobrir» casos positivos de covid-19 nas escolas até ao ensino secundário, mantendo o «secretismo» e a «opacidade». «É lamentável que o ministro da Educação viole a lei, desvalorize os

DREAMSTIME





Alunos têm cumprido as regras

sindicatos e desrespeite os professores, mas esses também serão motivos que levarão os docentes a lutar», lê-se em comunicado.

### **Dificuldades para professores de risco**

Cerca de um em cada quatro professores pertencem a algum grupo de risco para a covid-19, segundo revelou, na quinta-feira, um inquérito da Federação Nacional da Educação. Mas, segundo o SNESup, no que toca às universidades, há medidas de prevenção da covid-19 que não estão a ser cumpridas. «Continuamos com algumas situações que, apesar das indicações do Ministério da Saúde, não estão a ser cumpridas. Temos casos de professores que são identificados como pertencentes a grupos de risco, pelos médicos de família e pelos centros de saúde, e as instituições não respeitam aquilo que está identificado», explicou Gonçalo Velho.

Apesar de todas as dificuldades existem, porém, melhorias que não podem ser descartadas. «Diminuiu o número de situações reportadas em relação às falhas nas medidas de proteção individual e também das condições das salas», relatou o presidente do SNESup, deixando ainda claro que a importância do ensino presencial tem sido tida em conta. «Não existe pressão para a passagem para o ensino à distância. Com o evoluir da situação, cada vez começa a haver maior assimilação em relação à importância do ensino presencial», garantiu.

Nesse sentido, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, já afastou a possibilidade de encerrar universidades e politécnicos e, à RTP, garantiu que fechar portas não resolve os problemas da pandemia. «As instituições de ensino superior são certamente, hoje, das instituições mais seguras, e os números são bem claros: na Covilhã, Coimbra, Aveiro, Porto, Minho, Lisboa, Évora, em todas veem-se ambientes de alta segurança e os números assim o confirmam», assegurou, sublinhando ainda que «não é a confinar as instituições do ensino superior» que se resolvem os períodos de contágio que não estão dentro das instituições.



# PS conta com PCP, PEV e PAN para OE 2021

A votação final global do Orçamento para 2021 está prevista para quinta-feira. Os socialistas acreditam que vai repetir-se a votação inicial.

A votação final global do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) está prevista para quinta-feira, mas ainda não há certezas. O mais provável é que o documento venha a ser viabilizado pelos deputados do PCP, do PEV e do PAN. Os comunistas, no início da discussão na especialidade, alertaram que o orçamento «**não integra a resposta global necessária**». João Oliveira, líder parlamentar do PCP, defendeu que «**têm de se encontrar soluções cabais**» que respondam aos «**problemas que os portugueses enfrentam**», confessando ainda «**uma preocupação acrescida**», porque «**desde o momento de apresentação do orçamento até ao momento em que iniciámos a votação na especialidade a situação não é a mesma**». Uma das medidas propostas pelos comunistas foi a suspensão dos despedimentos até ao final de 2021. Diana Ferreira lembrou a urgência de «**reforçar a proteção dos trabalhadores**», propondo também aumentar o apoio social nas situações de desemprego.

O PAN, liderado por André Silva, é também um dos prováveis suportes para a viabilização deste OE2021. O partido viu a sua proposta para divulgar a cada 3 meses transferências para fun-

dações e associações aprovada, com o único partido a votar contra a ser o PS.

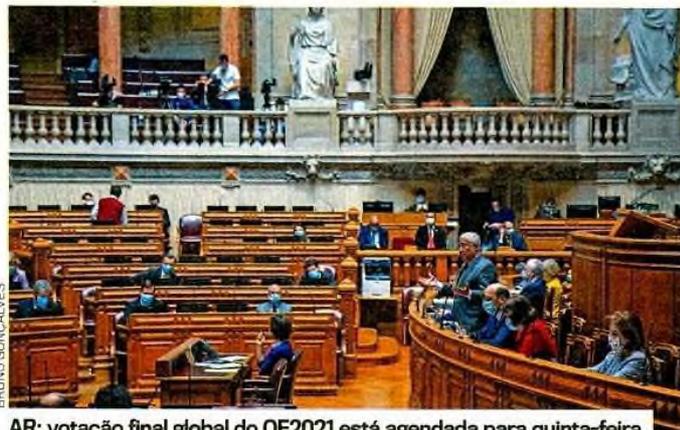
## Joacine com BE e direita no chumbo do Orçamento

Do lado oposto, o PSD, o IL, o Chega, a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e o BE são os prováveis votos contra o OE2021.

A maior surpresa acaba por ser a do BE, que confirma a rutura com o PS. Em causa estão variados pontos do Orçamento, nomeadamente a proteção dos trabalhadores.

No primeiro dia do debate da especialidade, o BE criticou o Governo por deixar «**incompreensivelmente**» sem proteção os trabalhadores precários.

José Soeiro, deputado bloquista, aproveitou para criticar o facto de diferentes empresas do país, após terem recebido apoios à manutenção do emprego, possam agora despedir trabalhadores precários. Os bloquistas têm criticado várias vezes o Governo por não encontrar um «**terreno comum**» com o partido, não respondendo afirmativamente às concessões feitas pelo Bloco. Em debate, o PS respondeu que as matérias da lei laboral são válidas, mas não devem ser tratadas em sede de Orçamento do Estado.



AR: votação final global do OE2021 está agendada para quinta-feira



## Listas atrasadas na PSP e na GNR

**Associações sindicais pedem maior rapidez ao Governo na entrega das listas de infetados com covid-19 às forças de segurança.**

A Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP) solicitou à Direção-Geral da Saúde que faça a atualização diária das listas fornecidas às forças e serviços de segurança dos infetados ou suspeitos de terem contraído covid-19, para a fiscalização nas ruas ser feita com o maior rigor possível. Ao SOL, o presidente da ASPP, Paulo Rodrigues, explicou que, por vezes, as listas chegam com dois dias de atraso. «O que queríamos, mas sabemos que é muito difícil, era ter as listas atualizadas do dia anterior a cada manhã. Sabemos que é difícil, mas achamos que é possível ter as listas da parte da tarde do dia seguinte», começou por dizer, explicando que isso facilitava a forma como atuam perante a população.

«Facilitava-nos bastante, porque deixaríamos de estar a controlar pessoas que ainda estão na lista mas já têm declaração de que podem trabalhar. E acabaríamos também por estar menos sujeitos ao vírus, porque já não é a primeira vez que acontece irmos fazer uma fiscalização com um cidadão que não nos diz nada na primeira fase e só na esquadra acaba por dizer que devia estar em casa, em confinamento. E acabamos por ter três ou quatro polícias que ficam em risco, porque aquela pessoa não estava na lista. Neste caso, ele acabou por assumir mas, não dizendo, é uma situação complicada», confessou.

Além da ASPP, também a Associação dos Profissionais da Guarda (APG) lançou críticas à forma como as listas chegam à Guarda Nacional Republicana (GNR). Segundo a associação, em muitas ocasiões, as listas só chegam à GNR quando as pessoas já vão a meio do confinamento.